



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Iana Carla Couto

A PERMACULTURA INSERIDA NO DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Florianópolis, 2021.

Iana Carla Couto

PERMACULTURA INSERIDA NO DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Ciências Humanas. Orientador: Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma. Coorientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe

Florianópolis,

2021.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Couto, Iana Carla

A PERMACULTURA INSERIDA NO DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
/ Iana Carla Couto ; orientador, Marcos Fábio Freire
Montysuma, coorientador, Luiz Fernando Scheibe, 2021.
174 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Permacultura. 3. Buen Vivir. 4.
Felicidade Interna Bruta. 5. Políticas Públicas. I. Freire
Montysuma, Marcos Fábio . II. Scheibe, Luiz Fernando. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Iana Carla Couto

A PERMACULTURA INSERIDA NO DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente trabalho, em nível de doutorado, foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Célia Cavalcanti Braga

IFPE

Prof. Dr. José Amilton de Souza

UNIFESSPA

Profa. Dra. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas

UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Ciências Humanas.

Profra. Dra. Eunice Sueli Nodari

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Marcos Fábio Freire Montysuma, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2021.

Este trabalho é dedicado aos que sonham com um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de uma intensa e exaustiva jornada, sozinha eu não seria capaz de enfrentar todos os desafios que permearam esse percurso.

Primeiro preciso agradecer ao apoio da minha mãe, Dulce, minha irmã, Juliana, também meu pai, José e meu irmão, Guto.

Rodolfo, meu companheiro, que entrou nessa jornada comigo já quando eu estava caminhando, trouxe alívio, compartilhando, acolhendo e cuidando. Sem ele, as dificuldades seriam muito maiores.

Agradeço imensamente meu orientador, Marcos, que se tornou um precioso amigo e sempre esteve perto, respeitando o meu tempo e espaço para o desenvolvimento do deste trabalho.

Agradeço as amigas, Júlia e Virgínia por ouvirem meus desabafos e compartilharem comigo suas aflições. Kayanna, por me apresentar a Permacultura. Chico, pelo exemplo de serenidade que busco para minha vida. Ruth, pelos atendimentos, orientações e risadas. Esdras, por me incentivar e assim como Édina, colaborar para o meu crescimento profissional.

Sou grata pelo trabalho da Cleide que uma vez por semana ajuda na limpeza da minha casa, sem a ajuda dela seria impossível dar conta de conciliar tarefas domésticas, trabalho e escrita da tese.

Aos colegas da turma de doutorado, com quem compartilhei bons momentos, aprendizado e aflições. E a Rafael, por insistir para que eu fizesse a prova de doutorado.

Agradeço aos membros NEPERMA, por me acolherem e ajudarem a desenvolver minha pesquisa com a Permacultura. Em especial, agradeço ao Marcelo, que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa de campo e sempre me incentivou.

Também sou imensamente grata aos permacultores incríveis que compartilharam durante todo o período em que estive cursando o doutorado de um conhecimento que eu não teria acesso nas salas de aula da UFSC. Essas pessoas foram responsáveis pelos questionamentos que me modificaram e nortearam para o desenvolvimento da tese.

Registro também minha gratidão aos participantes do Permaencontro, em especial aos que pude entrevistar, Rafaelle, Martin, Suzana, Jorge, Mônica, Sérgio, Gardel e também a Simone, que me recebeu posteriormente.

Agradeço aos membros da minha banca de qualificação, professores Maria Helena e Frank, que auxiliaram no processo de refinamento, questionamentos e direcionamento do trabalho.

Da mesma forma, sou grata a banca de defesa, com os professores Célia, Rosana e José Amilton, que trouxeram contribuições que levarei comigo para meu caminho profissional, da mesma forma que o professor Scheibe.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e a Universidade Federal de Santa Catarina, onde tive a oportunidade de cursar o doutorado. Da mesma forma, sou grata aos professores que fizeram parte dessa formação, em especial, ao professor Selvino (in memoriam).

Por fim, também sou grata a Mel, minha companheira de jornada de quatro patas que a dez anos compartilha comigo seu amor. Também a Sonho e mais recentemente Juju, que tornam a casa mais alegre.

serán reforestados los desiertos del mundo y los
desiertos del alma;

los desesperados serán esperados y los perdidos
serán encontrados, porque ellos son los que se
desesperaron de tanto esperar y los que se
perdieron de tanto buscar;

(GALEANO, Eduardo, 1998)

RESUMO

Esta tese tem como objetivo apresentar a Permacultura como possibilidade norteadora para políticas públicas voltadas para a felicidade humana. Neste trabalho discutimos a Permacultura como uma proposta a ser inserida nas Políticas Públicas, enquanto instrumento para promover a felicidade das pessoas. No sistema capitalista temos que as necessidades humanas são medidas e pensadas com base na aquisição de bens de consumo e serviços e não naquilo que torna pessoas felizes. Para mudar tal quadro apresentamos a Permacultura enquanto ferramenta filosófica e pedagógica que possibilita o direcionamento das políticas públicas pautadas na felicidade humana conforme são apresentadas pela Felicidade Interna Bruta, do Butão e Buen Vivir, do Equador e Bolívia. Apesar de serem propostas advindas de contextos sócio-históricos distintos, tanto a Felicidade Interna Bruta, quanto a proposta do Buen Vivir apresentam similaridades em relação as questões ambientais e aquilo que apresentam como reais necessidades humanas. Utilizando o método da História Oral, onde discutimos o resultado das entrevistas efetuadas com permacultores, que apontam outras possibilidades para repensar políticas públicas, pautadas na premissa de uma relação mais harmoniosa entre humanos e natureza, sem a dissociação das questões sociais e ambientais. Compreendemos que a popularização das práticas da Permacultura constitui meio que possibilita alcançar a felicidade humana. Logo é necessário que sejam incorporadas nas políticas públicas os meios que facilitem o acesso à terra, aos materiais de produção agrícola, ao conhecimento e insumos necessários para a sua aplicação.

Palavras-chave: Permacultura; Buen Vivir; Felicidade Interna Bruta; Políticas Públicas.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo presentar la Permacultura como una propuesta a ser incluida en las Políticas Públicas como instrumento para promover la felicidad de las personas. En el sistema capitalista, las necesidades humanas se miden y piensan con base en la compra de bienes y servicios de consumo y no en lo que hace feliz a la gente. Para mudar tal cuadro presentamos la Permacultura como herramienta filosófica y pedagógica que permite el direccionamiento de las políticas públicas pautadas en la felicidad humana como son presentadas por la Felicidad Interna Bruta, de Butão y Buen Vivir de Ecuador y Bolivia. A pesar de ser propuestas provenientes de contextos sociohistóricos distintos, tanto la Felicidad Interna Bruta, como la propuesta de Buen Vivir presentan similitudes en relación a las cuestiones ambientales y aquello que presentan como reales necesidades humanas. Utilizando el método de la Histórica, donde discutimos el resultado de las entrevistas efectuadas con permacultores, que apuntan otras posibilidades para repensar en políticas públicas, pautadas en la premisa de una relación más armoniosa entre humanos y naturaleza, sin separar las cuestiones sociales y ambientales. Entendemos que la popularización de las prácticas de la Permacultura constituye un medio que posibilita alcanzar la felicidad humana. Por tanto, es necesario incorporar en las políticas públicas los medios que faciliten el acceso a la tierra, los materiales de producción agrícola, los conocimientos e insumos necesarios para su aplicación.

Palabras-Claves: Permacultura; Buen Vivir, Felicidad Interna Bruta; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This thesis has as objective to present the Permaculture as propose for Public Policies, to use it as a tool to promote happiness to people. In the capitalist system, there is an understanding that human needs are measured and thought based on the acquisition of consumer goods and services rather than on what makes people happy. To change such picture, we present the Permaculture as a philosophical and pedagogical tool that enables the direction of public policies ruled by human happiness, as presented by the Gross National Happiness, from Bhutan and Buen Vivir, and from Ecuador and Bolivia. Although they are proposals coming from different socio-historical contexts, both the Gross National Happiness as well as the propose from Buen Vivir, present similarities as to environmental issues and what is presented as real human needs. Using the oral history method, where we discuss the result of the interviews made with permacultivators, which point to other possibilities for rethinking public policies, more guided by the premise of a more harmonious relationship between humans and nature, without the dissociation of social and environmental issues. We understand that the popularization of Permaculture practices constitutes a way to achieve human happiness. Therefore, it is necessary to incorporate in public policies the means to facilitate access to land, to agricultural production materials, to the knowledge and to the inputs necessary for its application.

Keywords: Permaculture; Buen Vivir; Gross National Happiness; Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sede do Sítio Nós Na Teia.....	25
Figura 2- Casa do projeto Ivy Porã.....	26
Figura 3 - Rafaelle realizando atividades do Programa Sementinha.....	27
Figura 4 - Martin e a colheita da produção do seu quintal.....	27
Figura 5 - Construção e resultado final da sede do Sítio Curupira.....	28
Figura 6 - Participantes do PERMAENCONTRO.....	29
Figura 7 – Foto de manifestante indígena.....	82
Figura 7 - Flor da Permacultura.....	121
Figura 8 - Design do Sítio Curupira.....	133

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BET - BACIA DE EVAPOTRANSPIRAÇÃO

CEPAGRO - CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA EM GRUPO

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

CSA - COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA

FIB - FELICIDADE INTERNA BRUTA

FMI - FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS

NEPERMA - NÚCLEO DE ESTUDOS EM PERMACULTURA

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

ONG - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

PDC - PERMACULTURE DESIGN COURSE

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

PNUMA - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE

PNUD - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS

PNFC - PROJETO NOVAS FRONTEIRAS DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

UFSC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. O ESTADO LIBERAL E A EVOLUÇÃO DA PAUTA AMBIENTAL.....	31
2.1 O Estado e suas responsabilidades.....	32
2.2 A ONU, o FMI e os indicadores de desenvolvimento dos Estados nação.....	39
2.3 Do Indicador de Produção Interna Bruta a medida da Felicidade Interna Bruta.....	41
2.3.1 A Felicidade.....	47
2.4 A Revolução Verde e a evolução da agenda ambiental dos Estados.....	50
2.5 A fragilidade do Desenvolvimento Sustentável.....	63
2.6 O problema da questão ambiental no Estado liberal.....	66
3. O PROJETO DO BUEN VIVIR E A MUDANÇA DE PERSPECTIVA SOBRE A NATUREZA.....	67
3.1 A centralidade da natureza para o Buen Vivir.....	68
3.2 A Plurinacionalidade.....	73
3.3 A institucionalização e legalização do Buen Vivir – o caso do Equador.....	74
3.3.1 <i>O Buen Vivir e o Estado na atualidade – o caso do Equador</i>	81
3.4 A institucionalização e legalização do Buen Vivir – o caso da Bolívia.....	87
3.4.1 <i>O Buen Vivir e o Estado na atualidade – o caso da Bolívia</i>	90
3.5 Buen Vivir e o Estado de direitos.....	94
4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SISTEMA CAPITALISTA E A INSERÇÃO DA RELAÇÃO COM A NATUREZA PARA FOCO NA FELICIDADE HUMANA.....	95
4.1 O que são políticas públicas.....	95
4.2 A história do desenvolvimento de políticas públicas.....	97
4.3 As políticas públicas e a qualidade de vida.....	99
4.4 A relação com a natureza enquanto qualidade de vida.....	106
4.5 Para onde as políticas públicas podem caminhar.....	114
5. A PERMACULTURA ENQUANTO FERRAMENTA QUE POSSIBILITA A FELICIDADE HUMANA E UMA RELAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COM A NATUREZA.....	118
5.1 Princípios Éticos e de Design da Permacultura.....	123

5.1.1	<i>Os Doze Princípios de Planejamento na Permacultura</i>	125
5.1.2	<i>Setores e Zonas – configurações de uma propriedade</i>	130
5.1.3	<i>Análise de Elementos</i>	134
5.2	Ambiente Construído.....	135
5.3	Ferramentas e Tecnologia.....	139
5.4	Cultura e Educação.....	141
5.5	Saúde e Bem-Estar Espiritual.....	143
5.6	Economia e Finanças.....	145
5.7	Posse da Terra e Governança Comunitária.....	148
5.8	Manejo de Terra e da Natureza.....	150
5.9	Permacultura no Brasil, um breve histórico.....	151
5.10	A aproximação da Permacultura com as políticas públicas.....	154
5.11	A lição sociocultural apresentada pela Permacultura para a promoção de um Bem Viver.....	157
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
6.1	PROPOSTA	161
7.	LISTA DE ENTREVISTADOS	166
8.	REFERÊNCIAS	167
9.	ANEXO A – Roteiro de Entrevistas	175

1. INTRODUÇÃO

Nesse trabalho de doutorado me proponho a discutir a Permacultura, como uma prática de relação com o meio ambiente, que caminha no sentido contrário ao consumismo. Por outro lado, questionamos facetas dos problemas ambientais enfrentados pelo Estado Liberal, dentro do sistema capitalista, compreendidos numa sociedade de consumo e disputa de poderes. Onde o homem é responsável pela extinção de espécies de plantas e de outros animais. Não encontra soluções para os mais diversos problemas enfrentados no cotidiano, como por exemplo a poluição, que é gerada, principalmente, no âmbito industrial, que atende a uma cultura baseada no excesso de consumo.

Minha aproximação com a temática ocorreu de forma gradual, mas o interesse pela questão ambiental é algo que está presente a tanto tempo que não sei precisar como começou. A Permacultura em si surgiu por intermédio de uma amiga que havia feito um curso de certificação de Permacultura e me disse que boa parte das práticas que eu já tinha, se enquadravam naquilo que a Permacultura defende. Posteriormente, tive a oportunidade de conhecer mais pessoas envolvidas com essa questão e também pude fazer um curso que me certificou como permacultora.

Conforme meu conhecimento sobre questões ambientais aumentava, crescia também os questionamentos e o acompanhamento da evolução dos debates realizados e ações de Estado, uma perspectiva macrossocial advinda da minha formação enquanto assistente social, considerando a importância do debate das questões ambientais para a profissão. Exemplos dessas ações de Estado, são o protocolo de Kyoto e o Protocolo de Paris, dois grandes acordos internacionais importantes.

O Protocolo de Kyoto, um acordo internacional criado para que os países envolvidos tomassem medidas para a diminuição de gases poluentes no planeta, no ano de 2015, 10 anos após a sua instituição, precisou admitir seu fracasso. A emissão dos

gases não só não diminuiu, como também teve um aumento significativo durante o período de 2005 a 2012, 16,2%¹.

No ano de 2017 o atual presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, anunciou seu rompimento com o Protocolo de Paris, destinado a diminuição da poluição proveniente das indústrias, desmatamento, entre outros, objetivando impedir o aumento da temperatura terrestre nas próximas décadas. Sua decisão foi pautada no argumento de que a criação de empregos é mais importante que a preservação ambiental².

Essas notícias possuem em comum os problemas gerados pela forma com que o homem é educado e se relaciona com a natureza. Seja por questões de segurança alimentar, ou os impactos ambientais resultantes do processo de industrialização e desenvolvimento que fomenta a desassociação do homem a natureza, vemos nesses exemplos um inegável problema da humanidade no que diz respeito às questões ambientais.

Em contrapartida, vivemos uma organização sociopolítica que fomenta o consumo de bens e serviços como uma possibilidade de melhoria de qualidade de vida, o que gera a manutenção de um sistema de exploração ambiental contínuo, que por sua vez implica em ambientes de menor qualidade de vida por não oferecer acesso a alimentação de qualidade, que exige a cada dia a criação de variedades de sementes mais resistentes às pragas e ao excessivo uso de agrotóxicos. Também não resolve o problema da desigualdade social e nem é capaz de diminuir a quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Diante desses problemas todos, temos o Butão que aposta na Felicidade Interna Bruta como meio de contrapor e superar esses entraves da desigualdade social, que são sustentados na cultura do consumo. E também temos o Buen Vivir latino-americano que apresenta uma verdadeira política de Estado voltada para a felicidade humana. Nesses dois casos foi possível observar que a questão ambiental foi acrescentada como fundamental para sua garantia. Além da questão ambiental é possível observar um caráter comunitário nas duas propostas.

¹ Conforme matéria divulgada em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2015/02/1590476-dez-anos-depois-protocolo-de-kyoto-falhou-em-reduzir-emissoes-mundiais.shtml>> Acesso em 18 de maio de 2018.

² Conforme matéria divulgada em: <<https://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/06/trump-sai-do-acordo-de-paris-ruim-para-o-planeta-pior-para-os-eua.html>> Acesso em 18 de maio de 2018.

Se pudéssemos fazer tanto uma crítica a Felicidade Interna Bruta, quanto da proposta de Buen Vivir seria mais pelos seus aspectos filosóficos e de princípios que possuem grande importância, para direcionar políticas públicas voltadas para essa perspectiva, mas não vemos uma aplicabilidade concreta. E nesse sentido a Permacultura surge como uma possibilidade plausível para se pensar em políticas públicas voltadas para uma lógica em que humanos e natureza estão mais integrados, valorizando a possibilidade de emancipação humana, que também implica em emancipação em relação ao sistema capitalista e sua lógica consumista, que põe em risco a vida humana, assim como de todos os seres vivos no planeta.

Objetivando apresentar a Permacultura como possibilidade norteadora para políticas públicas voltadas para a felicidade humana, compreendendo a felicidade humana enquanto algo subjetivo, mas que pode ser experimentada com a não exploração de humanos e natureza, optamos por utilizar o método da História Oral. Pois, a História Oral é um caminho que leva a “refletir acerca de um tipo especial de fonte, sem entendê-la como registro do que já está posto, dado, no sentido de expressar outra realidade, de pertencer a ela, o que só se pode atingir por meio de método adequado” (GUIMARÃES NETO, 2012, p.16-17). E assim se constrói a duas cabeças o documento sonoro, convertido em texto, que utilizamos no trabalho para discutir as questões que nos são caras.

A utilização da História Oral como método de trabalho e a abordagem em primeira pessoa além de ser uma novidade (para mim), configuram-se como um desafio diante de uma formação acadêmica que incentiva um afastamento do objeto de estudos e da produção concebida através dele, de modo neutro e que Marcos Montysuma vai tratar como um pertencimento do pesquisador, que permeia seu trabalho (MONTYSUMA, 2012, p, 58). Nessa perspectiva, a História Oral favorece uma ruptura e apresenta novos desafios diante da pessoalidade e subjetividade, que até então eram negadas, conforme Guimarães Neto (2012) apresenta:

Traçando caminhos diversificados, a História Oral – que não é uma disciplina, mas uma metodologia ou prática de pesquisa – afirma-se no cenário intelectual do Brasil, da América Latina e de outras partes do mundo. Não sem controvérsias, desafia novas questões teóricas e metodológicas que são fundamentais para as análises acerca da produção e dos usos dos documentos

– e não apenas orais – no âmbito da historiografia. (GUIMARÃES NETO, 2006, p.15)

Através do método da História Oral não só identificamos, mas mantemos contatos com os atores sociais envolvidos no processo analisado. Dessa forma, possibilita que possamos compreender melhor como é abordar assuntos e resolver problemas tão díspares, por pessoas que não estão inseridas no meio acadêmico. Além disso, a História Oral possibilita a construção de um acervo sobre a história de vida, e/ou temática dos permacultores que aceitaram nos receber em suas casas. De acordo com Verena Alberti, 2018:

A História Oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da História Oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. (ALBERTI, 2018, p.18)

Os objetivos do tema investigado nos deram um norte para elaborarmos as entrevistas, passando pelo estudo prévio da temática e das pessoas, mas tenho a compreensão que as configurações da entrevista ganham sentido e são, de certo modo determinadas pelo que é trazido pelos entrevistados, no percurso do encontro, que podem abrir para outros aspectos e abordagens temáticas, que por ventura apareceram no discurso das pessoas, quando lançamos certas perguntas, que funcionam como chaves, que abrem passagens para ampliar aquilo que procurávamos.

Alberti (2018, p.22) nos diz que “a entrevista de História Oral permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares, etc.” O caso da Permacultura sob a perspectiva evocada pelas ciências humanas, inserido no contexto proposta para esse trabalho, categoriza-se como uma questão inédita, posto que encontramos dificuldade para estudar o tema, dada a carência de literatura científica relativa ao tema.

Nosso objetivo, em relação as entrevistas, não é enquadrá-las em uma teoria, mas demonstrar, através das histórias gravadas, o que existe. Quem trouxe a direção a ser

seguida foram as pessoas que entrevistei. Portelli (1997) fala a respeito do papel de pesquisador e informante, deixando claro que não há uma barreira que posicione o investigador em um local de conforto diante do entrevistado. O tempo todo oscilamos nesses papéis, sendo a interação baseada na confiança mútua e a compreensão sobre o universo investigado, imprescindível para o sucesso da pesquisa.

Antes de nos aventurar entre permacultores, me aprofundei nas leituras sobre a temática, entendendo que “é conhecendo amplamente o tema que o pesquisador pode otimizar seu desempenho e imprimir à produção dos documentos de História Oral um alto grau de qualidade” (ALBERTI, 2018, p.82). Além de estudar sobre a temática, busquei conhecer as pessoas envolvidas para organizar as entrevistas. Foi importante conversar com outras pessoas interessadas pela temática. Também busquei em redes sociais, blogs e livros nomes de possíveis entrevistados, mas sempre tendo em mente o meu papel de investigadora.

Trabalhar com a História Oral exige de nós um posicionamento ético, digo, uma prática ética. nos impõe uma postura de compreender que falamos de/com pessoas, não de objetos de estudo. Essas pessoas estão inseridas em um contexto que acredito ser relevante para a discussão a qual me proponho, mas a riqueza de suas histórias não está em aspectos que podem ser quantificados como pitorescos, inéditos, picantes. Utilizar a História Oral assim não é ético, nem saudável, pois imporia constrangimentos para as pessoas que nos receberam tão bem. A aproximação com a temática e com as pessoas entrevistadas realiza-se com uma responsabilidade dupla, tanto do compromisso enquanto pesquisadora que precisa escrever uma tese de doutorado, quanto de quem respeita os entrevistados, que partilham de sua intimidade confiando no que será produzido a partir dela.

Nesse meio, a atenção aos detalhes é algo fundamental para a confecção de um trabalho realizado com êxito. Por isso, desde já registramos nossa preocupação em atender ao pedido efetuado por Suzana Maringoni, que foi entrevistada para esse trabalho. Antes de iniciarmos a gravação de sua entrevista, ela pediu para que tomasse o cuidado em não identificar os entrevistados como portadores da “verdade” no contexto da Permacultura brasileira. Seu alerta dirigido a mim veio a calhar com aquilo que já tomava conhecimento através das leituras em História Oral, particularmente por intermédio de

Mercedes Vilanova (1994), para quem o trabalho com fontes orais implica na seguinte perspectiva:

[...]sabemos que a fonte oral é uma fonte viva, é uma fonte inacabada, que nunca será exaurida, e portanto, que a história bem-feita que queremos fazer é Uma história inacabada. Por isso, somos humildes e não damos lições. Mas a História que queremos fazer é mais completa que uma história contemporânea feita sem fontes orais. Sabemos que a fonte oral, posto que é viva, é parcial. E vou defender a parcialidade da fonte oral, não só porque é inacabada, com o também porque nos põe em confronto com o outro. É parcial e, nesse sentido, é política porque, na confrontação do entrevistador com o entrevistado, pode-se buscar as diferenças e também a unidade. E esta dinâmica do diálogo é um dos aspectos mais apaixonantes do trabalho com as fontes orais. (VILANOVA, 1994, p. 47)

Os aspectos apontados pela professora Vilanova, na citação acima exige de nós uma postura de prontidão na abordagem metodológica com as fontes orais, para que possamos potencializar seu uso em nossos trabalhos. Respeitando a singularidade presente em cada entrevistado, falo sobre eles nesse capítulo, identificando quem são.

A História Oral segue uma perspectiva onde não está buscando uma “verdade” como resultado final, mas aponta possibilidades a partir das quais nós lançamos em nossas inserções analíticas do objeto pesquisado. Seu potencial está justamente em apresentar elementos que aproximem o leitor da pessoa que é sujeito da pesquisa, através da voz ao entrevistado, aqui convertido em texto escrito, na mesma medida em que o/a pesquisador/a se apresenta, pois é a partir dele/a que se constrói o elo entre o entrevistado e o leitor.

No caso das primeiras entrevistas que foram realizadas com permacultores, o contexto em que elas foram produzidas estão fundamentados nas estratégias e exercícios de aproximação conforme apontadas em Portelli (1997), que fala a respeito do desafio de transformar em escrita aquilo que é verbalizado, seu texto tem como foco os teipes que contém as entrevistas verbalizadas e que são transformadas em texto. O processo de transformação do que é falado em algo escrito traz sempre o risco (e consequência) da impossibilidade de traduzir do código verbal/oral, para as normas de escrita culta.

Entendendo que a fala coloquial não expressará uma caracterização (os entrevistados são graduados, mestres e há também um doutor), optou-se por transcrever para a norma culta as entrevistas. Assumindo que a entonação da voz, respiração, pausas

e outros códigos, não são facilmente traduzidos e adequados ao texto, ainda mais quando devem ser acompanhados de reflexões sobre o que é dito. A produção científica cumpre objetivos, onde o/a pesquisador/a está em busca de algo. Para chegar até isso, muitos aspectos serão perdidos, detalhes ficarão de fora. Não por um ato impensado ou postura antiética, mas sim pela impossibilidade de traduzir toda a riqueza contida naquele discurso. Este é um ônus que carregamos em nosso ofício.

As pessoas entrevistadas são identificadas como permacultores, residentes no Brasil, nos estados de Santa Catarina, Paraná e Distrito Federal. Todos fizeram o Permaculture Design Course – PDC, curso criado pelos fundadores da Permacultura, objetivando ensinar os conceitos e aplicação do design da Permacultura. As pessoas foram escolhidas como fonte de pesquisa seu envolvimento ativo, em práticas de Permacultura, aproveitando-se da oportunidade de sua reunião (O PERMAENCONTRO) para a realização das entrevistas. Porém elas não falam enquanto representantes institucionais da uma Permacultura Brasileira, mas sim por seus envolvimento subjetivos. Representam suas próprias trajetórias e histórias de vida e, que aceitaram compartilhar suas experiências neste campo das práticas agricultoras.

Nossos entrevistados são pessoas que podem ser consideradas “Novos Rurais”, que dominam a escrita formal. A preocupação com o meio ambiente e a defesa das possibilidades oferecidas pelo tempo de trabalho, objetivos e meio onde ele se desenvolve ganha reforço em um movimento de retorno ao campo, ao qual eles se integram. Em relação ao conceito de novos rurais, ao debater sobre sua origem Venturi (2020) traz que:

surgiu durante a década de 1960 na França para designar, naquela época, o movimento de pessoas que abandonaram suas profissões e vida na cidade para morarem no meio rural, praticando a agricultura e criação de animais, sob a forma tradicional da agricultura familiar daquele país. Hoje esse conceito mudou, ficando um pouco mais amplo. (VENTURI, 2020, p. 75).

O conceito de novos rurais nesse trabalho é pensado partir da oposição da lógica que pensa o campo como um local de atraso. Para os novos rurais, o campo é um espaço que oferece uma qualidade de vida impossibilitada nas cidades. Os permacultores entrevistados para esse trabalho são pessoas que deixaram para trás carreiras nas mais diversas áreas. Graduados, mestres e um doutorado que decidiram modificar suas vidas e relação com a natureza.

As entrevistas ocorreram durante um “PERMAENCONTRO”, realizado em São José do Cerrito, no estado de Santa Catarina, durante o feriado de carnaval de 2018. O PERMAENCONTRO é uma reunião informal, destinada a amigos permacultores. Ela acontece mediante a possibilidade de organização, não sendo um evento aberto, reúne uma rede de amigos que se aproximaram por meio da Permacultura.

Essa edição foi realizada na casa de Suzana Maringoni e Jorge Timmermann, um casal de permacultores com uma longa jornada de envolvimento com a Permacultura. Dentre vários convidados, dos que puderam estar presentes, além de Suzana e Jorge, foram entrevistados: Mônica Carapeços e Sérgio Pamplona, Martin Ewert, Gardel Silveira e logo após o encontro, Simone Dalcin, sua companheira, no Sítio Curupira. Totalizando sete entrevistados, que tiveram suas falas gravadas, com uma média de duas horas de fala por pessoa. Os participantes concordaram por meio de termo de consentimento tanto com a utilização das suas entrevistas, quanto com a utilização da sua imagem.

Os nomes dispostos em pares indicam os casais, pessoas que vivem um relacionamento afetivo e uma relação intrínseca com a Permacultura. Mônica e Sérgio residem em Brasília, no Distrito Federal, em um sítio. O Sítio “Nós na teia”, premiado com o primeiro lugar no Concurso “I Prêmio de Iniciativas Urbanas Sustentáveis”, organizado no Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de estado de meio ambiente do Distrito Federal³.

Foto do Sítio Nós Na Teia:

³ Mais informações em: < <http://sitionosnateia.com.br/2018/01/1o-lugar-no-premio-iniciativas-urbanas-sustentaveis>> Acesso em 17 de maio de 2018.

Para conhecer melhor o projeto: < <https://www.youtube.com/watch?v=7tHElrBbO5M&feature=share>> Acesso em 17 de maio de 2018.



Figura 9 - Sede do Sítio Nós Na Teia (feita de Bioconstrução), localizado em Brasília, Distrito Federal.
Fonte: <<https://sitionosnateia.com.br/o-sitio>>

Suzana e Jorge além do projeto do sítio que sediou esse encontro, atuam em um sítio em São José do Cerrito, no estado de Santa Catarina. Se dividem entre as atividades de Ivy Porã⁴ (o sítio de São Pedro de Alcântara, onde realizam cursos) e o projeto do sítio Waikayu⁵. Nos dois casos, os projetos são coletivos, realizados em conjunto com amigos.
Casa de sede do projeto Waikayu:

⁴ Mais informações sobre o projeto disponíveis no blog de Ivy Porã. Disponível em: <<https://yvypora.wordpress.com/>> Acesso em 17 de maio de 2018.

⁵ Mais informações sobre o projeto disponíveis no blog de Waikayu. Disponível em: <<https://waikayu.wordpress.com/>> Acesso em 17 de maio de 2018.



Figura 10- Casa do projeto Ivy Porã (feita de Biocostrução), localizada em São José do Cerrito, no estado de Santa Catarina. Fonte: Suzana Maringoni

Rafaelle e Martin, são casal mais jovem participante do Permaencontro, Martin o mais jovem entrevistado. Moradores da região metropolitana de Curitiba, se dividem entre as atividades dentro do perímetro urbano, com um projeto em uma escola de educação infantil, o Programa Sementinha, produção de cosméticos naturais, entre outros. E a atividade no campo, da mesma forma que acontece com Mônica, Sérgio, Suzana, Jorge e Gardel, o casal se dedica a instrução de PDCs, além da produção alimentícia em seu próprio quintal⁶.

Rafaelle durante o desenvolvimento das atividades do Programa Sementinha:

⁶ Martin é doutor em Agroecologia, foi entrevistado para falar a respeito dos sistemas agroflorestais. O vídeo foi produzido no quintal da casa do casal. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YjEeTfMmC7Q>> Acesso em 17 de maio de 2018.



Figura 11 - Rafaelle realizando atividades do Programa Sementinha em Curitiba, Paraná. Fonte: Rafaelle Mendes.

Martin Ewert e a produção alimentícia do seu quintal:



Figura 12 - Martin e a colheita da produção do seu quintal. Fonte: Martin Ewert.

Gardel e Simone, moram em um sítio situado no alto de um morro na cidade de Santo Amaro da Imperatriz. Durante muitos anos, o casal dedicou-se exclusivamente a aplicação da Permacultura no sítio Curupira⁷. Deixaram para trás a vida na cidade de Florianópolis para viver a Permacultura exclusivamente. Hoje em dia, Simone vai diariamente a Florianópolis para trabalhar, enquanto Gardel dedica-se exclusivamente as atividades no sítio.

Imagens da construção e resultado final da sede do Sítio Curupira:



Figura 13 - Construção e resultado final da sede do Sítio Curupira, localizado em Santo Amaro da Imperatriz, no estado de Santa Catarina. Fonte: <<https://sitiocurupira.wordpress.com/>>

Simone não pode participar do Permaencontro. Um dos cães do casal estava doente e exigia cuidados diários, devido a isso ela ficou no sítio do casal. Por isso, o casal foi entrevistado após o encontro realizado em São José do Cerrito. Gardel me convidou para passar o dia no sítio Curupira. Fizemos um passeio pelo sítio do casal, nos alimentamos com cogumelos, ovos e outros alimentos produzidos no sítio.

As pessoas foram apresentadas em pares por dois motivos: 1º - a jornada e trabalho realizado em forma conjunta; 2º - A relação com o outro permeia toda a entrevista, que

⁷ Gardel e Simone relatam suas experiências no blog do sítio Curupira. Disponível em: <<https://sitiocurupira.wordpress.com/>> Acesso em 17 de maio de 2018.

foi cedida de forma individual. Suas relações em pares e entre eles, como amigos, é falada com frequência, demonstrando que existe a subjetividade, origem distintas, pensamentos, ações individuais, mas isso é permeado pela relação com o outro, que integra um ideal traçado e ações realizadas.

Tanto na visita do sítio de Gardel e Simone, quanto no PERMAENCONTRO em São José do Cerrito, o contato com a natureza e as relações tecidas ofereceram a oportunidade de desfrutar de um sentimento/ sensação impossibilitados por outros ambientes. O Bem Viver apresenta aspectos subjetivos que talvez sejam percebidos através da foto abaixo, tirada durante o encontro:



Figura 14 - Participantes do PERMAENCONTRO em São José do Cerrito, no estado de Santa Catarina.
Fonte: Rafaelle Mendes.

As atividades desenvolvidas durante o encontro eram relacionadas a aplicação da Permacultura, uma troca de experiências que oportunizaram perceber que há um conhecimento empírico oportunizado apenas pela vivência desses processos no campo.

Erros, acertos, discussões sobre a ética de ações, como o manejo de florestas, consumo de carne e outros, estiveram presentes. Não raro era a presença do compartilhamento de uma experiência desenvolvida por algum deles que não havia saído bem como o planejado, apresentando novos problemas e a necessidade de ajustes.

Longe de uma vida utópica, o trabalho de novos rurais permacultores exige dedicação e o aprendizado sobre um universo que anteriormente era desconhecido, a vida no campo. Ao longo dessa tese essa e outras questões serão apresentadas para compreender como a Permacultura pode ser colocada em prática e o Bem Viver, para além de um ideal utópico, pode ser alcançado.

A tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles, intitulado “O Estado liberal e a evolução da pauta ambiental”, apresenta as configurações do Estado liberal de direitos, as políticas internacionais que incidiram em debates de pauta ambiental, a proposta do Botão de Felicidade Interna Bruta e o problema do direcionamento das políticas ambientais na atualidade. Para que assim se entenda a influência da organização do Estado Liberal para a ineficácia de políticas ambientais.

No segundo capítulo, que traz como título: “O projeto do Buen Vivir e a mudança de perspectiva sobre a natureza”, apresentamos a proposta do Buen Vivir, seu processo de implementação no Equador e Bolívia, os impactos gerados e mudanças de perspectiva que o Buen Vivir apresenta. Bem como, as configurações sociopolíticas mais recentes dos dois países, resultantes da aprovação e implementação desse projeto.

No terceiro capítulo, sob o título de “As políticas públicas no sistema liberal e a inserção da relação com a natureza para foco na felicidade humana”, apresentamos os debates sobre a organização e finalidades das políticas públicas no sistema capitalista, a necessidade de ter como foco de políticas públicas o foco na felicidade humana, a conexão com a natureza enquanto promoção de felicidade humana e qualidade de vida, e o exemplo da Permacultura como possibilidade de mudança de perspectiva.

No quarto capítulo, nomeado como “A Permacultura enquanto ferramenta que possibilita a felicidade humana e uma relação de integração com a natureza”, apresentamos a organização da Permacultura, os pontos em que ela foca e demonstramos seu potencial para orientação de políticas públicas voltadas para a felicidade humana proposta pelo Botão e pelo Buen Vivir.

2. O ESTADO LIBERAL E A EVOLUÇÃO DA PAUTA AMBIENTAL

O primeiro passo que precisamos dar em direção a compreensão do tema desta tese está relacionado ao Estado, seu desenvolvimento, sua organização e a inserção da pauta ambiental. Este passo é importante para compreensão da temática de estudo, pois é através dele que temos a base de como se estabelece, desenvolve e qual o rumo que as questões ambientais tomam no Brasil e no mundo. E isso tem um impacto direto naquilo que os permacultores vivenciam, as críticas que tecem, aquilo que acreditam, conforme fica evidenciado na fala de Jorge, um dos nossos entrevistados.

Em relação a questão do desenvolvimento, ele explica que:

Na época que eu estudava ecologia, era ecodesenvolvimento. Se falava que ecodesenvolvimento é o tripé que você tem que encontrar. TIMMERMANN, Jorge. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

O conceito de Ecodesenvolvimento relatado por Jorge surgiu na década de 1970, na Conferência de Estocolmo, sendo esse período um marco para os debates sobre meio ambiente.

E em 76, 77 houve um dos grandes congressos do PNUMA, PNUMA era os projetos de desenvolvimento que promovia as Nações Unidas. E voltaram os ecólogos de lá dizendo bom, agora não é mais desenvolvimento. Nos ferraram e ganharam outros, que chamavam de desenvolvimento sustentável. Qualquer coisa era desenvolvimento sustentável! TIMMERMANN, Jorge. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

A crítica apresentada por Jorge consiste no problema debatido no período em que se buscava o desenvolvimento econômico, mas já se conhecia os impactos ambientais causado por ele, é quando começa a se estabelecer um embate entre o crescimento de um país (baseado no conceito de desenvolvimento econômico) e a preocupação com os impactos que isso gera. Isso gera uma deturpação de uma perspectiva que na verdade não se enquadra na lógica desenvolvimentista, o que tem como consequência uma ação paliativa, de pouca eficiência, conforme relata Jorge:

Você vê projetos a rodo, que fala que é sustentável por que é economicamente sustentável. Porque uma parcialidade se sustenta, o resto ninguém considera!

Quando era ecodesenvolvimento, você fazia um projeto “sustentável” e você tinha que mostrar que ambientalmente não destruía, que socialmente era justo e economicamente era viável. Não era brincadeira fazer um projeto...
E agora é assim, qualquer coisa é sustentável!
Fechou o número, tem o dinheiro no banco? Você tem uma casa que é sustentável. Isso é socialmente nefasto! TIMMERMANN, Jorge. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

Vemos a sobreposição da questão econômica fomentada pelo Estado, Jorge evidencia isso dizendo que:

Você cria cada vez mais dinheiro de mentira, criando créditos, dinheiro que nunca se emite, para criar uma bolha financeira maior, para que poucas tenham mais poder. Nem dinheiro tem, já que dinheiro não existe, é só um número no computador. TIMMERMANN, Jorge. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

Jorge é uma das pessoas que colabora com a disseminação da Permacultura no Brasil oferecendo cursos de formação anualmente. Seu envolvimento com a Permacultura teve início na década de 1990⁸, mas sua aproximação com a questão ambiental precede esse momento. Em sua fala encontramos uma referência ao PNUMA, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, da Organização das Nações Unidas e instituído em 1985, por meio da Decisão 13/2⁹ do Conselho de Governança da agência.

Evidenciando seu descontentamento, Jorge demonstra o conflito existente entre a questão ambiental e o desenvolvimento econômico, priorizado no sistema capitalista presente no Estado Liberal de direitos, no qual vivemos. Por isso, sua entrevista serve de base para debatermos questões referentes ao contexto de sistema, governos, questão econômica e pensarmos em como a pauta ambiental foi introduzida e como vem se desenvolvendo ao longo da sua inserção nos debates relacionados.

2.1 O Estado e suas responsabilidades

O ponto de partida para o debate desse tópico é o Estado. Faz-se necessário debater a respeito do que ele é e das suas funções para argumentar sobre a qualidade de vida e

⁸ Este assunto debatido de forma mais elaborada no tópico 5.9 Permacultura no Brasil, um breve histórico, na página 151.

⁹ Conforme informações disponibilizadas no site oficial da ONU, disponibilizadas em: <<https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/12220/Governing%20Council%20Decision%2013-2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 20 de dezembro de 2020.

felicidade humana que pode oferecer aos seus cidadãos e cidadãs. Isso por que, falamos de um projeto que deve ser pensado de forma coletiva, para sociedades humanas. Sendo assim, a atuação do Estado impacta diretamente no seu desenvolvimento.

Quando falamos de Estado, falamos a respeito da configuração atual seguindo o entendimento do Estado de direitos. Existem vários debates e autores que se ocuparam da tarefa de compreensão do Estado ao longo da história humanas, temos diversos pensadores de diferentes períodos e localidades que auxiliaram na compreensão e influenciaram no entendimento que temos atualmente.

Alguns deles se ocuparam do debate sobre a sua origem, dividindo-se em duas possibilidades, de um lado aqueles que afirmavam que o Estado é uma organização que naturalmente foi formada pelas sociedades humanas e outros que falam a respeito da necessidade de um contrato firmado entre humanos para possibilitar a organização do Estado. Aqueles que acreditavam em um caminho mais natural, são considerados jusnaturalistas, ao passo que os outros, que partem da ideia da necessidade de criação de um contrato, são considerados contratualistas, conforme debatido por Vilalon (2011).

Nos dois casos, em comum temos a existência de um território, onde vive um determinado povo, seguindo seus costumes e vivendo sob a organização de um poder soberano. Esses são os elementos necessários para a formação de um Estado. Que pode surgir a partir do povoamento de um novo território que não esteja incorporado a nenhum outro Estado, ou por desmembramento ou agrupamento de territórios povoados. Guerras, por exemplo, podem influenciar na criação ou extinção de um Estado.

Para entender o Estado em sua configuração atual, um autor indispensável é John Locke (1632 – 1704), considerado pai do liberalismo político, dois marcos da sua teoria são a instituição da propriedade privada e a separação dos poderes. Locke compreendida que havia um estado anterior ao Estado instituído como detentor do poder, compreende esse estado anterior de forma positiva, para ele, nessas condições homens gozavam de plena liberdade, sem subordinações todos teriam o mesmo poder.

Por isso, o contrato que gera o Estado existe para garantir as liberdades individuais. Locke entendia que existiam direitos anteriores a instituição do Estado: a liberdade, vida, igualdade e a propriedade privada. E o direito à propriedade privada é entendido por ele como um direito natural por ser derivada do trabalho do homem.

O conceito de propriedade em Locke é central na sua teoria econômica do *Segundo tratado*. Se, para a maioria dos pensadores do século XVII, a propriedade surge a partir da institucionalização do Estado, para Locke este surge apenas para garanti-la e protegê-la, pois ela já existia no estado de natureza. O problema maior, no entanto, é saber como se passa de uma suposta propriedade comum, dada por Deus, para a privada. (SANTOS, 2013, p.01)

Sua teoria publicada em “Dois tratados do Governo civil” traz importantes reflexões sobre o Estado. No primeiro ele se dedicou ao trabalho de questionar a questão da escolha divina que caracterizava a manutenção de reis no poder. No segundo, seu foco estava no governo civil, debateu sobre os objetivos, origem e sua organização. Uma vez que o Estado constituído é desprovido da necessidade de limitar os homens, “Cabe ao Estado possibilitar ao indivíduo o direito à liberdade de religião, ao livre comércio, à livre circulação das riquezas, ao poder de decisão do indivíduo, à própria tolerância civil”. (SANTOS, 2013, p.01)

A participação dos homens nas decisões colocou a soberania do Estado não nas mãos do governante e sim da população, cabendo aos representantes do povo promulgar leis e ao governo a sua execução. A subordinação não é absoluta, havendo a possibilidade de questionamento se as ações tomadas pelo poder do Estado não corresponderem aquelas pensadas pela maioria da população, sendo possível ainda que isso resulte em revolução armada.

Em relação aos três poderes, Locke pensou no Poder Legislativo; Executivo e Federativo. Esta divisão está distante da organização dos três poderes que temos na atualidade, o autor não pensou em uma organização desses poderes sendo que o Legislativo tinha maior poder em relação aos outros, “a teoria lockeana da separação de poderes possui duas preocupações essenciais: por um lado, a de depositar em mãos distintas a prerrogativa da elaboração das leis e a prerrogativa da execução das mesmas; por outro, a de subordinar o poder executivo ao poder legislativo”. (ALBURQUEQUE, 2000, p.104)

Locke fazia críticas ao modelo absolutista de governo que estava vigente no período se tornando um influenciador do processo compreendido como Revolução Francesa, ocorrido entre 1789 e 1799, na França. Essa Revolução modificou a organização do Estado que deixou de ser dominado pelo rei, atendendo o interesse da

população local, em especial a burguesia, dando início ao Estado moderno (democrático e capitalista), com perspectiva liberal.

O Estado liberal nasceu com ideais de avanço em relação a monarquia absolutista, baseados na liberdade individual e limitação do poder dos governantes. Mas, seus ideais fomentavam o individualismo e concentração de renda, favorecendo detentores de meio de produção e o aumento da pobreza. De acordo com Hobsbawm (1995, p.113-114):

De todos os fatos da Era da Catástrofe, os sobreviventes do século XIX ficaram talvez mais chocados com o colapso dos valores e instituições da civilização liberal cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas partes “avançadas” e “em avanço” do mundo. Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembleias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião. O Estado e a sociedade deviam ser informados pelos valores da razão, do debate público, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria (embora não necessariamente de perfeição) da condição humana.

Os ideais de avanço pensados durante o período iluminista não foram suficientes para balizar as relações entre empregadores e empregados, por exemplo. Os dois permaneciam livres, mas com a concentração de renda nas mãos da burguesia, o proletariado precisava se sujeitar as condições impostas pelo seu empregador, que por sua vez, visava apenas o lucro. Com isso, as diferenças entre classes sociais ficavam cada vez mais evidente e a revolta crescia entre os proletariados que viviam em condições precárias.

O Estado liberal é responsável pela criação dos “direitos de primeira geração”, que seguem a perspectiva pensada por Locke. São considerados direitos negativos, pois não há intervenção do Estado. Compreendem o ideal de liberdade, igualdade, propriedade privada, entre outros, sem questionar ou levar em consideração os fatores de desigualdade sociais. Fato esse que gerou revolta e questionamentos da classe trabalhadora, tencionando ainda a política democrática adotada por essa forma de Estado, já que as decisões políticas fortaleciam a desigualdade social.

O século XX multiplicou as ocasiões em que se tornava essencial aos governos governar. O tipo de Estado que se limitava a prover regras básicas para o comércio e a sociedade civil, e oferecer política, prisões e Forças Armadas para

manter afastado o perigo interno e externo, o “Estado-guarda-noturno” das piadas políticas, tornou-se tão obsoleto quanto o “guarda-noturno” que inspirou a metáfora. (HOBSBAWM,1995, p.142)

É imprescindível dizer que o Estado liberal não é uma questão superada, mas que passou por modificações geradas pela tensão existentes entre as classes sociais e outros fatores de impacto mundial, como a primeira e a segunda guerra. Temos ainda, o Estado de Bem-Estar Social, ideal que acresce as tenções existes no Estado Liberal, pois surge em oposição ao ideal de intervenção mínima do Estado, requalificando aquilo que é entendido como sua função. A criação de Organismos internacionais também influencia na forma em que o Estado é pensado, acrescentando questões sobre o debate de autonomia, tendo implicações diante do cenário globalizado e políticas externas.

O Estado de bem-estar social tem “Uma definição comum nos manuais é a de que ele envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos” (ESPING-ANDERSEN, 1991). Com os desígnios gerados pela desigualdade social, o avanço da revolução industrial e conseqüentemente, as grandes aglomerações nas cidades, em sua ampla maioria de trabalhadores vivendo em situação precária, surgem também os processos de organização de grupos que buscavam pautas sociais de melhoria de qualidade de vida para as populações.

Desde então, vivenciamos as tenções geradas entre projetos políticos com finalidade de um Estado voltado para a proteção social ou para uma perspectiva liberal, com intervenção mínima. Essa disputa é acrescida do contexto sócio-histórico que impacta de forma diferenciada em cada país. Mas, o impacto da primeira e da segunda guerra trouxe modificações gerais nos Estados nação. Isso por que, os conflitos que geraram as guerras e suas conseqüências econômicas e sociais inspiraram a ampliação dos direitos sociais. Se na primeira geração temos uma perspectiva de garantia sem a interferência do Estado para a sua efetivação, na segunda geração de direitos isso se modifica:

Os direitos de segunda geração ou dimensão relacionam-se com as liberdades positivas, reais ou concretas, assegurando o princípio da igualdade material entre o ser humano. A Revolução Industrial foi o grande marco dos direitos de segunda geração, a partir do século XIX, implicando na luta do proletariado, na defesa dos direitos sociais (essenciais básicos: alimentação, saúde, educação etc.). O início do século XX é marcado pela Primeira Grande Guerra e pela

fixação de direitos sociais. Isso fica evidenciado, dentre outros documentos, pela Constituição de Weimar, de 1919 (Alemanha), e pelo Tratado de Versalhes, 1919 (OIT). (JUNIOR e NOGUEIRA, 2012, p.04)

Com a segunda geração temos a responsabilização do Estado para a criação e garantia de direitos como educação, saúde, moradia, alimentação, entre outros que serão alvo de políticas públicas para a sua efetivação. Acrescidos dos ideais de liberdade vindos da perspectiva liberal, os Estados nação passam a inserir em suas constituições direitos fundamentais para que a liberdade possa ser vivida por seus cidadãos. A justiça social passa a ser matéria de direito instituído constitucionalmente.

Já a terceira geração de direitos advém das preocupações geradas depois da segunda guerra mundial, seguindo uma perspectiva interpessoal, pensando de forma coletiva, objetivando a proteção da humanidade. Nesse escopo, tratados relacionados aos direitos humanos e a proteção ambiental se tornaram matéria de debates e acordos entre Estados nações.

Podemos citar como direitos de terceira geração: direito ao desenvolvimento ou progresso, ao meio ambiente, à autodeterminação dos povos, direito de comunicação, de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e direito à paz, cuidando-se de direitos transindividuais, sendo alguns deles coletivos e outros difusos, o que é uma peculiaridade, uma vez que não são concebidos para a proteção do homem isoladamente, mas de coletividades, de grupos. (JUNIOR e NOGUEIRA, 2012, p.05)

Dentro do escopo dos direitos de terceira geração temos a criação de organismos internacionais, com a Organização das Nações Unidas – ONU, que desempenha um importante papel nas questões referentes ao Estado em sua relação internacional. Sobre a ONU dedicaremos o próximo tópico. Antes é preciso compreender que a instituição do Estado Liberal, sendo considerado o Estado de direitos implica em movimentos que tencionam o entendimento das finalidades de Estado. Isso ocorre por meio de projetos de governo que incidem na dinâmica da efetivação das políticas e na organização e reorganização das legislações que determinam as competências do Estado.

Compreendendo que sua origem liberal implica na concepção de Estado de direitos como a garantia de direitos da primeira geração, que são direitos individuais, onde a ação do Estado está no seu poder e força coercitiva, isso implica dizer que a garantia

referida a essa concepção está, por exemplo, na inviolabilidade da propriedade privada e não na garantia de que todos tenham suas propriedades privadas.

As mudanças decorrentes da primeira e segunda guerra, bem como das implicações da revolução industrial e início da globalização são fatores fundamentais para a ampliação das funções do Estado de direitos sobre uma ótica voltada para o bem estar social. Nessa lógica, além da garantia da inviolabilidade da propriedade privada compete ao Estado a criação de políticas públicas que possibilitem a população do Estado nação ter sua própria propriedade privada.

O foco, que antes estava apenas na burguesia, acaba sendo alvo de disputa de grupos que pensam de forma diversa. Isso não implica no fim do Estado liberal e do sistema capitalista, mas gera embates entre projetos de governo, o que incide na ação do Estado. Com o avanço para a segunda geração de direitos temos a ação do proletariado, sua luta por direitos e garantias do Estado que possibilitem justiça social, na terceira geração de direitos vemos o impacto das organizações internacionais e a visão do futuro, pensando no impacto ambiental, por exemplo. Nesse escopo tão se enquadram os movimentos sociais, que ganham força e reconhecimento para angariar pautas coletivas.

Depois da segunda guerra mundial, o foco dos Estados amplia para as relações externas e passa a medir e classificar o desenvolvimento dos diferentes Estados nação tendo como base os direitos de terceira geração. Esse fato ocorre com influências da Guerra fria e a disputa entre um projeto capitalista ou socialista, a ONU recém criada em solo norte americano, pouco pode fazer no período, por ser alvo da tensão criada entre Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviética, dois países que participaram da criação da organização. Por outro lado, Estados Unidos passa a ter uma forte influência nos Estados latino-americanos, com seu projeto capitalista. A instituição de regimes militares em diferentes países da América Latina foi derivado ou teve grande influência norte americana.

Os regimes militares influenciaram na organização do Estado dos diferentes países latinos e o fim desses regimes também influenciou inclusive nas mudanças de legislação. O entendimento do Estado e das suas funções, dessa forma, acaba variando de acordo com a perspectiva de quem analisa. Adeptos de um projeto de Estado liberal irão na direção do direito individual e entenderão o Estado enquanto garantia de direitos sem a

implicação da efetivação desses direitos, a outra perspectiva, voltada para o bem-estar social, entende que é função do Estado a efetivação dos direitos através de políticas públicas que favoreçam isso.

2.2 A ONU, o FMI e os indicadores de desenvolvimento dos Estados nação

A segunda guerra mundial trouxe graves consequências para vários países. Os impactos iam desde questões econômicas, até mortes geradas pelo conflito e pela fome, porque os braços agricultáveis foram transferidos para a beligerância, fazendo cair a produtividade de alimentos em muitos países. Percebendo a necessidade de agir de forma preventiva para novos conflitos e visando melhoria na qualidade de vida da população mundial, em 1945 na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos da América, nasce a Organização das Nações Unidas:

Nós, os povos das Nações Unidas, resolvimos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla. E para tais fins praticar a tolerância e viver em paz uns com os outros, como bons vizinhos, unir nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, garantir, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, e empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos. Em vista disso, nossos respectivos governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de “Organização das Nações Unidas”. (ONU, 1945)

O movimento que resultou na criação da ONU teve início em 1941, com a criação da Declaração do Palácio de St. James, em Londres. Nos anos seguintes foram realizados diferentes encontros e produzidos documentos conjuntos entre países que objetivavam documentar sua postura desfavorável a possíveis guerras futuras e atentava para as sequelas sociais causadas pela segunda guerra mundial. Até que 51 países se reuniram e

fundaram a ONU, modificando a forma com que os diferentes países do mundo se relacionam e influenciando na política externa mundial. A criação de diferentes conselhos e as pesquisas realizadas nos diferentes países se tornaram uma ferramenta importante de medição da qualidade de vida nos países, essa era uma das metas estabelecidas desde a sua criação, conforme podemos observar na carta de criação da ONU:

A Assembleia Geral iniciará estudos e fará recomendações, destinados a: a) promover cooperação internacional no terreno político e incentivar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação; b) promover cooperação internacional nos terrenos econômico, social, cultural, educacional e sanitário e favorecer o pleno gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, por parte de todos os povos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (ONU, 1945)

As questões referentes aos terrenos econômicos e sociais passaram a ser matéria do Conselho Econômico e Social da ONU instituído também em sua carta de criação. Esse conselho passou a ser responsável por realizar pesquisas dentro de seu campo de atuação, onde surgiram indicadores socioeconômicos e passaram a se utilizar de outros já existentes, como o caso do Produto Interno Bruto - PIB, criado na década de 1930, por Simon Kuznets.

O conceito de medição do produto interno bruto criado por Simon Kuznets ganhou maior força após sua utilização pelo Fundo Monetário Internacional - FMI, uma agência da ONU responsável pelo monitoramento de questões econômicas dos países membros da organização, desempenhando um papel de relevância para a concepção de políticas internas e externas dos países, influenciando na sua organização de Estado.

Com isso, deu-se início a uma política de caráter internacional que passou a influenciar os rumos políticos e econômicos de diferentes países, classificando e ordenando em diferentes rankings aqueles que oferecem melhores indicadores. Processos de importação e exportação, por exemplo, podem ser facilitados ou dificultados entre diferentes países de acordo com as normativas e classificações da ONU, que se por um lado apresenta possibilidades de debates internacionais sobre problemas de grande relevância ambiental, econômica, social e política, por outro, mantém uma visão eurocêntrica sobre diferentes países, tendo pouca efetividade na manutenção da paz e em

outras questões a qual se propõem. Exemplo disso é sua incapacidade de gerenciar conflitos armados entre os Estados Unidos da América e países do oriente médio.

2.3 Do Indicador de Produção Interna Bruta a medida da Felicidade Interna Bruta

No ano de 2019 a ONU lançou seu relatório mais atualizado de medição da felicidade no mundo, o “World Happiness Report”, que se tornou fonte para manchetes que noticiavam que o brasileiro está menos feliz. O Brasil caiu 4 posições em relação ao relatório anterior ficando em 32 lugar, indicando uma piora na qualidade de vida dos brasileiros.

Este relatório leva em consideração índices como o PIB, acrescido de questões referentes a liberdade, vida de imigrantes e a assistência social oferecida pelos países. Citá-lo é importante por ser um indicador de mudança de perspectiva em escala mundial sobre o que representa *desenvolvimento* para um país. Além disso, ao indicar uma preocupação com a felicidade humana, questiona também as funções do Estado.

A criação desse relatório ocorreu em consequência a um debate iniciado no Butão, em 1972, por meio do rei Jigme Singya Wangchuck. O debate principiado nesse pequeno país, levava em consideração uma mudança de perspectiva para as necessidades humanas, focando na felicidade ao invés de na sua produção de bens, produtos. Em relação a perspectiva adotada pelos governantes do Butão a partir daquele momento, URA¹⁰ (2008, p.01) alega que:

A meta última que norteará as mudanças sociais, econômicas e políticas no Butão será o FIB –Felicidade Interna Bruta. Sua Majestade o Rei disse que uma sociedade baseada no FIB significa a criação de uma sociedade iluminada, na qual a felicidade e o bem estar de todas as pessoas e de todos os seres sencientes é o propósito último da governança.

O ideal apresentado pelo Felicidade Interna Bruta - FIB surgiu pelo questionamento do potencial da medição da produção de bens e serviços de um território, o Produto Interno Bruto – PIB para determinar o desenvolvimento de um país.

¹⁰ Presidente do Centro para os Estudos do Butão fundado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) para formular as análises estatísticas do FIB.

Esse indicador é ineficiente para determinar se um país apresenta boas condições de vida para seus moradores, uma vez que não leva em consideração questões como a desigualdade social e questões ambientais, conforme observado ao relatar a preocupação com seres sencientes.

O PIB é uma acurada métrica para se determinar tudo aquilo que é produzido e consumido através de transações monetárias. Entretanto, se algum bem for deliberadamente conservado e não consumido, então esse bem deixa de ser registrado como um valor. Como resultado disso, existe uma tremenda inclinação voltada ao consumo na adoção do PIB. Um trator que está simplesmente largado numa fazenda é contabilizado como uma riqueza, e certamente que um tigre numa floresta deve ter mais valor do que um trator, porém, sob a ótica do PIB, não é isso que ocorre. Este mede muito bem o capital produzido, mas não mede outras formas de capital e serviços, tais como aqueles providos pelo meio ambiente, humanos e sociais. (URA, 2008, p.02)

A percepção do desacordo com o PIB por parte dos governantes do Butão levou a criação do FIB, que acrescentou no processo de mensuração da qualidade de vida sob uma ótica mais abrangente e menos consumista, o PIB não deixou de ser medido, mas passou a ser compreendido como uma das partes de medida do FIB, agregando outros aspectos para obter um resultado mais completo. Os dez novos aspectos para mensuração do desenvolvimento de um território baseado no FIB de forma resumida, conforme apresentado por Lustosa e Melo (2010) podem ser compreendidos como:

- 1- Bem-estar psicológico: entendendo que a meta do FIB é a felicidade coletiva, o bem-estar psicológico das pessoas torna-se indispensável, a saúde mental, espiritualidade (abrangendo todas as possibilidades de religião/ou ausência delas), consciência pessoal de saúde física são apontados como indicadores para direcionamento de políticas sociais. E estresse, por exemplo, é compreendido como um fator negativo e que por tanto, merece atenção para ser superado. Nesse aspecto podemos refletir sobre as consequências de uma vida pautada na lógica produtivista, que gera estresse e ansiedade. Não é incomum funções que estabelecem altas metas, prazos apertados e mantem os trabalhadores sobre constante pressão. O foco de políticas sociais para atenção desses aspectos afeta diretamente a forma sobre a qual é pensado e vivido o trabalho.

- 2- O uso do tempo: compreendendo o repensar sobre o uso do tempo como fundamental para as relações familiares, sociais e a importância do lazer. O foco nesses aspectos também tem implicações sobre a forma que pensamos a produtividade, o uso do tempo para lazer e a inclusão do debate sobre a necessidade de tempo para as relações sociais e familiares também contrapõem exigências de caráter produtivista, pois valoriza e demonstra a importância do foco do tempo para questão que geram um lucro que não pode ser mensurado economicamente.
- 3- Saúde: focado nos aspectos relacionados a saúde física. Visando análise de fatores como a exposição a situações de risco e a necessidade de um sistema de saúde pública que seja abrangente e acessível. A percepção pessoal da saúde, através de um processo de autoavaliação e a inclusão de práticas nativas voltadas para a prevenção, promoção e recuperação de saúde concomitantes a medicina ortodoxa, questões de higiene, bem como a inclusão de indicadores de taxa de dias saudáveis aproximam a população do seu cuidado pessoal, decidindo e participando de decisões sobre a sua saúde pessoal, analisando e compreendendo seu comportamento direcionado para isso.
- 4- Educação: Neste caso a educação sai de uma lógica mercadológica de formação de apenas formação de mão de obra qualificada e passa a focar em questões pertencentes a cultura local. Isso ocorre por meio da inclusão de práticas nativas no arcabouço de conhecimento a ser disseminado. O que apresenta uma ruptura com a comum desvalorização de conhecimento ancestral, entre outras questões. A educação passa a ter foco no bem estar comunitário.
- 5- Diversidade e resiliência cultural: Este aspecto foca na necessidade de valorização e preservação da cultura local. Compreendendo a importância de olhar para as tradições locais, a diversidade presente em relação a cultura local e acompanhar suas transformações, abrangendo o movimento existente ao decorrer dos anos e sua influência na cultura local. Participação religiosa, diferentes idiomas e

contabilização de instalações culturais são alguns dos aspectos levantados nesse tópico.

- 6- Boa governança: baseado na percepção da população sobre o governo exercido e as práticas das lideranças políticas e sociais. Relacionada a eficácia, honestidade e qualidade do trabalho desenvolvido por lideranças no meio político, judiciário, midiático, as eleições entre outros. A boa governança pauta-se na representatividade e sua responsabilidade com suas ações.
- 7- Vitalidade comunitária: Focado na formulação de políticas públicas que visem o rastreamento de questões negativas que impactem na vivência em comunidade. O foco é no coletivo, em aspectos que favoreçam o fortalecimento e desenvolvimento de vínculos salutareos entre membros de uma comunidade. Atenta para questões que vão desde a saúde e vitalidade de relacionamentos afetivos, passando por aspectos de segurança pública e pessoal, ainda práticas de voluntariado e doações e sentimento de pertencimento a comunidade. O que favorece o desenvolvimento que questões subjetivas que apresentam um impacto social.
- 8- Diversidade e resiliência ecológica: Pensado para o debate sobre a preservação dos ecossistemas locais e o suprimento de necessidades das demandas locais e capacidade de regeneração ambiental. Este aspecto é importante por estabelecer uma relação entre questões ambientais e a felicidade humana.
- 9- Padrão de vida: Pautado no atendimento das necessidades básicas da população do território, pensando sobre questões de renda, endividamento, qualidade habitacional, e assistência de políticas de assistência social.
- 10- Desenvolvimento holístico: Fomentando a valorização do conhecimento holístico das comunidades, visando uma vida mais harmônica e a expansão dos conceitos do FIB para diferentes países.

Como apresentado anteriormente, esses conceitos apresentados no Butão deram início a um debate que demonstrava a insuficiência da medição de desenvolvimento de um território baseado na sua produção de bens e serviços. O que não significa uma oposição a medidas que fomentem aquisição de bens, ou outras questões que estejam diretamente relacionadas ao poder aquisitivo. A pauta é na insuficiência/ limitação de perspectiva diante desse escopo. De acordo com Lustosa e Melo (2010) em relação ao um panorama global sobre o PIB:

Um grupo de economistas e cientistas liderado por Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2001, acreditam que o Produto Interno Bruto (PIB) é uma ferramenta limitada para medir o progresso das sociedades, uma vez que não consegue mensurar, com eficácia, o bem-estar social de uma nação por meio dos resultados desejados em todas as suas políticas implementadas para tal fim. Ao resumir toda a atividade econômica, o PIB não faz distinção entre itens que são “custos” e itens que são “benefícios”. Se você sofrer um acidente automobilístico e colocar seu carro amassado numa oficina para fazer lanternagem, o PIB sobe. São meras aferições de todas as transações econômicas. Vale ressaltar que não são transações qualificadas eticamente. Se um país produzir equipamentos para uma guerra haverá acréscimo de seu PIB. (LUSTOSA e MELO, 2010, p.01)

Ao falarmos de produção de bens e serviços, temos também que pensar no consumo e produção, isso implica em refletir sobre questões de acesso e atribuição e de melhor qualidade de vida para aqueles que possuem maior renda. Seria uma visão reducionista pensar nos ideais do PIB como uma oposição ao dinheiro, por exemplo. Mas, ao levar em consideração uma visão comunitária, questões como a desigualdade social são utilizadas para demonstrar que quem tem acesso a mais riqueza, possui como consequência maiores meios de acesso a saúde de qualidade e outras questões relevantes para a FIB.

Outra questão importante de ser considerada é a questão ética sobre as produções de um determinado país, O PIB não apresenta dados de forma qualitativa. Isso não significa que países com PIB alto não favoreçam aos seus habitantes qualidade de vida, mas indica que qualidade de vida / felicidade não estão diretamente relacionadas ao

crescimento econômico. Podemos perceber se compararmos a listagem de países com maior PIB com aqueles que possuem melhores indicadores de FIB.

De acordo com os dados divulgados por RIBEIRO e GOMES (2013), os países que se mantém no topo da listagem do PIB mundial em ordem decrescente são: Estados Unidos, China e Japão. Mas, ao verificar a medida do FIB, observa-se que conforme a listagem divulgada pela ONU (2019), Estados Unidos está em 19º lugar, Japão 58º lugar e China 93º lugar. Lembrando que o PIB é umas das medidas utilizadas para determinar o FIB, as outras questões que pontuam são liberdade, vida de imigrantes e assistência social oferecida pelos países. Por isso, é relevante questionar se caso o PIB fosse retirado dessa conta, em que posição esses países estariam. Isso porque o fato do PIB deles ser alto impulsiona uma melhor classificação no ranking do FIB.

Poderíamos acrescentar ao debate o Índice de desenvolvimento humano – IDH, indicador que também é utilizado pela ONU, mas o FIB foi pensado em uma oposição ao PIB e não ao IDH. E mesmo nesse caso, os líderes da lista do PIB não ocupam as mesmas posições em relação ao IDH¹¹. O que demonstra que PIB não suficiente para determinar a qualidade de vida de um país, representando apenas questões econômicas que não levam em consideração aspectos subjetivos importantes para a vida humana.

O conceito do FIB, baseado em uma métrica da felicidade humana vivenciada em diferentes países, acresce valor a uma questão subjetiva e de complexa resposta, pois entende felicidade como uma série de fatores que podem ser entendidos como qualidade de vida, dignidade humana, entre outros. Todo o debate apresentado até agora sobre o FIB e sua oposição ao PIB levantam duas necessidades: explorar melhor o que pode ser compreendido como felicidade e compreender as funções de Estado para proporcioná-las.

Visando melhor compreensão dessas duas questões, os dois temas serão debatidos nos tópicos a seguir, primeiro a questão da felicidade e depois a questão do Estado, passa assim compreender a conexão feita pelo ideal do FIB, com as possibilidades de atuação do Estado para impactar em uma vida mais feliz para a população do seu país.

¹¹ Conforme dados divulgados pela ONU no Relatório de Desenvolvimento Humanos (2019, p. 294-295), Estados Unidos ocupa a 15º posição no Ranking, Japão 19º e China 85º posição. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf> Acesso em 04 de agosto de 2020.

2.3.1 A Felicidade

A medida de felicidade interna bruta busca dimensionar a felicidade das populações. Felicidade é uma questão complexa, de difícil mensuração. Quando falamos de felicidade em oposição a uma medida que valoriza apenas a produção de bens e serviços conectamos a felicidade a uma questão coletiva, que afeta um país como um todo. De acordo com URA (2008, p. 03) a felicidade é como um bem público, acrescido de subjetividade, para ele:

A felicidade é, e deve ser, um bem público, já que todos os seres humanos almejam-na. Ela não pode ser deixada exclusivamente a cargo de dispositivos e esforços privados. Se o planejamento governamental, e portanto as condições macro-econômicas da nação, forem adversos à felicidade, esse planejamento fracassará enquanto uma meta coletiva. Os governos precisam criar condições conducentes à felicidade, na qual os esforços individuais possam ser bem sucedidos. (URA, 2008, p.03)

Para ele, a felicidade ganha um caráter coletivo ao ser algo almejado por todas as pessoas, acrescenta ainda ao debate o impacto do consumo para a felicidade, entendendo que somos educados para nos sentirmos felizes com aquilo que é externo e se expressa no nosso poder aquisitivo/ possibilidade de consumo. O PIB amplia o conceito de felicidade para algo coletivo, conectado ao bem estar.

O debate sobre a questão da felicidade está, nesse sentido conectado a questão de qualidade de vida comunitária, compreendendo que uma vida feliz ocorre com boas condições de saúde, educação, segurança, moradia entre outros fatores. Lustosa e Melo (2010), ao falar do grupo de trabalho liderado pelo economista Joseph Stiglitz, apresenta a seguinte questão:

Não surpreendentemente, esses especialistas descobriram que além de um certo nível mínimo de renda, a maior felicidade provém de fortes e abundantes conexões sociais, uma sensação de controle sobre sua vida, um trabalho significativo, boa saúde, segurança econômica básica, confiança nas outras pessoas e no governo, bem como outras oportunidades menos conectadas com remuneração monetária como o trabalho voluntário, o trabalho doméstico não remunerado e os serviços providos pelo ecossistema – essas relações o PIB não avalia. (LUSTOSA e MELO, 2010, p.01)

Vemos assim, uma felicidade traduzida em valores individuais e coletivos, que podem ser pensadas/ buscadas de forma coletiva. Muitas dessas questões importantes para a felicidade humana necessitam de intervenção do Estado para serem garantidas. Nesse aspecto cabe perguntar qual a função do Estado e o que é possível de ser feito para que as pessoas se sintam mais felizes, compreendendo a felicidade menos conectada com sua capacidade de gerar produtos e acúmulo de riquezas e mais conectada com valoração do tempo de conexão familiar, atribuição de significado nas atividades laborais desenvolvidas, entre outros.

A felicidade é uma qualidade que a pessoa conquista para sua vida, que já vem debatida desde há muito tempo, ligada a contextos em que os sujeitos questionam, ou apontam questionamentos com as condições que a vida tomou. Sem incidir no erro de atribuir ao conceito uma resposta pautada em diferentes períodos e locais, porque efetivamente não se trata disso. Quando na realidade sua mais remota inserção no vocabulário filosófico mais remoto nos remete aos gregos antigos. Onde cabe citar o exemplo do debate feito por Aristóteles em “Ética a Nicômaco”. Em seu texto, Aristóteles debate em diferentes momentos e traz diversas reflexões sobre a felicidade, entendendo que não há uma concordância entre homens sobre o que é felicidade, mas a felicidade é algo almejado por todos os homens:

Verbalmente, quase todos estão de acordo, pois tanto o vulgo como os homens de cultura superior dizem ser esse fim a **felicidade** e identificam o **bem viver** e o **bem agir** como o ser feliz. Diferem, porém, quanto ao que seja a felicidade, e o vulgo não o concebe do mesmo modo que os sábios. Os primeiros pensam que seja alguma coisa simples e óbvia, como o prazer, a riqueza ou as honras, muito embora discordem entre si; (ARISTÓTELES, 1987, p.11)

Aristóteles debate sobre a impossibilidade da felicidade se manifestar de forma plena sem ser através de uma vida contemplativa. Para ele, a felicidade é aquilo que todo homem almeja, motivação de suas escolhas. E já correlaciona a felicidade, com o bem viver, com o bem agir como um estado só, de felicidade. Compreende que existem três modos de vida, a dos prazeres, da política e a contemplativa. Tanto a vida dos prazeres e a política apresentam lacunas que impossibilitam a felicidade, a vida contemplativa é a possibilidade de viver a felicidade.

Se a felicidade é atividade conforme à virtude, será razoável que ela esteja também em concordância com a mais alta virtude; e essa será a do que existe de melhor em nós. Quer seja a razão, quer alguma outra coisa esse elemento que julgamos ser o nosso dirigente e guia natural, tornando a seu cargo as coisas nobres e divinas, e quer seja ele mesmo divino, quer apenas o elemento mais divino que existe em nós, sua atividade conforme à virtude que lhe é própria será a perfeita felicidade. Que essa atividade é contemplativa. (ARISTÓTELES, 1987, p.14)

A vida contemplativa relatada por Aristóteles é aquela vivida por filósofos:

já que a contemplação da verdade pode ser mais contínua do que qualquer outra atividade. E pensamos que a felicidade tem uma mistura de prazer, mas a atividade da sabedoria filosófica é reconhecidamente a mais aprazível das atividades virtuosas; pelo menos, julga-se que o seu cultivo oferece prazeres maravilhosos pela pureza e pela durabilidade, e é de supor que os que sabem passem o seu tempo de maneira mais aprazível do que os que indagam. (ARISTÓTELES, 1987, p.14)

Da visão de felicidade construída por Aristóteles, à felicidade apresentada pelo conceito do Butão temos similitudes. Porém cuidamos para considerar os períodos e territórios distintos e, mais ainda que implica em uma série de questões culturais, sociais e políticas que incide no entendimento da felicidade. No caso do Butão, vemos a felicidade proposta como um indicador de oposição a uma perspectiva presente no sistema capitalista. Opor-se ao desenvolvimento comunitário baseado na produção e consumo, baseado em fatores comunitários tem um sentido que só é possível no contexto vivenciado na atualidade.

Ponderamos que a felicidade proposta por Aristóteles ganha um caráter individual enquanto atividade contemplativa exercida individualmente, entendendo ainda que essa não era uma possibilidade posta para todos humanos, que nesse período não eram considerados humanos. Por isso, o sentido da palavra homem atribuído por Aristóteles refere-se a homens no sentido masculino da palavra, desconsiderando escravizados, mulheres e crianças.

Aristóteles demonstra para nós que o debate em busca pela felicidade ocorre já há algum tempo nas sociedades, lugares e culturas. É que mesmo Aristóteles compreendia a necessidade de outras coisas além da contemplação para garantir uma vida feliz, para ele:

Mas o homem feliz, como homem que é, também necessita de prosperidade exterior, porquanto a nossa natureza não basta a si mesma para os fins da contemplação: nosso corpo também precisa de gozar saúde, de ser alimentado e cuidado. Não se pense, todavia, que o homem para ser feliz necessite de muitas ou de grandes coisas, só porque não pode ser supremamente feliz sem bens exteriores. (ARISTÓTELES, 1987, P. 15)

Nesse aspecto podemos compreender que para a felicidade ocorrer é necessário que outras coisas sejam contempladas, como a saúde, alimentação e outros aspectos que podem ser pensados como cuidado. Por isso, é possível compreender que a felicidade pensada enquanto qualidade de vida é uma questão que está presente em diferentes culturas e períodos e é com base nesse aspecto que a teoria da felicidade interna bruta foi desenvolvida e que, além dela, temos o processo vivenciado na América Latina conhecido como Buen Vivir.

2.4 A Revolução verde e a evolução da agenda ambiental dos Estados

Martin, um dos nossos entrevistados, durante sua fala apontou para a problemática da Revolução Verde, fazendo associação ao processo de monocultivo e ao uso de insumos agrícolas em quantidade:

Nessa mesma época eu conheci a Rafa, então a gente fazia hortas na comunidade de Witmarsun, no município de Palmeira, no Paraná. E é uma comunidade Menonita¹² e produzir alimento é uma coisa ancestral, está no nosso DNA, a gente sempre fez isso. E de tanto observar a minha vó a gente estava produzindo soja e milho em grande escala, uma produção com bastante insumos agrícolas, toda aquela coisa da **Revolução Verde**, então eu entendi que o problema era a solução. E esse é o princípio da permacultura, você vê o problema e era a solução eu produzir o meu próprio alimento, para a minha família e para os meus amigos. E a gente começou a fazer essas hortas na comunidade e então, quando eu conheci a Rafa ela me disse: Mas isso que você está fazendo é permacultura! Eu não sabia o que era permacultura, não sabia que tinha nomes, só sabia que, para mim, aquilo era o correto, era o coerente a fazer. E ao mesmo tempo me ocupar com alguma coisa e foi uma cura, na verdade. Cura física, emocional, enfim... Várias situações. EWERT, Martin. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

¹² As comunidades Menonitas são compostas por grupos de imigrantes e apresenta uma conexão religiosa, de aspecto cristão. Conforme informações disponibilizadas em: <<https://www.amasbrasil.org.br/quem-somos/ler/a-historia-dos-mennonitas-no-brasil.html>> Acesso em 02 de janeiro de 2021.

Rafa é a companheira de Martin, Rafaelle, que já tinha uma aproximação com a Permacultura. Martin apresenta uma mudança de vida baseada no que, mesmo antes de fazer o curso de Permacultura, compreendia como correto. Fala a respeito da produção do seu próprio alimento, o que implica na diminuição de escala produtiva (oposição ao monocultivo). Temos de um lado, a tradição criada pelo ideal da Revolução Verde, que envolve o monocultivo, utilização de insumos (veneno, entre outros) em grande quantidade, e de outro, a solução apontada como a produção do próprio alimento, que nesse caso está associada a produção por meio de horta comunitária.

Em outro momento, Martin cita o Agronegócios, que também se insere na perspectiva de produção alimentícia em larga escala, fala a respeito de um processo contracultural:

E também a ideia de uma contracultura a agricultura do agronegócios que estava acontecendo na nossa comunidade de maneira geral, então a gente pensou em uma visão de resistência dentro da comunidade. EWERT, Martin. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

A perspectiva contracultural apontada por Martin se refere, mais uma vez, a oposição a uma produção em larga escala, configurada em um processo de resistência dentro da comunidade que ele pertence. Temos de um lado uma agricultura que visa a utilização do solo e, portanto, da natureza de forma massiva, com grandes produções, que geram grandes lucros financeiros. De outro, uma perspectiva que associa o ganho a produção do próprio alimento.

É necessário compreender que o agronegócios é responsável pela produção de grãos em larga escala, entre eles se destaca a soja e o milho, com foco na exportação, ou seja, o grão produzido não é utilizado para a alimentação de brasileiros e também não permanece no Brasil. A defesa do agronegócios consiste na questão econômica¹³, compreendendo o impacto da produção de grãos e exportação em larga escala e aumento

¹³ Um exemplo da defesa do aspecto econômico por parte do agronegócios é a reportagem divulgada no portal de notícias Mais Soja, que sob o título de “O impacto da cadeia produtiva do agronegócios na economia brasileira”, de 08 de novembro de 2018. A reportagem, além de apresentar os dados estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre a produção de soja no período, fala a respeito da exportação e impactos positivos no PIB brasileiro. Conforme disponível em: <<https://maissoja.com.br/o-impacto-da-cadeia-produtiva-do-agronegocio-na-economia-brasileira/>> Acesso em 02 de janeiro de 2021.

do PIB, que não implica em melhores condições de vida, ou na melhora da alimentação, ou do acesso a alimentos de qualidade pela população brasileira. A responsabilidade pela produção de grãos, leguminosas, frutas e verduras consumidas pela população nacional, de forma geral, é da agricultura familiar¹⁴.

Este debate está diretamente ligado a crítica do Butão que levou a construção do indicador de Felicidade Interna Bruta, que questiona os reais ganhos de melhores índices de Produto Interno Bruto e uma lógica voltada ao desenvolvimento econômico, que entre outras coisas, não implica em desenvolvimento social se não houver uma diminuição da concentração de renda, comum ao sistema capitalista.

A questão levantada pelo Butão apresenta-se como um olhar recente para o desenvolvimento humano, uma das diferenças está na relação com a natureza. Esse tema não se apresentava entre as questões debatidas que culminaram na criação da ONU, nessa ocasião a preocupação estava mais pautada no desenvolvimento econômico e social, entre outras questões apresentadas como objetivos da sua criação, entre as quais é relevante destacar:

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (ONU, 1945)

A preocupação da ONU com o desenvolvimento econômico, sem se ocupar com a questão ambiental vai de encontro com a visão do período, quando se refere a questão econômica temos, entre outras coisas, a questão ambiental no que está relacionado produção alimentícia, o que nos leva ao processo de revolução verde. Sobre seu surgimento, há diferentes períodos relatados por autores, mas todos trazem como um marco importante para o seu início o final da Segunda Guerra Mundial. O ideal da Revolução Verde se espalhou pelo mundo como uma possibilidade de erradicação da fome, fomentou o crescimento de empreendimentos especializados na área de produção

¹⁴ Conforme informações divulgadas pelo Censo Agro 2017, do IBGE (2017). Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf> Acesso em 02 de janeiro de 2021.

alimentícia, afetando de forma significativa o pensamento e ações relacionadas a agricultura e conseqüentemente o campo:

Além de não ter resolvido os problemas nutricional e da fome, a Revolução Verde também é reconhecida por aumentar a concentração fundiária e a dependência de sementes, alterando a cultura dos pequenos proprietários que encontraram dificuldades para se inserir nos novos moldes. (OCTAVIANO, 2010, P.01)

Na esteira do ideal de desenvolvimento econômico, além de processos de supressão de matas, aumento de indústrias e outras atividades que geraram um forte impacto nos mais diversos biomas presentes nos diferentes países que assumiram essa postura de desenvolvimento, a revolução verde trouxe uma forte modificação para o campo, a utilização de maquinários e de novas tecnologias de cultivo foram disseminadas sem uma preocupação com as conseqüências advindas, por exemplo, da utilização de produtos químicos como inseticidas nas plantações:

A partir de meados de 1940, mais de 200 substâncias químicas, de ordem básica, foram criadas, para uso na matança de insetos, de ervas daninhas, de roedores e de outros organismos que, no linguajar moderno, se descrevem como sendo “pestes”, ou “pragas”; e elas são vendidas sob vários milhares de denominações diferentes de marca.

Estes borrifos, estes pós, estes aerossóis são agora aplicados quase universalmente em fazendas, em jardins, em florestas, em residências; são substâncias químicas não-seletivas, que têm poder para matar toda espécie de inseto – tanto os “bons” como os “maus”; têm poder para silenciar o canto dos pássaros e para deter o pulo dos peixes nas correntezas; para revestir as folhas das plantas com uma película mortal, e para perdurar, embebidas no solo. Tudo isso, de uma só vez, ainda que o objetivo desejado seja apenas a eliminação de umas poucas ervas, ou uns poucos insetos. Pode alguém acreditar que seja possível instituir semelhante barragem de venenos, sobre a superfície da Terra, sem a tornar inadequada para a vida toda? (CARSON, 1969, p.17-18)

A década de 1970 é um marco na Revolução verde, isso porque foi quando as conseqüências do processo de modernização proposto começaram a resultar em problemas ambientais, além dos próprios limites da indústria química para a produção do agrotóxico necessário para os cultivos que seguiam essa lógica:

A crise do paradigma tecnológico caracterizado pela Revolução Verde, em termos de seus impactos ambientais e da redução da produtividade marginal, impôs limites cada vez maiores à expansão das empresas de sementes e de agrotóxicos. Ao mesmo tempo, a redução de produtividade da atividade de P&D de novas substâncias químicas tem comprometido os níveis de

rentabilidade dessas empresas. Este fato é ainda agravado pelo esgotamento da validade das patentes de agrotóxicos, cujas vendas tendem a ser cada vez mais ameaçadas pela concorrência com os produtos genéricos. (ALBERGONI e PELAEZ, 2007, p.49)

Como consequência, passamos a enfrentar novos problemas relacionados a questões socioambientais que até então não geravam preocupações suficientes para mover protestos da população mundial em geral. A Revolução Verde além de não ser eficiente nas suas propostas, se espalhou pelo mundo atingindo países de forma diversa. As críticas sobre ela se dividem em duas possibilidades, de um lado temos uma preocupação com as questões socioeconômicas, de outro, um debate mais relacionado as questões ambientais:

Naquilo que se refere ao mundo rural estas críticas tendem a conformar-se como críticas à Revolução Verde, tanto, de um lado, no sentido de apontar os problemas que estas práticas produtivas impõem à natureza e ao ecossistema quanto, de outro, no sentido de ressaltar o caráter concentrador de riquezas e de benefícios sociais a ela associado. Neste caldo crítico, gera-se a conseqüente busca de tecnologias e práticas alternativas a este padrão tecnológico, bem como de formas sociais produtivas de organização menos concentradoras. (MOREIRA, 2000, p.39)

Segundo Moreira (2000), as duas vertentes de debates focam em questões distintas, a primeira delas, referentes as questões socioeconômicas critica o processo de desigualdade social gerado pela revolução verde advindo da concentração de terra, trabalho precarizado, onde se enquadra também questões referentes a exploração de mão de obra infantil e trabalho escravo, as dificuldades para pequenos agricultores tornarem viável sua permanência no campo, o que implica também na questão do êxodo rural.

A vida no campo passou a ser dificultada pela nova reorganização produtiva voltada para a larga escala, diminuindo a possibilidade de competitividade entre pequenos produtores que realizavam trabalho manual e tinham pequenas lavouras em relação aos detentores de grandes áreas de terra e de maquinário que possibilitam a produção em larga escala, mirando no mercado de exportação.

A rotina do campo passou a ser marcada por exaustão, desemprego vindo da substituição do trabalho manual pelo uso de maquinários e a necessidade de deixar o campo para buscar novas possibilidades nas cidades, o que implicou no crescimento populacional urbano e culminou no processo de favelamento, acrescentando problemáticas

comuns ao meio urbano a população rural que buscava uma alternativa a inviabilização da permanência no campo.

Do outro lado, a crítica ambiental questiona questões referentes as técnicas empregadas na produção de larga escala e com utilização de agrotóxicos e as consequências ambientais geradas. A preocupação reside na constatação do empobrecimento do solo, mudança do regime de chuvas, supressão de mata, contaminação de lençóis freáticos, desaparecimento de biomas, entre outros problemas. Questiona o custo da produção em relação ao consumo de água e solo, apresentando outras técnicas, como a agroecologia, a Permacultura, os sistemas agroflorestais, como possibilidade de produção de menor impacto ambiental, maior biodiversidade e melhor aproveitamento das áreas de plantio.

O debate dessa vertente na medida em que evoluiu expandiu suas discussões acrescentando as pautas as questões apresentadas pela vertente socioeconômica, debatendo sobre o impacto socioambiental, fortalecendo debates de implicação sociopolíticas com uma visão global da questão, compreendendo os impactos e possibilidades em questões de Estado.

Esses debates começaram a se organizar nas décadas de 1960 e 1970, mesmo antes do paradigma da Revolução verde, ganhando força e organização nas décadas seguintes. A inclusão dos debates das questões ambientais em agendas governamentais ocorreu pela primeira vez no ano de 1972, na Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na Suécia, durante o mês de junho.

Como resultado da conferência, temos uma carta que aponta para as primeiras reflexões sobre a questão ambiental. Nesse documento, o homem (no sentido de humano) é pautado como figura central, responsável pelo meio ambiente. Também há uma defesa daquilo que foi construído e modificado pelos humanos, mas aponta para os impactos gerados pelos processos de desenvolvimento a exemplo daquilo que compreendemos como Revolução Verde e também sobre o crescimento das cidades e processos de industrialização. O documento é dividido em duas partes, a primeira delas traz uma proclamação dividida em sete pontos. Em seguida apresenta 26 princípios, que entre outras questões, abordam o problema da questão do racismo e da colonização:

Deve-se aplicar o planejamento aos assentamentos humanos e à urbanização com vistas a evitar repercussões prejudiciais sobre o meio ambiente e a obter os máximos benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos. A este respeito devem-se abandonar os projetos destinados à dominação colonialista e racista. (ONU, 1972)

Nesse artigo vemos a preocupação com a questão ambiental correspondente a áreas urbanas e não urbanas, além de uma ampliação para pautas sociopolíticas, mas o debate não avança ou traça melhor uma conexão entre a questão ambiental, colonialismo e racismo. Apenas traz a questão enquanto um princípio a ser levado para os países que compõem a ONU.

Entre outras questões relevantes, é interessante olhar para o início do documento, em seu primeiro tópico:

O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida mesma. (ONU, 1972)

Quando traz a ideia de ambiente “artificial”, o texto fala a respeito dos avanços tecnológicos, demonstrando uma defesa de uma perspectiva que fomente o desenvolvimento de novas tecnologias, e apesar do texto iniciar falando que o homem é ao mesmo tempo fruto do ambiente e modificador dele, ao fazer referência ao “meio ambiente humano” reforça a ideia do homem sobre domínio da natureza. A ideia de preservação da natureza não se remete ao fato dela ter direito de existir e sim ao fato de o homem necessitar da sua existência.

O documento também apresenta a responsabilidade dos Estados sobre a questão ambiental em três princípios diferentes:

[...]Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos em aplicação de sua própria política ambiental e a obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levem a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional. [...] Os Estados devem cooperar para continuar desenvolvendo o direito internacional no que se refere à responsabilidade e à indenização às vítimas da poluição e de outros

danos ambientais que as atividades realizadas dentro da jurisdição ou sob o controle de tais Estados causem a zonas fora de sua jurisdição. [...] Sem prejuízo dos critérios de consenso da comunidade internacional e das normas que deverão ser definidas a nível nacional, em todos os casos será indispensável considerar os sistemas de valores prevalecentes em cada país, e, a aplicabilidade de normas que, embora válidas para os países mais avançados, possam ser inadequadas e de alto custo social para países em desenvolvimento. (ONU, 1972)

Vemos que antes de responsabilizar o Estado, o documento garante a possibilidade de decidir sobre a forma que irá explorar os recursos naturais presentes no território soberano. Isso se estende a definição de políticas ambientais, voltadas para a redução de impactos de relações internacionais e não sobre o território nacional. Segue uma perspectiva liberal que assegura o direito de exploração da propriedade, nesse caso, o território nacional e evita a invasão ou perturbação causada por territórios vizinhos. Em uma lógica de direitos da primeira geração, os Estados recebem um caráter individual, que se por um lado se justifica pela soberania nacional, por outro, implica na impossibilidade de responsabilização do ações nocivas no quesito ambiental.

A construção da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano foi realizada sob influência do relatório “Os limites do crescimento” criado pelo do “Grupo de Roma”, que foi divulgado pouco antes da realização da conferência. O Grupo de Roma é formado por pessoas influentes do mundo todo, sua criação ocorreu no ano de 1968 e seu intuito é o debate sobre assuntos de questões econômicas e ambientais.

O relatório divulgado por eles falava a respeito das consequências ambientais da lógica exploratória que o mundo seguia até aquele momento e que não vemos uma ruptura no presente. Segundo o relatório, o século 21 seria o marco para o colapso devido questão ambiental. A sugestão apresentada por seus autores era para a interrupção da lógica de desenvolvimento econômico fomentada pelo mundo todo.

O debate sobre o fim do desenvolvimento econômico fomentado naquele momento afetada principalmente países não considerados desenvolvidos, como o caso de todos os países da América Latina. O discurso não agradou governantes que almejavam deixar o patamar de país sub desenvolvido, angariando posições comuns aos países Europeus. E as consequências desse debate podem ser percebidas na Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano:

O desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida. [...] As deficiências do meio ambiente originárias das condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas. A melhor maneira de saná-los está no desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer. [...] Para os países em desenvolvimento, a estabilidade dos preços e a obtenção de ingressos adequados dos produtos básicos e de matérias primas são elementos essenciais para o ordenamento do meio ambiente, já que há de se ter em conta os fatores econômicos e os processos ecológicos. [...] As políticas ambientais de todos os Estados deveriam estar encaminhadas para aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial nem colocar obstáculos à conquista de melhores condições de vida para todos. Os Estados e as organizações internacionais deveriam tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para se poder enfrentar as consequências econômicas que poderiam resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional. (ONU, 1972)

Vemos a preocupação na declaração em ressaltar, em primeiro lugar, a necessidade do desenvolvimento econômico e também é possível perceber uma problematização da oposição criada na exploração da natureza visando o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, nesse momento, o documento não apresenta questões seguras, isso é possível de ser observado quando ele diz que “os Estados deveriam”, “as organizações internacionais deveriam”. Uma posição diferente de quando ele fala a respeito da necessidade de os Estados cooperarem para ações relacionadas as questões ambientais. Nesse caso o documento traz que “Os Estados devem cooperar”. A diferença entre dizer quem “devem” e “deveriam” implica em uma perspectiva em conformidade do o Estado de direitos, um Estado Liberal.

Quando o documento apresenta questões que pertencem a defesa do território (análogo a defesa da propriedade privada proposta por Locke), vemos uma perspectiva voltada para a garantia desses direitos. Quando a questão é sobre ações do Estado, ou seja, implica em uma política de intervenção do Estado, a linguagem utilizada no documento apresenta a conotação de conselho, dizendo que seria bom que o Estado fizesse, o que implica em pouca efetividade. Vale lembrar que os debates realizados pela ONU contam com a presença e proposição de governantes de países pertencentes a ONU. Dessa forma, a escolha da organização do documento é feita pelos representantes do

Estado, o que indica uma postura comum/conjunta da falta de ação naquilo que garantiria modificações em relação a política ambiental.

Mesmo seguindo uma perspectiva que apresentava um indicativo daquilo que era compreendido como necessário para o trabalho dos Estados com a questão ambiental, a pressão vinda do relatório “Os limites do crescimento” e o debate do desenvolvimento, que afetava principalmente países que não apresentava indicadores socioeconômicos em conformidade com aquilo que era previsto pela ONU, a ideia de parar com políticas entendidas como de desenvolvimento dos países que apresentava os piores índices, entre eles, os países da América Latina, implicou na organização de uma comissão, dez anos mais tarde. A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, criada em 1983, sob a presidência da então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, foi responsável pela criação e divulgação em 1987, do relatório “Nosso Futuro em Comum”. O foco do trabalho dessa comissão estava em resolver o antagonismo gerado pelo debate realizado pela Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano que apresentava uma oposição entre desenvolvimento e a questão ambiental.

O grande marco do relatório “Nosso Futuro em Comum”, foi a instituição do conceito de desenvolvimento sustentável, entendido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (ONU, 1991, p.46). O relatório apresenta grandes avanços em relação a questão ambiental, trazendo uma perspectiva de responsabilização coletiva sobre os impactos ambientais causados pelo desenvolvimento, debatendo sobre o problema do monocultivo e outras questões de relevância para a questão ambiental. “A partir de sua publicação o mundo passou a pensar no desenvolvimento de uma forma diferente, com alternativas para assegurar a presente e as futuras gerações a atenderem suas necessidades de uma maneira mais consciente e sustentável” (PEGHINI e MEYER-PFLUG, 2018, p. 419).

É possível destacar o impacto desse relatório na organização de todas as políticas de Estado que foram formuladas no Brasil logo após a sua divulgação, isso ocorreu por dois motivos, o primeiro deles é o processo de redemocratização vivido em período análogo aos debates sobre o relatório “Nosso Futuro em Comum”, o segundo é a agenda

da ONU, o Brasil ficou responsável por sediar a conferência posterior a divulgação do relatório.

Com isso, em 1988 temos a nova constituição brasileira, conhecida como constituição cidadã, que apresenta em seu 225º artigo, um texto alinhado aquilo que foi proposto pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no relatório “Nosso Futuro em Comum”:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

(BRASIL, 1988)

Esse artigo, que apresenta questões levantadas no território, como por exemplo, a questão da educação ambiental e a perspectiva coletiva sobre a questão ambiental, tornou-se a base para a criação de órgãos e legislações específicas para o meio ambiente. O reconhecimento da importância da biodiversidade brasileira surge como uma ruptura de uma perspectiva apenas exploratória, assumindo um caráter preservacionista, passa a incluir a necessidade de proteção aos ecossistemas e também a questão do bem-estar animal. Outra questão de modificação trazida pela constituição federal de 1988, foi o modo com que a propriedade privada passou a ser visto:

[...]o Relatório Nosso Futuro Comum, documento que chancela providências urgentes para a perpetuação da humanidade no planeta, teve por deveras influência na promulgação da Constituição Federal de 1988, haja vistas que esta positivou um dos maiores legados pretendidos pelo referido documento, atender às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de progresso e vida das gerações futuras, e o fez, inclusive ao visar uma função social à propriedade. (PEGHINI e MEYER-PFLUG, 2018, p. 423-424).

Com a função social da propriedade instituída, temos a possibilidade de interferência em terras na públicas, gerando inclusive desapropriações. Um poder relevante ao se pensar em bem comum. Mas, é preciso lembrar que isso também pode levar a decisões questionáveis, como a construção de usinas hidrelétricas que afetam populações ribeirinhas e povos originários. Mesmo assim, os avanços na legislação brasileira vindos das influências do relatório Nosso Futuro em Comum foram importantes.

No ano de 1992, ocorreu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92 e RIO-92, que reuniu governantes de vários países, resultando, entre outras coisas, na “Agenda 21 Global”, que em conjunto com a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, “representam instrumentos de comprometimento internacional voltados para o desenvolvimento sustentável, considerados marcos institucionais para o esforço conjunto de governos de todo o mundo para ações que aliem desenvolvimento e meio ambiente” (MALHEIROS et al., 2008, p.08).

A definição de uma agenda global gerou esforços de países participantes da conferência para a implementação de medidas em conformidade com essa proposta, no Brasil temos a criação da Agenda 21, “definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”¹⁵, que esteve ativa durante os anos de 2008 a 2011, quando estava incluída no plano plurianual da gestão federal no que se refere a sua aplicação no Brasil.

¹⁵ Conforme definição disponível no site do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21.html>> acesso em 30 de setembro de 2020.

A Agenda 21 brasileira se organizava com ações em nível nacional, estadual e local fomentou debates, pesquisas e a criação de indicadores locais (referentes a questões presentes na realidade brasileira), de grande importância para reflexão e estudos sobre a questão ambiental. Por outro lado, a proposta foi descreditada desde que foi lançada, enfrentando forte resistência e baixa adesão por parte da população brasileira, sendo considerada falha sua implementação:

[...] portanto, deixa evidente que um documento elaborado para ser implementado em dimensão global, nacional e local é inoperante quando se mantém na mera condição de referência abstrata ou modelo a ser seguido. Distante de uma perspectiva política, que coloca em ação uma multiplicidade de agentes sociais, esse tipo de material ganha contornos demasiado fixos que não desencadeiam ressonâncias no coletivo populacional, apesar dos esforços empreendidos no sentido de envolver a população local com seu debate e execução. Assim, o problema evidenciado pela dificuldade de implementação da Agenda 21 configura-se como algo que vai além da técnica, das prescrições e das assinaturas. (PIGA et al., 2018, p.89)

A Agenda 21 assumiu um caráter participativo, ampliando o debate para a sociedade civil, atuando em diferentes esferas, mas não se tornou eficiente para trazer mudanças concretas. Isso não implica em uma desvalorização do seu esforço e no entendimento de que a iniciativa não foi válida, mas sim, na compreensão de que foi insuficiente, não sendo capaz de trazer efetividade para a sua proposta. Mesmo porque, seu incremento estava diretamente relacionado a organização do Estado liberal, possibilitado pelo sistema capitalista.

E, como a organização das políticas de Estado passam por um processo de disputa de poder, oscilando entre projetos, a Agenda 21 brasileira foi incluída em um Plano Plurianual, ou seja, estava presente com organização orçamentária prevista para uma gestão, ocorrida entre os anos de 2008 e 2011, contemplando ainda um período menor que a possibilidade de organização de um Plano Plurianual, que pode ser organizada para a duração de quatro anos, o que indica a intenção de ruptura com o projeto.

Esse é apenas um exemplo da tentativa de implementação de políticas de forma global buscando um cuidado com a questão ambiental, podemos citar também o “Protocolo de Kyoto”, assinado por 192 países, em vigor desde 2005, que objetivava a diminuição da emissão de gases que produzem efeito estufa. Esse protocolo, também criado pela ONU, expirou em 2012 e foi considerado um fracasso. Essas duas

experiências não foram bem sucedidas e não havia possibilidade de serem, pois os países envolvidos nas iniciativas apesar de manterem um discurso que ressalta a importância da preservação ambiental, permanecem inseridos em uma lógica capitalista liberal. Problema que leva ao questionamento da ideia de desenvolvimento sustentável.

2.5 A fragilidade do Desenvolvimento Sustentável

O conceito de Desenvolvimento Sustentável sofre críticas desde a sua implementação. Tendo como base para a sua existência a pressão para a resolução do problema gerado pelas questões levantadas pela Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, de 1972, que por sua vez, foi constituída diante da constatação dos crescentes problemas ambientais vindos do processo de industrialização e da Revolução Verde, o desenvolvimento sustentável surgiu para suavizar o debate, tentando aliar crescimento econômico a preservação ambiental. Mas o próprio conceito de “desenvolvimento” é algo questionável:

[...] desenvolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantêm suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como também separá-los entre si, individualizando-os, o que envolve uma nova configuração societária, a capitalista e, portanto, mercantil [...]. (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 39)

O significado de desenvolver inserido no contexto ambiental deve ser pensado a partir do contexto em que foi criado, com a inclusão do debate vindo de uma agência internacional que exerce forte influência na organização política e econômica mundial, tendo sua sede física nos EUA. E, apesar de todos os países pertencentes a organização terem direito a voto, eles permanecem submetidos a uma lógica eurocêntrica de percepção do que é melhor para seus países. No caso dos países latino americanos e outros países não europeus, isso implica no entendimento da necessidade de superar os problemas que levam a categorização de desenvolvido, em desenvolvimento e até mesmo subdesenvolvido, que ainda ecoam no arranjo político dos Estados. Não há uma intenção

ou reflexão por parte dessa organização sobre o sistema capitalista e a inviabilização de ações que sejam realmente eficazes diante desse contexto:

[...] o conceito de desenvolvimento sustentável, segundo o *Relatório Brundtland*, coaduna com a harmonização de um pacto transclassista, sem formulação teórica necessária para tratar a questão da sustentabilidade ambiental. Enquanto o conceito de desenvolvimento sustentável propagado pela ONU/PNUD visa compatibilizar o crescimento econômico com o desenvolvimento humano e a qualidade ambiental, sem, contudo, referendar um projeto de superação do modo de produção hegemônico, por apostar que o capitalismo contém em si possibilidades de alcançar patamares mais humanizados e ecológicos; a crítica marxista problematiza contundentemente a alienação provocada pelas relações produtivas estabelecidas no capitalismo. Para ela, as soluções paliativas no tratamento das questões socioambientais constituem-se em estratégias de fortalecimento ao próprio capitalismo. (FREITAS, et. al, 2012, p.01)

Sem realizar uma crítica e pensar em uma política que esteja para além da perspectiva de um Estado Liberal, não é possível implementar ações efetivas para a preservação ambiental e vida em harmonia com a natureza, pois o ponto de partida é de exploração para atender as necessidades impostas pelo sistema. Com isso, não se faz uma reflexão para além daquilo que é considerado dentro dessa lógica como uma melhor forma de vida para sociedades humanas.

Quando o Butão passa a questionar os índices propostos dentro dessa perspectiva, faz isso por qualificar a organização social não como desenvolvida ou em desenvolvimento, mas sim focado na felicidade das pessoas que ali vivem. E o que eles encontram nesse processo é uma vida em harmonia com a natureza, entendendo que, mais do que acúmulo de riquezas materiais e construção de estruturas físicas, o foco deve estar na qualidade de vida, o que inverte a lógica trazida pelo sistema capitalista.

Vemos assim, a importância do Estado para se pensar em uma lógica que não seja individualista e a necessidade de se pensar em ações que visem realmente uma ruptura com esse sistema que é organizado para a manutenção da exploração ambiental, bem como a exploração de países Latino Americanos, que à primeira vista são inseridos no debate, mas não são favorecidos pelas pautas e pelo processo que mantém estruturas ressignificadas de uma colonização.

Não é possível alcançar aquilo que indica que um país já é desenvolvido pois o patamar em que esses países chegaram só foi possível pela exploração de outros países. Envolvidos nessa falácia, a política de Estado de países latinos é pensada para transpor

problemas reais, como a pobreza. Seguindo uma lógica produtivista, nossa sociedade passa a se organizar em torno da necessidade de superação de problemas socioeconômicos que não favorecem a ruptura com a exploração e concentração de renda. Com isso, vemos milhares de trabalhadores culpabilizados por sua pobreza, enfrentando jornadas de trabalho exaustivas na esperança de ascender a um patamar de riqueza impossível de ser alcançado:

Desde meados do século XX, um fantasma percorre o mundo... Este fantasma é o desenvolvimento. E embora a maioria das pessoas, certamente, não acredite em fantasmas, pelo menos em algum momento acreditou no “desenvolvimento”, se deixou influenciar pelo “desenvolvimento”, perseguiu o “desenvolvimento”, trabalhou pelo “desenvolvimento”, viveu do “desenvolvimento” ... E é muito provável que siga fazendo isso ainda hoje. (ACOSTA, 2015, p.198)

O desenvolvimento é pautado na ideia de que é necessário ter, para ter, é necessário consumir e para consumir, é necessário antes trabalhar. E quando é pautada na necessidade de ter, não falamos sobre ter uma alimentação de qualidade nutricional, acabar com a desigualdade social, garantir saneamento básico para todos. A igualdade não é pautada, muito menos a solução dos problemas sociais, pois dentro da lógica do Estado liberal, isso implica na ação do sujeito e não da ação do Estado. Temos o mesmo problema em escalas diferentes, na relação entre Estados Nações e na relação dentro dos territórios do Estados, principalmente os Estados que não alcançaram o status de desenvolvidos.

Em relação ao Estado enquanto território, usamos o exemplo do Brasil para entender melhor esse problema, tendo como base a Constituição Federal vigente, que em seu terceiro artigo fala a respeito dos objetivos fundamentais da constituição:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
 I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 II - garantir o desenvolvimento nacional;
 III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

No segundo item vemos a presença de um discurso desenvolvimentista, consonante com a perspectiva aqui criticada, mas é o primeiro e o terceiro item que

chamam atenção nesse momento. O artigo inicia falando a respeito do objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária, no terceiro item fala da erradicação da pobreza, mas o foco não está na superação, pois o objetivo está pautado na diminuição das desigualdades sociais e não na sua superação. E se há desigualdade, implica em alguns terem mais e outros menos, reduzir pode ser algo superficial, não indicando um compromisso real com o problema.

Quando olhamos a questão focando na relação entre Estados, vemos que não uma mudança de lógica. Apesar de criar indicadores, fomentar debates e apresentar documentos que indicam a necessidade de mudanças, toda a política internacional que se estabelece é pensada sobre a ótica liberal, focada no direito individual. E quando alguns dos estudos indica problemas, como o caso da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), os esforços são para a superação do mal-estar causado pelos apontamentos trazidos, do que para a superação do problema apontado.

A preocupação dos Estados permanece focada na questão econômica, colocada acima da questão ambiental e da necessidade de qualidade de vida. O ideal fomentando é de atrelar a qualidade de vida a felicidade promovida pela possibilidade de acessar bens de consumo, sem questionar se essa lógica corresponde aos reais anseios sociais.

2.6 O problema da questão ambiental no Estado liberal

Como reflexão a respeito desse tema é possível dizer que a configuração do Estado liberal não favorece a execução de pautas ambientais, mantendo do debate sob ótica superficial, sem apresentar ele mesmo como o principal problema a ser debatido. Isso ocorre, por exemplo, quando vemos os embates gerados por pautas que impliquem em diminuição do quesito econômico para o favorecimento da recuperação dos danos ambientais que já trazem consequências. Por outro lado, os ideólogos contemporâneos do estado mínimo tudo fazem em defesa da ação do mercado, como mecanismo de controle das atividades econômicas de serviços e da produtividade. Sem o que o estado, compreendido como gestor e protetor da sociedade, possa intervir em favor de quem está fora dos chamados interesses econômicos.

A proposta de medição de Felicidade Interna Bruta apresentou uma base que questiona o que realmente importa para a população mundial, mas não foi suficiente para que essa reflexão se traduzisse em mudanças políticas. Permanece como um ideal a ser atingido sem que ocorram mudanças nas bases políticas e econômicas que impedem que isso ocorra.

Vemos que mesmo com a inclusão de leis que tragam a questão ambiental para a pauta, não há mudanças significativas e reais avanços que possam ser percebidos na execução de políticas de diferentes Estados. O que ainda se faz é mirar em aspectos econômicos de países considerados desenvolvidos para projetar políticas de países em desenvolvimento. Processo esse que expande os problemas ambientais.

Por isso, é necessário pensar em novas configurações sociopolíticas baseadas em uma mudança de objetivo e cultura humana, buscando uma real integração com a natureza, para que, por meio dessa perspectiva, novos objetivos de Estado sejam traçados.

3. O PROJETO DO BUEN VIVIR E A MUDANÇA DE PERSPECTIVA SOBRE A NATUREZA

O Bien Vivir ou, em português, Bem Viver, é uma proposta surgida na América latina, culmina no pensar sobre a Terra enquanto um ser vivo, que por isso tem que ser respeitado e protegido pelos seres humanos, para que possa responder aos seus desígnios provendo vidas. Para iniciar uma explanação mais detalhada dessa proposta, é necessário antes compreender uma diferenciação conforme aborda Boff (2013), o bem viver não está relacionado a ideia de “viver melhor” associada a uma lógica que alia qualidade de vida a bens de consumo. A premissa de viver melhor criticada por Boff está relacionada a ter mais bens, adquirir e consumir mais coisas, sob uma lógica capitalista. De acordo com Alberto Acosta, uma liderança equatoriana que defende o Buen Vivir:

O Buen Vivir, na realidade, se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida. O Buen Vivir não é uma originalidade nem uma novidade dos processos políticos do início do século XXI nos países andinos. Nem é uma espécie de superstição ou poção mágica para todos os males do mundo. O Buen Vivir é parte de uma grande busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas da humanidade pela emancipação e pela vida. (ACOSTA, 2015, p.201)

Entender que não se trata de uma perspectiva consumista, impede que o Bem Viver seja analisado equivocadamente, tendo como base a sua teoria, respeitando assim, seu conceito e epistemologia da sua origem em quéchuá/ Kichwa (sumak kawsay) e sua origem latino-americana dos povos indígenas. “Kichwa designa um povo, uma nacionalidade e um idioma falado por cerca de 14 milhões de pessoas distribuídas entre as regiões andinas e amazônicas de Peru, Bolívia, Equador, Chile, Colômbia e Argentina. Foi a língua oficial do Império Inca.” (OSÓRIO, 2018, p. 60).

O Bem Viver, relaciona-se um ideal de integração, com o consumo suficiente, sem acúmulos, sem excessos. A lógica estabelecida está pautada na concepção da Terra como um ser vivente e portadora de direitos. Esse prisma implica em mudar consideravelmente a visão de mundo em relação aos chamados bens materiais, aos quais as pessoas se apegam para expressar poder, ostentação e distinção social. Logo concorre para “O centro das atenções (que) não deve ser apenas o ser humano, mas o ser humano vivendo em comunidade e em harmonia com a Natureza” (ACOSTA, p.27, 2011). É essa uma premissa básica do bem viver, que aponta a interação entre humanos e a chamada natureza sob uma concepção em que todos os seres estão integrando um mesmo sistema, numa lógica de interdependência.

3.1 A centralidade da natureza para o Buen Vivir

A formulação contida no bem viver, enquanto movimento político e filosófico questiona as visões utilitárias em relação à Terra, tomada como um ser vivo. Aponta para um processo de contraposição aos modelos de exploração dos recursos naturais, que ignoram as relações em cadeia, que envolvem a Terra e os seres que nela habitam/coabitam. Por isso se concebe a terra como “Pachamama”, planeta vivo. Que assim ocorre porque os povos indígenas são tomados como matriz que rege as concepções de mundo. Isso não contrapõe as evidências científicas que indicam a vida em cadeia, envolvendo desde os microrganismos até os seres humanos, presentes em toda a extensão da Terra.

De acordo com Alcantara e Sampaio (2017) existem três correntes distintas de Buen Vivir. A primeira corrente seria a indigenista e pachamamista, com foco central no

indigenismo pré-moderno, debatendo sobre um Buen Vivir onde Pachamama é vista sob uma ótica que envolve a ancestralidade das pessoas vindas da terra; a segunda corrente seria aquela que teria foco no debate político estatal, a sociologia e a estatística; a terceira corrente seguindo uma ótica pós-desenvolvimentista e ecologista, apresenta o Buen Vivir como uma proposta utópica de alternativa ao desenvolvimento.

Ocorre que, mesmo com definições que busquem apontar delimitação e melhor compreensão do que se trata o Buen Vivir, Alcantara e Sampaio (2017), discorrem de tal forma imbrincada a separação e distinção entre elas, que as três correntes se misturam, sendo difícil definir num único espaço para abordagem, em que consistem as diferenciações entre elas. Além disso, a classificação favorece que uma ou outra corrente seja considerada melhor, ou pior de acordo com o enfoque que o leitor quiser dar, de acordo com suas convicções. Havendo assim, uma perda em relação a proposta que, em sua origem, vem de povos indígenas, que seguem uma lógica diferenciada por suas culturas. Não que necessariamente estejamos procurando aqui uma definição precisa, como instrumento para efetivar escolhas. Mas nos ocorre a necessidade de encontrar meios mais claros de explicar cada corrente, para que seja possível mensurar suas diferenciações.

O que as três correntes carregam em comum, independentemente do foco, é a centralidade da questão da natureza. O que diferencia a proposta do Buen Vivir de debates fomentados dentro da lógica de Estado liberal. Para compreender a proposta do Buen Vivir é necessário pensar a humanidade como parte integrante da natureza e não como dominadora dela. Isso não implica em uma perspectiva preservacionista focada apenas na impossibilidade de modificar. Como parte integrante dela, o humano modifica a natureza tendo a consciência do seu impacto.

Os deuses antigos do paganismo exigiam uma relação muito mais próxima com os elementos naturais, como a lua, por exemplo. O processo de urbanização, como oposição a vida selvagem, afasta tudo que é considerado próximo a vida em natureza, eliminando o que até então era visto como “natural”. A palavra natural, vinda do latim *naturālis*, que significa “feito ou dado da natureza”, expressa bem o significado do processo que incentiva a urbanização e afasta a vida humana das suas relações com a natureza, se intensificou e se complexificou ao ponto de hoje considerarmos sobrenatural,

aquilo que até então era comum.

Retomando o exemplo da lua, podemos pensar na sua influência nas marés, no calendário lunar utilizado para a colheita e mesmo havendo a possibilidade de pensamento sobre um ser divino relacionado a lua, o conhecimento holístico (que hoje carrega uma conotação pejorativa) traz um aprendizado e relação com a natureza que permite a observação e compreensão dela de forma mais simples e fluída.

Exemplo disso é a relação de indígenas com a natureza, a permanência de culturas de, mesmo após séculos de genocídios permanecem vivas, possuem uma relação diversa da nossa em relação a natureza:

O que as cosmologias indígenas afirmam, finalmente, não é tanto a idéia de que os animais são semelhantes aos humanos, mas sim a de que eles — e portanto, nós — são diferentes de si mesmos: a diferença é interna ou intensiva, não externa ou extensiva. Se todos têm alma, ninguém é idêntico a si mesmo. Se tudo pode ser humano, então nada é humano inequivocamente. A humanidade de fundo torna problemática a humanidade de forma. (CASTRO, 2004, 238)

A relação estabelecida entre indígenas e demais animais não coloca o humano em superioridade, como dominador para o qual todos os outros animais estão à disposição, estabelecendo uma relação complexa baseada na ideia de que todos os seres vivos possuem alma. Questão essa que é apresentada como central no debate do Buen Vivir, como podemos observar na reflexão trazida por Acosta (2015):

Lembremos que desde os primórdios da humanidade o medo dos elementos imprevisíveis da natureza esteve presente na vida cotidiana. Gradualmente, a ancestral e difícil luta pela sobrevivência foi se transformando em um desesperado esforço para dominar as forças da natureza. Se chegou a ver o ser humano fora da natureza. Se definiu a natureza sem considerar a humanidade como parte integrante da mesma. Com o capitalismo se abriu definitivamente a porta para dominá-la e manipulá-la. Isto levou a uma espécie de corte do nó górdio da vida. Se separou o ser humano da natureza, transformando está em uma fonte de negócios aparentemente inesgotável... (ACOSTA, 2015, p. 203)

O Buen Vivir sugere um resgate e valorização daquilo que já é vivido por povos indígenas, o que implica em uma nova lógica de vida social e política, já que no Estado Liberal, inspirado na concepção de propriedade privada, a natureza apresenta fins utilitarista. O local ocupado pela natureza no Estado liberal pode ser exemplificado pela conferência de Estocolmo, que desassociava humanos e natureza ao trazer a terminologia

“meio ambiente humano”. Apesar de falarmos de um evento ocorrido em 1972 e da ideia de “meio ambiente humano” não ter sido utilizada posteriormente, o debate em torno da necessidade de “desenvolvimento”, que tem um foco principal na questão econômica, mantém a ideia de que o homem é superior/ ou está desassociado da natureza. O que é modificado quando o *Buen Vivir* apresenta a natureza como um ser de direitos:

Um exemplo da ética do *Buen Vivir* foi a aprovação pela ONU, em 28 de julho de 2010, da proposta boliviana que declara a água segura e o saneamento como direito humano. Mais especificamente, o direito declarado do natural (a água) de não receber poluentes e manter-se saudável. Desse modo, os direitos não se sobrepõem, mas interagem de forma integral ao assumir o *Buen Vivir* como igualmente prioritário ao desenvolvimento. (SILVA e GUEDES, 2017, p.01)

A água vista enquanto viva se enquadra nessa perspectiva que aborda os direitos da natureza e demonstra que isso não ocorre apenas em um processo de abstração. Pensando na água, nas florestas, nos animais não humanos e vários outros elementos que compõem a Pachamama. O *Buen Vivir* enquanto prioridade consiste no entendimento de que toda vida tem valor análogo a vida humana e que a relação que estabelecemos com outros seres pertencentes a Terra (água, ar, rios, árvores, peixes entre outros), é fundamental para garantir uma vida de qualidade. Isso porque, pelo fato de não estarmos em uma posição de superioridade/domínio, precisamos dessa vida em harmonia.

No *Buen Vivir* vemos um aprofundamento na questão da natureza, mas ela segue a mesma perspectiva da proposta do Butão, que tenciona o entendimento por parte da ONU daquilo que é necessário para um país, os dois casos falam a respeito do desenvolvimento como sendo problemático na lógica em que está introduzido ao pensarmos no crescimento dos Estados Nação.

Essa conexão com a natureza também é vivida por permacultores, conforme aponta Mônica, uma de nossas entrevistadas:

O meio ambiente começa no meio da gente. Nós somos seres vivos, nós somos animais e essa desconexão da natureza é o que levou o planeta a esse estado de crises, assim, essa conjuntura de crises é da nossa desconexão com o nosso meio, né?

Então para mim, nós somos parte da natureza, a natureza é parte de nós e não tem como desconectar isso, ou não deveria ser, né? Então a Permacultura é esse acordar, sabe? Esse “Hello”!

Vejam quem são vocês, vocês não são separados do ambiente onde vocês vivem. Apesar da gente tentar. Nossa sociedade, ela tentou fazer isso, né? Tipo:

bom, vamos desconectar... a gente não segue as leis naturais aí enfrenta problemas sérios. E a Permacultura mostra que não, que nós fazemos parte dessas leis naturais e não as seguir é o que nos causa todas as doenças que estamos tendo enquanto sociedade. Então a permacultura é a reconexão com essa visão sistêmica. E você ter uma visão harmônica com você em primeiro lugar, no seu ambiente, com você... Para mim é muito isso, com as leis da natureza. CARAPEÇOS, Mônica. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

Mônica evidencia a aproximação da proposta da Permacultura com aquilo que propõem o Buen Vivir em relação a conexão de humanos e natureza. Ela compreende a Permacultura como uma reconexão com a visão sistêmica, onde o humano faz parte do todo. Outro entrevistado trouxe argumentos interessantes que podem ajudar na compreensão dessa perspectiva, de acordo com Gardel:

Eu me considero um conector, eu faço a conexão.
Até no whatsapp eu coloquei assim... Põem a foto e põem o título, eu coloquei: Gardel o jardineiro de floresta.
Aquele todo cuidado que um jardineiro tem com aqueles dois metros quadrados de terra, corte, cobertura, adubação, a gente tem com uma floresta. Mas uma floresta de alimentos! Tem muita coisa que é nativa, tem muita coisa que é pioneira, mas o sítio, como você percebeu, tem pouca coisa de monocultivo, tanto é que eu vou ter que abrir alguma coisa para produzir grãos por que nós não temos mais espaço, mas em relação a permacultura e natureza eu acho que a questão fundamental do permacultor, é ser conector.
Tanto que nós não utilizamos mais o termo “agroecologia”, mas ecologia cultivada, principalmente pela essência da palavra “ecologia”, ecologia estuda a relações dos seres vivos, eu acho que entendendo essas relações entre fungo e árvore, fungo e alimento, fungo depositador de matéria orgânica, isso é só um exemplo, a gente começa a estabelecer conexões. Por isso que eu me considero um conector.
Eu podia citar por exemplo, esterco. Esterco das galinhas – horta, dos coelhos – horta, árvores - esterco humano pasteurizado e tratado para as arvores, eu faço sempre essa conexão, eu sou só um conector, está tudo aqui já. Eu tenho sempre essa visão da relação permacultura e natureza. A gente tenta mudar o mundo, por exemplo, você vê uma técnica assim, sei lá, o cara diz: você tem que fazer essa e essa técnica. Não, espera aí... Você tem um ambiente, mata atlântica, uma floresta Ombrófila úmida, por que eu vou descaracterizar ela? Eu vou tentar manter essa característica nesse ambiente, produzindo alimentos. E até agora nós estamos fazendo isso e tendo sucesso. Por não fazer essa modificação radical como eles fazem, muita coisa a gente não consegue produzir, mas estamos produzindo muita coisa e está sendo muito surpreendente os resultados. SILVEIRA, Gardel dos Santos. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

A Permacultura posiciona os Permacultores enquanto parte do processo, responsabilizado e trazendo uma perspectiva que ação direcionada para o melhor aproveitamento do espaço e diminuição de impactos. Seja enquanto jardineiro da floresta,

da forma como Gardel vê, ou a visão harmônica que leva ao respeito das leis da natureza, conforme relatado por Mônica, vemos uma proximidade tanto com a proposta do Butão, quanto com o Buen Vivir, já que a exemplo das duas propostas, a Permacultura coloca a natureza e a relação que se estabelece com ela em um lugar central na sua proposta.

3.2 A Plurinacionalidade

O debate sobre a plurinacionalidade não iniciou com o Buen Vivir¹⁶, mas é no Buen Vivir que passa por um processo de aprofundamento. Concomitante com a questão da natureza vista como possuidora de direitos, a ideia de plurinacionalidade surge como uma ruptura com aspectos presentes no Estado de direitos.

Dentro do Estado de direitos temos o entendimento de Estado Nação, composto por territórios autônomos, caracterizado pela presença de um povo que é compreendido como possuidor de um caráter hegemônico no que diz respeito a cultura e outros aspectos que dão a ele uma identidade nacional. Isso é entendido como aspecto fundamental para a legitimação daquilo que entendemos como país.

Essa perspectiva não leva em consideração as diferenças culturais presentes em um mesmo território. Elege aquilo que é considerado legítimo, que é fortalecido por meio da legislação e marginaliza o que está fora desse escopo. Pensando no exemplo de países latino-americanos, temos projetos de Estado Nação construídos com base na influência da cultura de países europeus, que não correspondem e nem dão espaço para o que pertence a cultura de povos originários.

A ideia de Plurinacionalidade legitima a presença de diferentes culturas e povos dentro de um Estado Nação. Legitimando ainda, a existência de nações que compõem o território entendido como um único Estado Nação. Contrapõem a organização que, entre outras coisas, elege também uma religião que irá orientar a construção da legislação do território, processo esse que massifica povos e culturas possuidores de outros valores.

De acordo com Magalhães (2015):

¹⁶ Magalhães (2010) apresenta o caso da Itália (1947) e Espanha (1978) que abordam constitucionalmente a questão da plurinacionalidade compreendendo a questão do regionalismo, mas com uma perspectiva rasa. O conceito também está presente na Constituição da Colômbia, mas é na inserção do debate no Buen Vivir e nas constituições do Equador e Bolívia que avançam sobre a temática.

A ideia de Estado Plurinacional supera as bases uniformizadoras e intolerantes do Estado nacional, onde todos os grupos sociais devem se conformar aos valores determinados na constituição nacional em termos de direito de família, direito de propriedade e sistema econômico entre outros aspectos importantes da vida social. (MAGALHÃES, 2010, p. 209-210)

Tendo como base o diálogo e seguindo a perspectiva da democracia participativa, que amplia os debates e projetos e horizontaliza as escolhas, com o Estado Plurinacional temos a inserção de pautas e direcionamento de políticas que objetiva atender a diversidade presente dentro do mesmo Estado. Isso fomenta uma ruptura com o projeto liberal de Estado pela ampliação da participação popular nas decisões governamentais, além de se opor a incidência de políticas com base única em uma cultura instituída pelo processo de colonização.

3.3 A institucionalização e legalização do Buen Vivir – o caso do Equador

Questões como a valorização do conhecimento holístico e relação diferenciada com o ambiente/natureza, perpassam toda a proposta do Buen Vivir. Após sua inclusão formal na agenda governamental, ocorrida pela inserção na Constituição da República do Equador no ano de 2008 e na Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia no ano de 2009, são compreendidas como um marco simbólico de resistência (SILVA e GUEDES, 2017), e também de vitória das populações locais, contra todo o domínio cultural que ocorrera desde o período colonial.

O Buen Vivir se inseriu no debate político, sendo organizado como tal, a partir do movimento conhecido como “Revolução Cidadã”, proclamada do Rafael Correa, após sua eleição como presidente do Equador em 2006. Sob duras críticas diante de sua postura antineoliberal, com uma política contra hegemônica, Correa se destacou por suas ações em prol da aplicabilidade concreta do Buen Vivir (FARIA, 2016), em seu país, pensando no conjunto de sua sociedade.

De acordo com Menon (2012):

Sem dúvidas, a eleição do presidente equatoriano que se denomina um “humanista cristão de esquerda” representava uma ruptura com o modelo político anterior que gerou o empobrecimento de milhões de pessoas e agravou

sem precedentes a desigualdade social no país. Tal crise política, marcada por inúmeros escândalos de corrupção, fez com que nenhum presidente na última década no Equador pudesse concluir seu mandato. (MENON, 2012, p.02)

Com o rompimento de uma perspectiva que culmina em um processo de dominação, que ocorre através da industrialização e modernização, o homem em contato com a natureza não é mais visto em uma situação inferior. Mas sim, de integração ao local onde ele pertence, agindo de acordo com a sua própria natureza. “O Bem Viver – isto é fundamental – supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa” (ACOSTA, 2011, p.24). Aqui desenvolvimento não significa predar a mãe terra, predar os chamados recursos naturais, em proveito de uma economia de mercado, a pretexto do desenvolvimento imensurável, que resulta sempre na apropriação das riquezas ali produzidas, por meia dúzia de poderosos.

A concepção da natureza como um sujeito de direitos modifica a interação humana com ela. Isso porque passa a usufruir dos mesmos direitos assegurados aos homens e mulheres. E aqui registre-se o reconhecimento de um direito fundamental: o direito à vida. Vejamos o que nos fala a Constituição de 2008, do Equador, nos artigos 10º, 71º e 72º, onde a natureza se insere nos seguintes termos:

Art. 10. Las personas, comunidades, pueblos, nacionalidades y colectivos son titulares y gozarán de los derechos garantizados en la Constitución y en los instrumentos internacionales.

La naturaleza será sujeto de aquellos derechos que le reconozca la Constitución.

Art. 71. La naturaleza o Pachamama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y El mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos. Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública El cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observaranlos principios establecidos en la Constitución, em lo que proceda. El Estado incentivará a las personas naturales y jurídicas, y a los colectivos, para que protejan la naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema.

Art. 72. La naturaleza tiene derecho a la restauración. Esta restauración será independiente de la obligación que tienen el Estado y las personas naturales o jurídicas de indemnizar a los individuos y colectivos que dependan de los sistemas naturales afectados. Em los casos de impacto ambiental grave o permanente, incluidos los ocasionados por la explotación de los recursos naturales no renovables, el Estado establecerá los mecanismos más eficaces

para alcanzar la restauración, y adoptará las medidas adecuadas para eliminar o mitigar las consecuencias ambientales nocivas. (EQUADOR, 2008)

Uma perspectiva anti-desenvolvimentista não significa a ausência de investimentos em melhorias, mas sim, um novo olhar para as melhorias, um novo entendimento do que podemos entender como melhorias. Saímos da visão predatória, que associa a “melhorias”, as atividades que tem como base a exploração e utilização sem restrições de recursos naturais visando o avanço econômico, associando esse avanço econômico a um avanço social. Um avanço no PIB – Produto interno Bruto, que é a soma dos valores monetários produzidos em um território não está automaticamente associado ao IDH – índice de desenvolvimento humano, que é mensurado pelo acesso à educação, renda e saúde em diferentes territórios. Entre o PIB e o IDH temos a desigualdade social vinda pela concentração de rendas, terras e outros fatores que impedem maior proximidade entre os dois índices que também não partem de países latino-americanos como ideias de medida para organizar o desenvolvimento.

Esses índices não levam em consideração aspectos históricos e a perpetuação de aspectos culturais que influenciam, desde a colonização na estrutura e organização de diferentes países e podem ser pensados como exemplos de uma tentativa de imposição de uma cultura hegemônica ao passo que são ferramentas utilizadas para manutenção de políticas que estão sendo impostas aos países latinos a muito tempo.

O debate realizado sob uma ótica contra hegemônica possibilitou o favorecimento das questões ecológicas, dando ênfase na Natureza na constituição equatoriana, que sai da perspectiva que a compreende como um “meio” para gerar lucros. Essa ruptura traz novas possibilidades para a educação no que tange a relação com a natureza, como uma resposta a necessária discussão que tange as questões ambientais e bem-estar das pessoas.

No artigo décimo da constituição do Equador, o texto inicialmente fala sobre pessoas e organizações coletivas, logo após apresenta a natureza dizendo que ela também está sujeita os direitos constitucionais. Vemos a primeira ruptura de perspectiva, ao incluir a natureza no mesmo artigo e não em um artigo específico, é evidenciado o local que ela pertence. Já o setuagésimo primeiro e no setuagésimo segundo a natureza enquanto “mãe”, ser vivo ganha destaque.

E o texto referente a sua preservação apresenta elementos como o reconhecimento dos seus ciclos e seu ecossistema como um todo, o que inclui fauna e flora. A sociedade humana é colocada como protetora, a qual compete a aplicação e fiscalização da lei. A responsabilização em caso de crimes contra a natureza (desmatamento, poluição entre outros) também está presente, como há em legislações em outros países. Mas, a principal mudança está na forma em que a natureza é compreendida e a sociedade e o poder público, responsabilizados pelos seus cuidados.

Amplamente debatidos no campo constitucional, a ruptura proposta pelo Buen Vivir, no que tange a concepção da natureza como um ser de direitos, dá a ela duas coisas importantes: uma dimensão da sua natureza, através dos elementos que ela compõe (flora e fauna), também sua visão enquanto viva, a Pachamama. E essa segunda postula a presença dos povos originários/indígenas, durante o processo de construção da constituição.

Para além da possível obviedade com que o fato de a Terra ser coberta por terra pode ser pensado, nos compete compreender a importância simbólica e concreta da visão apresentada pelo Bien Vivir. Em se tratar de reflexões voltadas para o meio ambiente, seguindo uma perspectiva ecológica, não é necessário contrapor qualquer conhecimento holístico, ao contrário disso. Havendo uma conexão mística ou não, a relação dos povos originários com a floresta se dava de tal forma que hoje em dia muitos estudos apontam para os indícios do manejo de florestas sendo realizado por povos indígenas há muito tempo.

Essa mudança de perspectiva possibilita a defesa de rios, áreas de preservação permanente, entre outros, sob uma nova ótica, onde o crime ambiental é um crime contra Pachamama. Nessa visão a Pachamama, Mãe Terra, segue uma ótica considerada “mística”, que rechaça o sistema capitalista onde prevalece a lógica de consumo, e do consumo desmedido, onde o prazer consiste em consumir, ainda que não haja necessidade. As ideias de compreensão como “crença no invisível”, invisibilizam o que não está sob a lógica (e nem em oposição) que pensa na Terra como uma mãe, uma deusa, mas sim, por toda a vida presente em todos os espaços existentes no planeta que habitamos.

De acordo com Nogueira e Dantas (2012):

O contexto de construção destes direitos funda-se na falha do sistema capitalista e individualista, visto que esse sistema de produção trouxe inúmeras problemáticas, não só ambientais, mas também sociais, de exclusão e aumento das desigualdades sociais. Nesse sentido, compreende-se que a construção destes novos direitos se inicia politicamente, através dos movimentos sociais que se contrapõem ao modelo de desenvolvimento liberalista. (NOGUEIRA e DANTAS, 2012, p.28)

O Buen Vivir também propõe novos valores éticos para a relação entre os homens, fazendo duras críticas as propostas de desenvolvimento. Seguindo uma perspectiva voltada para um ecosocialismo¹⁷. A crítica sobre as relações fomentadas dentro do sistema e cultura vigentes apresenta-se como um paradigma a ser rompido. Por isso, uma das questões presentes na temática é a crítica ao processo desenvolvimentista:

Sem ignorar as vantagens que podem ser obtidas com os avanços tecnológicos, queremos superar as visões ingênuas e até mesmo simplórias com que são recebidos estes “avanços”. E, sem negar os elementos positivos da ciência e da tecnologia, há que se compreender o que representam os elementos fundacionais das ideias ainda dominantes de progresso e civilização: ideias que amamentaram o desenvolvimento, convertendo-o em uma ferramenta neocolonial e imperial. (ACOSTA, 2011, p.58)

O controle exercido através da imposição de uma cultura dominante pensada sob a ótica desenvolvimentista capitalista cria barreiras para a maioria e favorece domínios para alguns. Além disso, a classificação utilizada por grandes potências mundiais, como os Estados Unidos da América, faz uma escala onde os melhores são países são os desenvolvidos, entre os quais ele está, vindo na sequencia aqueles que estão em desenvolvimentos e os subdesenvolvidos, os piores diante da classificação (STAVENHAGEN, 1985).

A pobreza, o acesso a tratamentos de saúde, saneamento básico e educação escolar são alguns dos requisitos utilizados para certa classificação de desenvolvimento, onde o aspecto econômico permeia toda a relação estabelecida. O Buen Vivir representa uma quebra de paradigma ao apresentar novos elementos e uma nova lógica nos fazendo

¹⁷ Conforme apresentado por Le Quang e Vercoutère (2013), o ecosocialismo alia ao ideal socialista conceitos destinados a preservação ambiental, fomentando uma nova relação (sem exploração) dos ecossistemas.

questionar, por exemplo, o que é pobreza, educação, saúde e onde encontramos esses elementos.

É necessário deixar claro que não se trata de um entendimento de que não precisamos olhar para a questão da pobreza, educação, saúde entre outros, mas entender, por exemplo, que entre pensar a pobreza como impossibilidade de acesso a elementos indispensáveis a manutenção da vida humana e almejar a riqueza enquanto grande acúmulo de bens materiais, há outros valores e necessidades que precisam ser pensados. E que por vezes nos perdemos no processo de reflexão e busca pela superação da pobreza mirando no exemplo de quem acumula bens desnecessariamente. O que dentro do sistema capitalista é algo amplamente fomentado, resultando em uma cultura consumista e acumuladora e não em uma superação de problemas sociais e ambientais.

A integração entre homem e natureza, concomitante a uma interrelação e co-dependência de todos os seres vivos (homens, animais, natureza), transpõem a valorização fomentada pela lógica de desenvolvimento dentro do sistema capitalista, onde é fomentada a desigualdade social, competição, acumulação de bens. “Para o Bem Viver, existe uma identidade cultural que emerge de uma relação profunda com o lugar onde se habita, no qual surgem modos de vida, expressões, como arte, dança, música, vestimenta, etc.” (ALCANTARA e SAMPAIO, 2017, p.235).

O conceito de felicidade, no que tange o ideal de vida humana, é pautado em valores que não são quantificados monetariamente, mas pela integração comunitária e uma perspectiva igualitária em relação a oportunidade, atendimentos a necessidades, não baseados no acúmulo, respeitando as singularidades culturais presentes nos diversos grupos humanos (BRAGA, 2014).

O processo de colonização é duramente criticado, na medida em que se considera que é a parte inicial de um processo que acarretou na exploração e dizimação de povos e culturas, da mesma forma em que colonizou a própria natureza. A agenda política é considerada a ferramenta ideal, porém insuficiente, para uma perspectiva (capitalista e hegemônica) que será contraposta a partir de uma perspectiva holística.

Apenas colocar o Bem Viver na Constituição não será suficiente para superar um sistema que é, em essência, a civilização da desigualdade e da devastação. Isso, no entanto, não significa que o capitalismo deve ser totalmente superado para que, só depois, o Bem Viver possa se tornar realidade. Valores, experiências e práticas do Bem Viver continuam presentes, como tem sido

demonstrado ao longo de cinco séculos de colonização constante. (ACOSTA, 2011, p.25)

A instituição do Bem Viver constitucionalmente levou o debate para a esfera das políticas públicas, apresentando uma ótica que não teria espaço nesse meio sem essa intervenção. A muito tempo são realizados encontros, debates e acordos que buscam a solução ou minimização dos impactos causados no ambiente, com a ideia de desenvolvimento relacionado aos avanços industriais, os acordos e medidas estão sempre aquém da necessidade real.

Além da questão da relação homem e natureza, que é principal foco de debate nesse trabalho, existem dois conceitos chaves de entendimento das propostas das constituições equatorianas e bolivianas, os conceitos de plurinacionalidade e a cosmovisão andina. A plurinacionalidade é o reconhecimento da existência de nações indígenas. Com uma cultura eurocêntrica passamos a compreender povos, nações indígenas enquanto “tribos”, em um processo de inferiorização da organização desses povos, em uma classificação que corresponde a uma sub-categoria ao compreender que a ideia de nação está posta por uma organização superior, nesse caso, a Republica do Equador. Com o debate da plurinacionalidade, reconhecido que povos indígenas correspondem a nações, na mesma medida em que a existência dessas nações dentro do território compreendido enquanto a Republica do Equador, traz a eles uma outra organização de nacionalidade. Essa questão pode ser observada na Constituição do Equador, em seu título II - ORGANIZACION TERRITORIAL DEL ESTADO:

Art. 257.- En el marco de la organización político administrativa podrán conformarse circunscripciones territoriales indígenas o afroecuatorianas, que ejercerán las competencias del gobierno territorial autónomo correspondiente, y se regirán por principios de interculturalidad, plurinacionalidad y de acuerdo con los derechos colectivos. (EQUADOR, 2008)

É comum vermos a tutela de povos indígenas em legislações, a exemplo do que acontece no caso brasileiro, vemos uma grande mudança ao reconhecer esses povos enquanto nação, sua organização cultural, fomentar sua participação política tanto no Estado Nação da República do Equador, quanto de forma autônoma em seus próprios territórios.

Outra questão que merece destaque sobre o Buen Vivir é a cosmo visão, que é organizada por “um conjunto de fatores culturais, sócio-econômicos e até por fenômenos naturais” (SANTOS JUNIOR, 2009, p.155). Quando falamos a respeito do reconhecimento da natureza enquanto Pachamama, trata-se da inserção da cosmovisão andina na constituição, com o entendimento da interrelação entre os seres vivos e ampliamiento de aspectos de cunho espiritual, fugindo a visão que se tornou comum na América Latina, relacionada a inserção de valores cristãos nas legislações. Esse e outros aspectos que permeiam a constituição equatoriana não havendo um artigo específico para tratar da cosmovisão. Por se tratar de um conjunto variado de fatores, ela passa a ser norteadora, contemplando o entendimento tradicional da população.

Ao pesquisar sobre o Buen Vivir, é comum encontrar artigos dedicados ao debate que tem como base a análise da constituição equatoriana, ou um apanhado mais geral sobre aspectos do Buen Vivir pensado nos dois países.

3.3.1 O Buen Vivir e o Estado na atualidade – o caso do Equador

Foto de um indígena durante as manifestações ocorridas em 2019, no Equador:



Figura 15Foto: Ivan Alvarado/Reuters, em reportagem publicada pelo G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/11/protestos-no-equador-continuam-indigenas-enviam-carta-com-pedidos-ao-governo-de-lenin-moreno.ghtml>

Na imagem acima podemos observar um indígena em meio a fumaça, pessoas reunidas, algumas delas usando máscaras. A foto foi feita durante os protestos ocorridos em 2019, no Equador. Os protestos se estenderam por mais de 10 dias, deixando mortos e feridos no confronto contra o governo atual¹⁸. Noticiados diariamente, os protestos e o protagonismo dos povos indígenas equatorianos são um importante fato para reflexão sobre a proposta do Buen Vivir, sua origem, organização e objetivos.

Nesse capítulo já falamos a respeito da importância da eleição de Rafael Correa para a instituição de uma nova constituição no Equador, mas é preciso entender o contexto em que ele foi eleito e antes disso, a trajetória equatoriana que resultou no processo da Revolução cidadã. O Equador, em comparação com o Brasil, possui um território muito

¹⁸ A Reportagem intitulada “Lenín Moreno revoga os ajustes econômicos e os indígenas suspendem os protestos no Equador. Governo anuncia que apresentará outro decreto em substituição ao do questionado pacote de medidas”. Feita por Francesco Manetto, em Quito, Equador, no dia 14 de outubro de 2019, para o site do jornal El País, apresenta a notícia da revogação de um pacote econômico proposto pela gestão de Lenín Moreno que motivou protestos por 12 dias na cidade de Quito, resultando em várias mortes.

Conforme informação disponibilizada em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/14/internacional/1571017066_691583.html> Acesso em 10 de março de 2020.

menor, mas como o Brasil, viveu um processo de exploração extrativista, passou pelo regime militar, descobriu no Petróleo uma possibilidade de crescimento econômico nas décadas de 1970 e 1980, o que, em contrapartida, gerou um grande impacto ambiental e endividamento do país:

o valor da dívida equatoriana multiplicou-se em quase 22 vezes entre 1971 e 1981, passando de 206,8 milhões de dólares para 5,868 bilhões, o que significou passar de 16% para 42% do PIB. Visto de outro ângulo, o serviço da dívida que comprometia 15 de cada 100 dólares exportados em 1971, passou para a proporção de 71% em dez anos. (SANTOS, 2012, p.98)

O endividamento do país teve como consequência uma forte incursão neoliberal, com empobrecimento populacional através da informalização do trabalho, o que também gerou um processo de desmobilização de trabalhadores e perda de crédito das ações políticas partidárias, ao ponto de que nenhum presidente eleito após o regime militar conseguiu eleger um sucessor (SANTOS, 2012).

Em contrapartida, a organização de povos indígenas se fortaleceu e passou a agir de forma contundente no cenário político do país. Entre processos de deposição, que foram três em dez anos¹⁹, desmobilização dos povos indígenas, empobrecimento em decorrência da dolarização e escândalos de corrupção, Rafael Correa destacou-se por sua ação enquanto ministro das finanças do governo de Alfredo Palacios. Permaneceu no cargo por apenas três meses, mas suas ações voltadas para as questões sociais agradaram a população equatoriana.

Após isso, Rafael Correa entrou para o partido Alianza. Com sua força popular e debate inseridos nos ideais da revolução cidadã que pregava uma nova perspectiva de governo para o Equador, Rafael Correa é eleito, tendo grande apoio da mobilização dos povos indígenas equatorianos, contado com grande aprovação popular aprova uma nova Carta Constitucional:

¹⁹ Sob o título “Equador: três presidentes depostos em menos de dez anos”. A reportagem de 21/04/2005, feita por Gabriela Guerreiro para o portal Agência Brasil, aborda a cronologia, processos políticos e pressão popular que influenciaram na deposição de três presidentes equatorianos desde o ano de 1997. Conforme informação disponibilizada em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-04-21/equador-tres-presidentes-depostos-em-menos-de-dez-anos>> Acesso em 11 de março de 2020.

A convergência entre os desafios de soberania, desenvolvimento econômico e ecologia pressionam por um padrão civilizatório alternativo cristalizado na noção de raiz aborígine do Sumak Kawsay ou "Buen Vivir" consagrada na Constituição aprovada em 2007. Os conflitos colocados pela afirmação deste princípio e o simultâneo aprofundamento da exploração mineral estão na raiz das contradições vividas pelo governo Rafael Correa. (SANTOS, 2012, p.95-96)

Apesar de apresentar um projeto inovador, a proposta do Buen Vivir passou a enfrentar grandes desafios para ser colocada em prática. Com um histórico de exploração de petróleo que gerou grandes problemas ambientais, os povos indígenas esperavam mais mudanças do que aquelas que realmente ocorreram. O Equador, ao institucionalizar um debate decolonial, através da proposta do Buen Vivir atendeu aquilo que era reclamado a bastante tempo pelo povo equatoriano, despertou o interesse pelo tema em outros países latino-americanos, tanto no que diz respeito as ações no campo político, quanto o que passou a ser pensado e debatido no meio acadêmico.

Mas, em relação as práticas, observamos ocorrer no Equador o que também é comum ao Brasil, as dificuldades de efetivação do que constitucionalmente foi proposto. Exemplo disso, é que no ano posterior a promulgação da constituição equatoriana, aprovando uma lei destinada a mineração sem realizar um processo coletivo, envolvendo consulta prévia a população, muito menos as questões ambientais inovadoras (no sentido legislativo) presentes na constituição.

Isso não significa que é possível estabelecer um paralelo entre as constituições equatoriana e brasileira, pois são textos construídos em momentos distintos e territórios distintos, mas nos dois casos vemos um texto constitucional que surge em uma tentativa de superação de um momento politicamente conturbado e que apresentam elementos elencados por movimentos sociais como de grande importância para a população do seu país.

A descolonização de um projeto político apresenta-se como um problema de difícil solução, mesmo porque, ele costuma representar povos e movimentos sociais que de longa data reconhecem o problema da influência econômica e sociocultural dos EUA e países Europeus, mas não compõem a população territorial (Nação) em sua totalidade. Longe disso, um discurso conservador baseado em uma naturalização da submissão dos países latino-americanos ao EUA, por exemplo, tem grande força.

A insatisfação com a gestão de Rafael Correa no Equador gerou conflitos com povos indígenas, vemos que se de um lado sua gestão representou uma ruptura de perspectiva e ascensão de povos originários (em destaque na constituição aprovada durante a sua gestão), por outro, os conflitos foram minimizados, mas não deixaram de existir em sua totalidade.

Em particular, as organizações indígenas acusam Correa de ignorá-las como interlocutoras políticas legítimas, adotando posturas repressivas que visam acuar e desmobilizar o conjunto do movimento social. A prisão de lideranças da nacionalidade shuar em fevereiro de 2011, acusadas espuriamente de sabotagem e terrorismo, provocou indignação generalizada no campo popular. (SANTOS, 2012, p.104)

Com uma gestão onde avanços no sentido da perspectiva posta pela nova constituição apresentava, a exemplo da defesa da preservação ambiental, no que diz respeito a não exploração do petróleo existente em um território de grande importância socioambiental e por outro lado, a fuga disso na aprovação da lei da mineração, Rafael Correa conseguiu concluir seu mandato e em 2017 assumiu seu sucessor, Lenín Moreno, também do seu partido político e vice-presidente durante a sua gestão.

Lenín, presidente do Equador entre os anos de 2007 a 2013, destacou-se pela defesa de direitos de pessoas cadeirantes, havia sido indicado ao prêmio Nobel da paz em 2012. Tornou-se cadeirante em 1998, após ser vítima de uma arma de fogo, seu envolvimento político partidário ganhou maior destaque ao receber o convite de Rafael Correa para ser seu vice, papel que desempenhou durante as duas gestões de Correa.²⁰

Em meio a um processo de polarização política e convocação do candidato derrotado, Guillermo Lasso, para que seus eleitores se manifestassem nas ruas contra o

²⁰ A entrevista realizada por Michael Charles Tobias para a revista Forbes online, com o então Vice Presidente do Equador, Lenín Moreno, na data de 05/10/2012, sob o título “Ecuador's Vice President Lenín Moreno, 2012 Nobel Peace Prize Nominee, Reflects on Human Welfare and the Rights of Nature”, apresenta entre outras coisas, um relato de Moreno sobre a tentativa de assassinato que ele relata ter sofrido no ano de 1998. Conforme informação disponibilizada em: <<https://www.forbes.com/sites/michaeltobias/2012/10/05/ecuadors-vice-president-lenin-moreno-2012-nobel-peace-prize-nominee-reflects-on-human-welfare-and-the-rights-of-nature/#77e2f39ab85d>> Acesso em 11 de março de 2020.

resultado eleitoral, considerado por ele fraudulento, Lenín assume o poder com apoio de Correa²¹. Após seis meses de gestão, sua ruptura com Rafael Correa já era clara²².

Equador possuía uma grande dívida externa, que foi questionada por Correa durante sua gestão, considerando abusivo o valor advindo dos juros da dívida, em dezembro de 2008 foi declarada moratória de parte da dívida do país. Isso implicou em um valor que deixou de pagar um total de 30,6 milhões em juros²³.

Lenín, assume uma política com uma postura neoliberal enquanto escândalos de corrupção durante a gestão anterior, de Rafael Correa, se tornam notícia no país. Assumindo que o povo equatoriano enfrenta altas taxas de desemprego e miserabilidade, Lenín aposta em uma política avessas a proposta (não concretizada) de Correa²⁴.

Em outubro de 2019, povos indígenas tomam as ruas de Quito em um violento confronto contra a política imposta por Lenín. Os violentos protestos duraram dias, deixando oito mortos e vários feridos, ao fim, Lenín revogou a medida de fim de subsídio ao combustível, cedendo ao interesse dos protestantes²⁵.

²¹A reportagem de Sara España para o portal de notícias El País, do dia 14/03/2017, intitulada “Equador, um país dividido após as eleições. Opositor Guillermo Lasso contesta o resultado da eleição e exige uma recontagem de votos”. Aborda o momento tenso vivido no Equador após as eleições que levaram Lenín Moreno a presidência do país, sob a acusação de fraudar o processo eleitoral.

Conforme informação disponibilizada em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/14/internacional/1492130295_968983.html> Acesso em de 11 março de 2020.

²² Em reportagem para o site do jornal El País, Francesco Manetto apresenta o seguinte título: Lenín Moreno: “O cidadão Rafael Correa é um opositor a mais”. Presidente de Ecuador fala com EL PAÍS de seu projeto e das diferenças com o gerenciamento anterior.

Publicada em 17/12/2017, a reportagem aborda a ruptura entre Lenín Moreno e Rafael Correa. O que implica na modificação do projeto construído por Rafael Correa.

Conforme informação disponibilizada em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/16/internacional/1513441514_918706.html> Acesso em 11 de março de 2020.

²³ Moratória, nesse contexto, refere-se a suspensão de pagamento de credores internacionais possível em períodos de guerra, calamidade pública ou grave crise econômica. Na reportagem Claudia Jardim de 18/12/2008, para o site de notícias da BBC, intitulada “Equador declara moratória de parte da dívida externa”, é apresentado o valor de parte da dívida externa do Equador que Rafael Correa deixou de pagar, totalizando US\$ 30,6 milhões de juros do bônus Global 2012.

Conforme informação disponibilizada em:

<https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081212_equador_moratoria_cj_cq.shtml> Acesso em 12 de março de 2020.

²⁴ Idem ao 7.

²⁵ Em reportagem da Agência EFE, republicada pelo portal de notícias Exame, datada do dia 15/10/2019, intitulada “Presidente do Equador restabelece governo em Quito após fim de protestos. Lenín Moreno havia transferido o governo temporariamente para Guayaquil durante manifestações contra alta do preço de combustíveis”, é apresentado o discurso de Lenín Moreno após os protestos e sua tentativa de se enquadrar em medidas de austeridade que possibilitavam acesso a um fundo monetário do FMI. Conforme informação

Os problemas econômicos e políticos do Equador continuam, em 2020 iniciou-se o julgamento contra Rafael Correa, acusado de corrupção durante o seu mandato²⁶. Os problemas sociais e a insatisfação da população do Equador do governo já existiam antes da proposta de mudança constitucional de Rafael Correa. Sua iniciativa angariou grande apoio popular por ter sido vista pela população como uma real mudança de perspectiva.

3.4 A institucionalização e legalização do Buen Vivir – o caso da Bolívia

Promulgada em 2009, a Constituição do Estado Plurinacional Boliviano passou por revisões, chegando ao seu texto final em 2019, em meio a um processo polêmico e instabilidade política no país. Nesse momento do texto, a questão a ser abordada é a demonstração da proposta do Buen Vivir institucionalizada na Bolívia.

Iniciamos pelo preâmbulo da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia:

En tiempos inmemoriales se erigieron montañas, se desplazaron ríos, se formaron lagos. Nuestra amazonia, nuestro chaco, nuestro altiplano y nuestros llanos y valles se cubrieron de verdes y flores. Poblamos esta sagrada Madre Tierra con rostros diferentes, y comprendimos desde entonces la pluralidad vigente de todas las cosas y nuestra diversidad como seres y culturas. Así conformamos nuestros pueblos, y jamás comprendimos el racismo hasta que lo sufrimos desde los funestos tiempos de la colonia.

El pueblo boliviano, de composición plural, desde la profundidad de la historia, inspirado en las luchas del pasado, en la sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio, y con la memoria de nuestros mártires, construimos un nuevo Estado.

Un Estado basado en el respeto e igualdad entre todos, con principios de soberanía, dignidad, complementariedad, solidaridad, armonía y equidad en la distribución y redistribución del producto social, donde predomine la búsqueda del vivir bien; con respeto a la pluralidad económica, social, jurídica, política y cultural de los habitantes de esta tierra; en convivencia colectiva con acceso al agua, trabajo, educación, salud y vivienda para todos.

disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/presidente-do-equador-restabelece-governo-em-quito-apos-fim-de-protestos/>> Acesso em 13 de março de 2020.

²⁶ A reportagem de Sara España, do dia 11/02/2020, para o site de notícias do jornal El país, sob o título “Rafael Correa enfrenta primeiro grande julgamento por corrupção no Equador. Corte nacional do país sul-americano inicia julgamento do ex-presidente, nove de seus altos funcionários e 11 empresários por uma rede de subornos em troca de contratos públicos”. Debate o contexto político do Equador e o processo jurídico que questiona o envolvimento de Rafael Correa com processos de suborno. Conforme informação disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-11/rafael-correa-enfrenta-primeiro-grande-julgamento-por-corrupcao-no-equador.html>> Acesso em 13 de março de 2020.

Dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano y neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, que integra y articula los propósitos de avanzar hacia una Bolivia democrática, productiva, portadora e inspiradora de la paz, comprometida con el desarrollo integral y con la libre determinación de los pueblos.

Nosotros, mujeres y hombres, a través de la Asamblea Constituyente y con el poder originario del pueblo, manifestamos nuestro compromiso con la unidad e integridad del país.

Cumpliendo el mandato de nuestros pueblos, con la fortaleza de nuestra Pachamama y gracias a Dios, refundamos Bolivia.

Honor y gloria a los mártires de la gesta constituyente y liberadora, que han hecho posible esta nueva historia. (BOLÍVIA, 2009)

O Preâmbulo constitucional da Bolívia traz, em seu breve texto, os elementos necessários para a compreensão de uma nova perspectiva que o país busca. Vemos o reconhecimento e defesa da diversidade de seres (onde chama atenção para o fato de não ser uma referência clara aos humanos, mas sim a todos os seres vivos) e a diversidade cultural. Nesse momento também vemos a única referência a Pachamana existente no texto da constituição.

Outros elementos interessantes são uma perspectiva de ruptura com as imposições advindas do processo de colonização e o reconhecimento da colonização enquanto algo que deixou profundas consequências socioculturais no país. Isso demonstra a busca por uma identidade local, reconhecendo que ela se dá em um espaço plural, mas que coloca seu povo original em um local de destaque e importância, contrário ao processo de colonização que ocorreu em toda América Latina, que foi responsável pela dizimação de milhares de povos indígenas e negros escravizados vindos de outros continentes, dando início a um processo de transformação complexo que foi naturalizado por muito tempo.

Representa a busca por um resgate das questões socioculturais que foram perdidas após a colonização dos povos, ao mesmo tempo que busca um caminho político e econômico que fugira de uma perspectiva eurocêntrica na atualidade. A contrariedade ao neoliberalismo, e a presença da “Pachamama” enquanto deusa mãe (Terra) e Deus no mesmo parágrafo é a demonstração do reconhecimento da pluralidade presente no país. O inovador nesse caso não é evocar a presença de Deus, isso é algo comum nas Constituições Latino Americanas, mas o reconhecimento da importância da Terra enquanto ser vivo e o respeito aos povos que a consideram uma Deusa, deixando de representar apenas povos cristãos.

Estando cientes da mudança de perspectiva e ruptura com uma lógica a muito estabelecida, o texto do preâmbulo finaliza com o reconhecimento de que essa constituição representa uma nova história para o país. O que é fruto da compreensão de que se trata de um território buscando uma identidade pós colonização, no século 21, em um momento em que os debates sobre as questões ambientais são cada vez mais recorrentes, a globalização traz novos desafios políticos e econômicos e a era digital uma nova velocidade para notícias e modifica questões culturais.

O que não podemos perder de vista é que a Bolívia introduziu o Buen Vivir na sua nova constituição, mas não sendo o país originário, apresenta uma leitura própria daquilo que compreende como sendo pauta do assunto. É possível identificar semelhanças entre a proposta do Equador e da Bolívia, mas se no Equador vemos a prevalência do fortalecimento local, com uma postura reticente a políticas internacionais, na Bolívia o que caracteriza a sua constituição é uma perspectiva de Bem-estar social, sem necessariamente representar uma ruptura ou oposição com a política internacional ou globalização.

Isso pode ser observado quando vemos que o termo “desenvolvimento econômico” é utilizado na constituição da Bolívia quatorze vezes, na maioria delas, acompanhado da palavra “social”, o que implica em uma política que assume a possibilidade de o desenvolvimento econômico e social ocorrerem de forma concomitante. O Buen Vivir boliviano está mais relacionado a pautas de reconhecimento e respeito aos povos indígenas, debate sobre racismo e questão de gênero.

Em relação a natureza, segue a mesma perspectiva que a Constituição Federal Brasileira, por exemplo, visando a garantia de acesso ao meio ambiente, não pensando na natureza como um ser de direitos ou o humano integrado a ela:

Artículo 33. Las personas tienen derecho a un medio ambiente saludable, protegido y equilibrado. El ejercicio de este derecho debe permitir a los individuos y colectividades de las presentes y futuras generaciones, además de otros seres vivos, desarrollarse de manera normal y permanente.

Artículo 34. Cualquier persona, a título individual o en representación de una colectividad, está facultada para ejercitar las acciones legales en defensa del derecho al medio ambiente, sin perjuicio de la obligación de las instituciones públicas de actuar de oficio frente a los atentados contra el medio ambiente. (BOLÍVIA, 2009)

Apesar de citar a Pachamama em seu preâmbulo, a constituição segue a lógica de desenvolvimento sustentável ao defender o direito meio ambiente e o desenvolvimento econômico de forma análoga. Está em uma direção oposta aquilo debatido pelo Equador quando institucionalizou o Buen Vivir através da sua constituição.

Na constituição da Bolívia a Pachamama não é um ser de direitos, mas sim uma ferramenta que possibilita o desenvolvimento econômico e social que deverá ser utilizada com atenção aos impactos dos humanos sobre ela. Os impactos negativos gerados no meio ambiente são analisados/ julgados pelo “Tribunal Agroambiental”, o que fortalece a perspectiva utilitarista da natureza, que está a serviço da humanidade por meio do setor agrário.

Isso não seria um problema se a proposta debatida pelo Buen Vivir originalmente não apresentasse a questão da relação humano e natureza como sendo central. Mas, tendo em vista que a crítica de Buen Vivir está relacionada aos problemas gerados pelo sistema capitalista / Estado Liberal, apesar da crítica ao neoliberalismo e os avanços em importantes debates, como a plurinacionalidade, questões de gênero e racismo, a constituição boliviana está inserida na lógica que ela critica.

De todo modo, a proposta do Equador e Bolívia que se traduziram em mudança constitucional são grandes esforços para uma mudança estrutural, mas isso não significa que se trata de uma questão concluída. Foi apenas um passo importante para legalizar de forma incipiente questões que exigem e exigiram grandes esforços reflexivos e de ações nos mais variados espaços: políticos, sociais, acadêmicos entre outros.

3.4.1 O Buen Vivir e o Estado na atualidade – o caso da Bolívia

Em 2006 assumiu como presidente da Bolívia, Evo Morales. Foi a partir dele que o Estado boliviano iniciou sua incursão na proposta do Buen Vivir. Formando uma assembleia constituinte deu-se início ao trabalho de elaboração que resultou na nova constituição e na concepção de um novo Estado boliviano, agora como Estado Plurinacional, onde 36 idiomas são considerados oficiais²⁷. A modificação nesse caso se

²⁷ Conforme Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, Artículo 5. I. Son idiomas oficiales del Estado el castellano y todos los idiomas de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, que son el aymara, araona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, ese ejja, guaraní,

deu pela inserção dos idiomas falados por povos indígenas originais enquanto idiomas oficiais.

A assembleia constituinte aprovou, em meio a um processo polêmico, o novo texto constituinte no ano de 2007 com ampla maioria dos votos, mas sem a presença da oposição durante a votação²⁸. O novo texto não agradava a ala conservadora, que questionou o processo de votação, não considerando sua realização como um processo democrático.

Apesar da forte oposição, a Bolívia teve um grande crescimento econômico nos anos seguintes²⁹, onde passou por um processo de alargamento de políticas sociais e econômicas, estatização de companhias, ao mesmo tempo em que fortaleceu relações empresariais, com uma perspectiva que ficou conhecida como economia plural³⁰.

As propostas do Buen vivir presente na constituição boliviana que deriva do movimento realizado no Equador apresentando o mesmo aspecto de fortalecimento de

guarasu'we, guarayu, itonama, leco, machajuyai-kallawaya, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima, pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré y zamuco.

²⁸ De acordo com reportagem publicada pela Agência EFE, em 25/11/2007 e traduzida pelo portal de notícias G1, sob o título “Oposição rejeita texto geral da nova Constituição e declara 'luto' na Bolívia. Ex-presidente Quiroga taxou de 'vergonhosa' a sessão de aprovação. O texto foi sancionado com votos de 136 dos 138 participantes da Assembleia.”, a aprovação do texto da nova Constituição da Bolívia foi aprovada contando com a presença de 138 dos 255 participantes da Assembleia eleitos em 2006. Também fala a respeito da queixa de repressão presente para inibir manifestações contrárias ao texto aprovado.

Conforme informação disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL191267-5602,00-OPOSICAO+REJEITA+TEXTO+GERAL+DA+NOVA+CONSTITUICAO+E+DECLARA+LUTO+NA+BOLIVIA.html>> Acesso em 13 de março de 2020.

²⁹ A notícia disponibilizada no site do Instituto de Estudos Latino Americano (IELA), da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada “Bolívia lidera crescimento econômico na América Latina”, de 28/12/2018, fala a respeito de medidas da política de Evo Morales que influenciaram os bons índices apresentados pelo país.

Conforme informação disponível em: <<http://iela.ufsc.br/noticia/bolivia-lidera-crescimento-economico-na-america-latina>> Acesso em 13 de março de 2020.

³⁰ Em reportagem da BBC News, traduzida e publicada pelo portal G1, sob o título de “O que está por trás do sucesso econômico da Bolívia de Evo Morales? O líder indígena assumiu em 2006 com uma política de nacionalizações. Mais de uma década depois, empresas privadas e estatais convivem em um modelo de crescimento ancorado na exploração dos recursos do setor de óleo e gás — que, para alguns, vem dando sinais de esgotamento.”, publicada em 19/10/2019, é possível observar que a reportagem apresenta uma perspectiva crítica à política de Evo Morales, seguindo uma lógica contrária a políticas de esquerda. Por outro lado, apresenta uma informação interessante sobre a pluralidade política de Evo Morales, que favorecia empresas privadas, públicas e multinacionais.

Conforme informação disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/19/o-que-esta-por-tras-do-sucesso-economico-da-bolivia-de-evo-morales.ghtml>> Acesso em 13 março de 2020.

povos indígenas. Evo Morales é indígena, da nação aymara, uma das nações que teve seu idioma reconhecido como oficial no país. Sua aproximação com a proposta de Rafael Correa está alinhada ao forte movimento social fomentado por povos indígenas nos dois países.

Mas o entendimento de Buen Vivir e sua apresentação nas constituições dos dois países é diferente, em especial na questão ambiental. Se no Equador temos o entendimento da Terra como um ser de direitos, na Bolívia Pachamama é reconhecida apenas em seu preâmbulo. Não há em seu texto constitucional uma ruptura com uma lógica utilitarista da Terra.

O crescimento econômico vivenciado pela Bolívia foi possível, em partes, pela estatização de empresas que exploravam recursos naturais em abundância no país, o gás natural e o petróleo. Tendo a natureza como uma forte fonte de renda, Bolívia vivenciou um processo diferente economicamente do que o do Equador.

Isso não significa que foi menos polêmico, entre a parcela da população boliviana descontente com a atuação de Evo Morales estavam ambientalistas, que entre outras pautas, reclamavam a falta de ação do governo em relação as queimadas realizadas da Amazônia. Evo defendia que as pequenas queimadas, realizadas por povos indígenas para a preparação do solo para o plantio eram necessárias para a sobrevivência dessas comunidades³¹.

Essa questão levantava dúvidas, pois não se tratavam de pequenas queimadas, mas estavam relacionadas a expansão agrícola da Bolívia, que se tornou uma grande exportadora de soja. A crise ambiental gerou protestos e o descontentamento de diversos

³¹ O Portal de notícias BBC News Brasil publicou em 28/08/2019 uma reportagem intitulada: “Incêndios florestais na Bolívia expõem controvérsia na política ambiental de Evo Morales”, apresenta relatos de indígenas e ambientalistas que acusam Evo Morales de não agir de forma efetiva no combate e prevenção de incêndios nas florestas do país. Segundo a reportagem, Evo Morales se manifestou admitindo o problema, mas também defendeu o costume de povos indígenas da região de fazer queimadas para preparar o solo para plantações. Em contrapartida, Alex Villca, liderança indígena da região atingida pelos incêndios, criticou Evo Morales relatando que as queimadas eram geradas e beneficiavam a expansão agrícola (agronegócios).

Conforme informação disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49489354>> Acesso em 14 de março de 2020.

grupos relacionados as questões ambientais, religiosas entre outras, fomentavam o descontentamento e enfraquecimento da gestão de Evo³²no ano de 2019.

Em novembro deste mesmo ano, após um processo conturbado de eleições, Evo Morales renunciou ao seu cargo de presidente, onde permaneceu por 3 mandatos consecutivos. O quarto mandato gerou problemas desde seu processo de contagem de votos na eleição, não sendo considerado legítimo por grupos de oposição. O país enfrentou uma forte onda de protestos, que deixou mortos e feridos.

Após sofrer pressão por parte dos militares, Evo Morales e seu vice renunciaram ao cargo e iniciaram a busca por asilo político em outros países da América Latina. Com isso, Jeanine Áñez, vice-presidente do senado e membro da ala opositora a Evo Morales assumiu a presidência do país com um discurso conservador, indicando a retomada de uma perspectiva não voltada para povos indígenas. Jeanine permanece no poder e os debates sobre o golpe sofrido por Evo Morales ainda não se esgotaram. Mas, o principal ponto de debate em meio a esse processo é sobre a sua perpetuação no poder por tanto tempo.

Por outro lado, o discurso conservador de Jeanine, que assumiu (ou tomou) a presidência exaltando a volta da bíblia para o governo do Estado Boliviano³³ demonstra o fim de uma perspectiva laica e de respeito aos aspectos religiosos de povos originários bolivianos. O retorno de uma perspectiva conservadora e cristã também ocorreu no Brasil, demonstrando que não foi só nos países com um discurso abertamente voltado para uma identidade Latino Americana, o que incluiu o Buen Vivir nas novas constituições, que isso ocorreu.

³²A reportagem “Incêndios na Bolívia prejudicam Evo Morales a menos de dois meses das eleições Crise ambiental marca as aspirações do presidente, que busca sua quarta reeleição”, de Fernando Mollina, do dia 27/08/2019, para o portal de notícias El país, relata as críticas e problemas gerados pelos incêndios, que obrigaram Evo Morales a organizar uma forte agenda política para prevenção e combate dos incêndios e fazer promessas sobre o cuidado com as áreas atingidas para garantir a recuperação.

Conforme informação disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/27/internacional/1566924897_335190.html> Acesso em 14 de março 2020.

³³ A notícia originária do portal AFP de notícias, publicada no site Exame no dia 13/11/2019, sob o título “A Bíblia volta ao Palácio: poder político cristão ganha força na Bolívia.” Fala a respeito da atual presidente da Bolívia, autoproclamada, Jeanine Áñez que tomou posse com um discurso conservador cristão, exibindo a bíblia.

Conforme informação disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/a-biblia-volta-ao-palacio-poder-politico-cristao-ganha-forca-na-bolivia/>> Acesso em 15 de março de 2020.

3.5 O Buen Vivir e o Estado de direitos

A inserção das pautas do Buen Vivir desempenha um papel fundamental ao serem incluídas em projetos de governo. Esse movimento possibilitou avanços em aspectos sociopolíticos e a ocupação de espaços que até então não haviam sido ocupados por povos indígenas. Foram responsáveis também por um forte movimento intelectual para compreensão dessa nova perspectiva e deram força para pautas sociais que foram incluídas no debate.

Apesar disso, não foram capazes de se manter em vigor por serem contrária a uma cultura sociopolítica que segue uma perspectiva eurocêntrica que agrada boa parte da população desses e outros países que oscilam entre pautas conservadoras e progressistas, avançando e retrocedendo a medida em que os projetos governamentais das duas vertentes ascende ao poder.

O Buen Vivir apresenta grandes questionamentos e mudanças de perspectivas, mas seu desenvolvimento ocorre muito mais em um espaço de debates de cunho filosófico e teórico do que demonstram uma capacidade de superação da lógica capitalista. Isso pode ser percebido quando vemos o contexto atual do Equador e da Bolívia, que se por um lado, alçaram um local até então impossível, por outro, tiveram grandes dificuldades de permanência, chegando ao ponto de uma representante da ala conservadora ascender ao cargo de presidente da Bolívia sem ao menos ter disputado eleições para ocupar esse espaço. O que deixa claro os desafios que implicam na inserção de pautas como a do Buen Vivir em políticas de Estado.

Talvez isso incida no reconhecimento da necessidade de se repensar os caminhos e aquilo que propostas como a do Buen Vivir almejam. Se falamos de algo pensado para a qualidade de vida humana reconhecendo, ao menos na proposta inicial apresentada no Equador, qualidade de vida como uma vida integrada com a natureza e não em oposição a ela, propostas que visem essa perspectiva devam seguir uma lógica para além do sistema capitalista, racionalizando sobre práticas, ética e caminhos que levem nessa direção. Não apenas em um confronto direto com uma vigente a muito tempo, mas em políticas educativas que promovam gradualmente a educação para a superação da lógica de oposição entre humanos e natureza.

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO SISTEMA CAPITALISTA E A INSERÇÃO DA RELAÇÃO COM A NATUREZA PARA FOCO NA FELICIDADE HUMANA

4.1 O que são políticas públicas

Para entender o que significa políticas públicas, temos que ter como base o espaço em que elas estão inseridas: Estado liberal de direitos. E por isso, tem como característica a mínima intervenção do Estado na economia, atuando na garantia de direitos individuais. Isso implica também em reconhecer que se insere no sistema capitalista, que propicia o acúmulo, visando lucros e favorece uma classe economicamente dominante.

As políticas públicas são políticas de Estado. Não havendo uma única definição do que são, entende-se que “a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p.24). O ganho refere-se à população a ser atingida, o público alvo, quem faz está relacionada a qual esfera do Estado que irá agir, que diferença faz está relacionado ao problema e impactos previstos com a política instalada.

Faz-se necessário compreender que as propostas de políticas públicas serão feitas por quem é responsável pela gestão do Estado, portanto o governo. Que no caso de países democráticos, é eleito pela maioria que o escolhe de acordo com afinidades pelas suas propostas para a gestão do Estado. Isso implica em reconhecer que as ações do governo, através das políticas públicas, entre outras questões, estão sujeitas a disputa de projetos políticos a serem eleitos. E mesmo após eleitos, sofrem tensão de diferentes grupos em disputa.

Nesse processo de disputa ocorrem diferentes fatores que influenciam naquilo que de fato será desempenhado pelo governo, mas é necessário salientar que, enquanto Estado liberal, a tendência sempre será em desenhar e administrar políticas públicas que tenham

como base a garantia da permanência das relações presentes na atualidade, em que, aqueles que possuem bens e capital, são protegidos e detém maior poder.

De acordo como Boneti (2012):

Entende-se que cada momento histórico produz, no contexto da inter-relação entre a produção econômica, cultura e interesses dos grupos dominantes, ideologias a partir das quais verdades relativas tornam-se absolutas. Estas verdades absolutas, construídas ideologicamente em cada momento histórico, produzem e referenciam as ações institucionais e, em particular, a elaboração e a operacionalização das políticas públicas. Isto significa dizer que além dos princípios analisados acima, que interferem na elaboração e implementação das Políticas Públicas como verdades absolutas, é preciso considerar também o tipo de organização social de cada formação histórica, ou seja, o Estado hoje, no Capitalismo, e sua relação com as classes sociais. No estudo das Políticas Públicas, não se pode deixar de se considerar obviedade a relação entre classe social e Estado, no capitalismo. (BONETI, 2012, p. 18)

O sistema vigente e contexto sócio-histórico em que se insere são fundamentais para compreender aquilo que será feito pelo Estado, que mais do que agir para garantir aquilo que é previsto em lei, estará em conformidade com a ordem vigente, que nem sempre implica em uma ação que favoreça grupos menos favorecidos. Ou pode ainda implicar em ações para grupos menos favorecidos, ao mesmo tempo que beneficia o acúmulo de capital por parte do grupo dominante. Temos que compreender que:

Considera-se uma falácia pensar que a formulação das políticas públicas se dá unicamente a partir de uma determinação jurídica, fundamentada em lei, como se o Estado fosse uma instituição neutra. Neste caso, as políticas públicas seriam definidas tendo como parâmetro unicamente o bem comum e este bem comum seria entendido como de interesse de todos os segmentos sociais. (BONETI, 2012, p.18)

É necessário compreender que em um processo que implica da disputa de diferentes grupos, nem sempre como uma oposição direta de classes (entre burgueses e trabalhadores), temos também a incidência de movimentos sociais e outras disputas e pautas de grupos que terão interferência no processo que se complexifica, a exemplo movimentos ambientalistas, influência das organizações de sociedade civil, entre outros.

Em países democráticos, a exemplo de Brasil, Equador, Bolívia e outros países latino-americanos, temos que refletir sobre a influência de pautas populares para a eleição de governantes, como um dos aspectos que possibilita a mudança de perspectiva sobre as políticas públicas, que apesar de serem países que na atualidade enfrentam crises

políticas, passaram também por mudanças de perspectivas de governo que influenciaram na década de 2000 nas pautas das políticas públicas. O que incidiu na ascensão de pautas da classe trabalhadora, mas que tendo em mente a lógica capitalista, também não deixou de beneficiar a classe burguesa, isso ocorre porque é impossível dizer “que a classe economicamente dominante não tenha predileção em termos da elaboração e implantação das políticas públicas, mas não se pode dizer que esta predileção se constitua na única força” (BONETI, 2012, p.18).

4.2 A história do desenvolvimento de políticas públicas

Mesmo antes do advento do sistema capitalista, já haviam ações por parte do Estado para atender a população do seu território. Essas ações ocorriam em forma similares as de políticas sociais, que contextualizadas no sistema capitalista podem ser compreendidas como políticas públicas voltadas para o atendimento de necessidades sociais. As políticas anteriores ao sistema capitalista possuíam um caráter punitivo:

As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem. Ao lado da caridade e de ações filantrópicas, algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais. (BEHRING E BOCHETTI, 2016, p.47)

As ações pontuais obrigavam trabalhadores a se submeterem a condições precárias de trabalho para garantir acesso ao estabelecido por elas, proibia a mendicância e a negociação de salário, favorecendo a manutenção da organização social. A caridade e a filantropia ocorriam de forma concomitante a essas ações, seguindo a mesma perspectiva de manutenção do status quo.

No advento do sistema capitalista temos uma modificação sobre a perspectiva das políticas públicas, não havendo um consenso sobre o momento exato do seu surgimento, é possível identificar a influência das guerras para a instituição da mesma. De acordo com Behring e Bochetti (2016) aponta para a generalização das políticas públicas após a segunda guerra mundial, já Souza (2006), traz que:

Na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas conseqüências.[...] O trabalho do grupo de matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistema, engenheiros, sociólogos etc., influenciados pela teoria dos jogos de Neuman, buscava mostrar como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social. (SOUZA, 2016, p.22-23)

O processo de compreensão da organização social, bem como das ações de Estado sob uma ótica racionalista, ocorre sobre influência da perspectiva positivista de Comte, que no sistema capitalista implica na utilização do ideal de razão voltado para a manutenção da ordem, pensando também na questão do progresso como fundamentais para o processo.

Um progresso fomentado pelo ideal de ordem implica em falta de mudanças de perspectiva, ainda mais se pensarmos que as políticas públicas seguem uma lógica etnocêntrica, voltadas para a concepção de Estados que alcançaram o patamar de “desenvolvidos” e que, portanto, são a fonte de inspiração e exemplo para países em diferente condição buscarem melhorias para o seu território.

Exemplo disso é a criação da ONU após a segunda guerra mundial e posteriormente a inclusão de indicadores de desenvolvimento humano pautados naquilo que era compreendido como importante/ prioritário e segundo a organização de países desenvolvidos. A racionalidade instituída, que traz elementos típicos do sistema capitalista, como a industrialização como desenvolvimento, fomentam o pensar e agir de políticas públicas voltadas para a inserção e manutenção de trabalhadores na lógica capitalista.

Questão essa que pode ser observada na educação, saúde e outros setores públicos que se utilizam de parâmetros internacionais (vindos de países desenvolvidos) para traçar as ações que serão realizadas. Quando entramos na questão referente a política instituída após a guerra fria, lembramos do que a guerra fria em si significou, a disputa entre duas grandes “potências econômicas mundiais”, vemos assim o quanto a organização de políticas de Estado está imbuída das verdades instituídas fora do escopo latino-americano.

O que é reforçado ou validado pela ciência, entendida como técnica, pela qual diferentes áreas do conhecimento são submetidas a lógicas advindas da biologia, física e matemática. Que para ser considerado ainda precisa ser imbuído de um caráter utilitarista, acrescentado valores não condizentes com as reais necessidades, mas sim, com uma perspectiva hegemônica, sob uma ótica etnocêntrica de validação de conhecimento.

4.3 As políticas públicas e a qualidade de vida

Falar a respeito de qualidade de vida não é uma tarefa simples, isso porque, definir qualidade de vida também não é. Trata-se de uma questão subjetiva, para qual damos significado de acordo com o contexto sociocultural em que estamos inseridos. Mas, existem parâmetros que são estabelecidos como base para atribuir a uma população a qualidade de vida. Se pensarmos nisso tendo como base a percepção da influência do sistema capitalista para a determinação da organização social, passamos a compreender que muitas vezes a questão da qualidade de vida está dimensionada a aquisição de coisas. Outras vezes, vemos atrelada ao conceito de desenvolvimento social, responsável por atender questões básicas como moradia, saneamento básico e alimentação para promover melhor qualidade de vida.

É inegável que podemos atribuir mais qualidade de vida através de acesso a saneamento básico e alimentação, por exemplo. Mas, o atendimento a necessidades básicas não é nada mais do que oferecer as mínimas condições de vida para as sociedades em geral, sendo necessário atender esses critérios e pensar para além deles, buscando realmente a felicidade.

Isso por que, o acesso a alimentação, moradia, saneamento básico, a aquisição de eletrodomésticos e outros parâmetros utilizados para dimensionar a qualidade de vida não implicam necessariamente em maior felicidade. Vemos questões de garantia de subsistência caracterizadas enquanto qualidade de vida, esquecendo-se que garantir a possibilidade de vida é o quesito básico, devendo ser visto como tal, para que possamos avançar no debate.

Qualidade de vida ainda é um tema abordado de forma genérica em pesquisas científicas, sendo muitas vezes atribuído a índices de saúde pública ou em relação a

atividades físicas. Quando ampliamos o debate para a questão do lazer, voltamos para o entendimento da qualidade de vida relacionada a quesitos básicos de subsistência, ou então, debates sobre a importância da qualidade de vida para melhoria de produtividade no trabalho.

Isso nos leva a seguinte questão:

As relações constituem relações de produção de valores (mercadorias) para a acumulação de capital, através da expropriação da mais-valia adicionada ao valor pelo trabalho livre, condição da produção capitalista e razão pela qual se provoca a separação entre a força de trabalho e a propriedade dos meios de produção. O sentido do trabalho, portanto, sofre profunda modificação com a instituição das relações capitalista, pois assume o caráter de trabalho abstrato, produtor de valores de troca [...] Se as legislações pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução industrial lança os pobres à “servidão da liberdade sem proteção” no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social. (BEHRING E BOCHETTI, 2016, p.51)

Temos que lembrar que a revolução industrial foi responsável pela intensificação do êxodo rural. Em meio a um processo que aliava o ideal de avanço para a área urbana, com a promessa de emprego, em contraposição ao processo de empobrecimento na área rural, com pequenos produtores não podendo competir com a revolução verde, temos um forte movimento de migração dos campos para cidades, cada vez maiores e com mais problemas. A questão social se manifesta entre trabalhadores seja aqueles que já estavam inseridos no contexto urbano, ou os advindos do contexto rural, ou ainda, aqueles que permaneceram no ambiente rural, de diferentes formas e intensidades.

É possível compreender que o trabalho, inserido no contexto capitalista, é fundamental para a manutenção do sistema em que vivemos. Sendo as mudanças sociais que incidiram em novas perspectivas para as políticas sociais são em decorrência do processo de disputa e pautas levantadas por movimentos dos trabalhadores. Sendo inegável os avanços que significam políticas públicas vidas desse processo de disputa.

Para além disso, faz-se necessário debater sobre o que essas políticas representam, se são suficientes para a promoção de qualidade de vida e superação da ordem vigente, ou se tornam-se medidas paliativas, segmentadas e de pouco alcance social. Isso porque, de acordo com Bonete (2012), o etnocentrismo exerce uma forte influência sobre as políticas públicas:

O etnocentrismo tem origem justamente da razão científica, do entendimento que a ciência é única e universal, que a verdade científica guarda requisitos universais que a distingue como ciência. É deste pensamento que nascem as atribuições do centro e da periferia, como atribuição de valor de verdade, que o centro retém mais e melhor tecnologia, mais riqueza, e mais verdade. Com isto, nasce a tendência de se atribuir modelos sociais, culturais e de desenvolvimento social. A partir desta concepção, as necessidades dos grupos dominantes são absorvidas pelos setores pobres como suas, assim como as estratégias de superação de tais necessidades. As implicações da concepção etnocêntrica sobre a elaboração e a operacionalização das políticas públicas são muitas, em especial a adoção do princípio da homogeneidade, como fim de uma política pública, ou como meio de sua operacionalização. (BONETE, 2012, p. 23)

Desta forma, vemos a tendência a se pensar em políticas públicas que seguem a perspectiva desenvolvimentista, compreendendo a necessidade de inserção e manutenção de uma lógica homogeneizante, que favorece espaços urbanos, visando a venda de força de trabalho, através da qualificação profissional e ocupação de postos de trabalho e outras medidas que seguem a mesma lógica, mas são incapazes de romper ou ir além da ordem vigente.

É considerado um avanço quando uma pessoa pobre consegue um emprego onde será capaz de oferecer condições mínimas de alimentação e moradia para ele e para a sua família, mesmo que para isso seja submetido a uma jornada extenuante, recebendo salário baixo, tendo pouco ou quase nenhum tempo de lazer, estando longe da família e exercendo uma função que não gosta. O que gera questões como a que podemos ver no relato de Martin:

Bom, vou começar pelo começo:

Antes de ser permacultor eu trabalhava em um banco e **não era feliz**. Tomava alguns remédios para depressão e eu observava o mundo a minha volta, percebia várias coisas erradas, coisas estranhas com relação a alimentação, sobre tudo.

Mas, meu cair de ficha mesmo foi no banco, porque no banco a gente é ensinado a cumprir metas, a bater objetivos, enfim...

E eu estava vendendo um produto para um cliente, ele não precisava desse produto e foi um investimento de, acho que 15 mil reais na época, ele não precisava daquele produto, mas ele queria fazer um investimento.

Só que para mim, a minha meta era aquilo que eu precisava vender. Daí, tempos depois a senhora dele ficou doente, ele precisava daquele dinheiro de volta, mas não tinha como e eu vendi um empréstimo para ele...

Nesse momento eu percebi o que eu estava fazendo. Na verdade, eu estava fazendo o que qualquer banco faz. É como nosso sistema funciona. E aí, foi (que) a minha caída de ficha...

Eu sai do banco, tranquei um curso de administração no terceiro ano, faltava na verdade mais um ano para eu concluir e fui para casa fazer uma horta.

EWERT, Martin. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

Martin possivelmente não se enquadraria nos critérios das políticas sociais brasileiras para ter acesso a algum benefício, isso porque, se considerar aquilo que é compreendido como pobreza ou extrema pobreza no país está muito distante de sua realidade. Por outro lado, se pensarmos sobre uma ótica inserida no sistema capitalista, possuía um bom emprego e boas possibilidades, tendo acesso a curso de nível superior.

Antes de qualquer tensionamento sobre isso, é importante frisar que não é nosso objetivo criticar ou questionar a necessidade de ensino superior ou de um emprego que sejam suficientes para oferecer condições de subsistência. Falamos de novas possibilidades, tensionando aquilo que é imposto pelo sistema capitalista, sob essa perspectiva, o mais importante é saber sobre a qualidade de vida e felicidade.

Tendo esses critérios, observamos que mesmo inserido em uma perspectiva que pode ser almejada por muitos, Martin não estava feliz. Não concordava com o que fazia em seu emprego, não se sentia bem com a graduação que cursava. Essa pode ser uma questão que se estende a muitas outras pessoas, que almejam e planejam suas vidas sob essa perspectiva, em que é necessário ter um bom emprego e cursar o ensino superior para ser feliz. O que pode se confundir com uma lógica imbuída da perspectiva etnocêntrica, que também pode ser entendida como eurocêntrica, que direciona aquilo que devemos fazer vendendo um ideal de qualidade de vida distante da felicidade humana.

Talvez se caia no equívoco de considerar o ato de deixar o emprego, a graduação para fazer uma horta algo muito simplista, de modo a entender que ele deixou a vida que tinha para fazer qualquer outra coisa, mas é necessário chamar atenção para o fato dele ter falado a respeito da alimentação e de que essa era uma das questões questionadas por ele dentro da lógica em que vivia. A horta é uma nova possibilidade, o trabalhar com a terra que traz a possibilidade de se alimentar e de forma mais saudável. Seguindo a mesma perspectiva temos a entrevista de Gardel:

“Acho que tudo iniciou logo que eu conheci a Simone, com um simples conceito: A procura da **qualidade de vida**. A gente não sabia nada de Permacultura, nada de agricultura orgânica, nada de viver no mato ou de uma vida simples, a gente só queria qualidade de vida.

Pô, a gente sabia que em vários lugares do mundo, na Europa, em alguns países desenvolvidos ou não desenvolvidos, e assim as pessoas eram **felizes!**

Daí a gente pensou assim: Poxa vida, quando as pessoas são felizes? Quando elas estão de férias! E nosso primeiro conceito foi morar em um lugar onde todo mundo passa as férias, né?

Mudamos para Florianópolis em busca dessa “famigerada” qualidade de vida, em uma época em que esse conceito não tinha sido cunhado ainda. Foi cunhado anos depois, quando a revista *Veja* fez uma matéria sobre qualidade de vida. Só que os anos passaram, e nós estávamos trabalhando em agência de propaganda, morando em um lugar maravilhoso, a ilha paradisíaca. Só que percebemos que os anos foram passando e o trabalho meio que nos sugando demais...

E começamos a pensar: Poxa, estamos morando em um lugar maravilhoso e não estamos conseguindo usufruir dele...

E nesse meio tempo a gente já estava estressadíssimo com o trabalho, já não aguentava mais por uma série de razões. Primeiro que a gente só tinha o final de semana e final de semana vinha aquele monte de turista e a gente tinha que disputar um metro quadrado na estrada para o deslocamento para cá e para lá, não estava concordando com aquela nossa forma de alimentação, trabalhando em agência de propaganda, as vezes nem saía para almoçar, pedia um lanche, emendava (referência ao trabalho) comia qualquer coisa, sempre aquela coisa: um lanche rápido.

E a gente começou a repensar tudo aquilo ali. Poxa, estamos em um lugar maravilhoso, mas não estamos conseguindo ter **qualidade de vida**.

Nós estamos perdendo o tesão por esse lugar. O que está errado? Depois que caiu a ficha e a gente percebeu que estamos no lugar certo, fazendo as coisas erradas! Fazendo as mesmas coisas que as pessoas fazem em São Paulo, comendo fora, comendo lanche, trabalhando pra caramba, sabe? SILVEIRA, Gardel dos Santos. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

Ao relatar a trajetória feita por ele e por Simone (sua companheira) demonstra um descontentamento com a vida dele e da esposa. A busca pela qualidade de vida mostra uma oposição com um molde de vida cunhado em horas exaustivas de trabalho, pouco tempo para lazer, alimentação de baixa qualidade que entre outros fatores, geram estresse.

A busca por Florianópolis enquanto um local onde a natureza favorecia qualidade de vida é percebido ao se referenciar a cidade em quanto local paradisíaco. Mas, com uma jornada de trabalho exaustiva durante a semana, a possibilidade de usufruir dessa aproximação maior com a natureza ficava para os finais de semana, momento em que, conforme percebemos na fala dele, muitas outras pessoas buscavam a mesma coisa, o que resultava em grande lotação nas praias.

O trecho da entrevista termina com Gardel fazendo uma referência a cidade de São Paulo, uma metrópole brasileira. É inegável a impossibilidade de sustentabilidade (enquanto equilíbrio entre questões ambientais, sociais e econômicas dos grandes centros

urbanos), por outro lado, se faz necessário reconhecer as dificuldades para uma mudança de perspectiva, o que representa uma ruptura com uma cultura enraizada na sociedade contemporânea, que se organiza economicamente e socialmente pensando nos grandes centros, onde alimentam o ideal de que é nesses espaços que se concentram as estruturas necessárias para a vida humana.

Não falamos de um processo novo, mas da construção de uma sociedade que desde muito cedo entrou em conflito sobre o que representa avanço, concebendo um ideal que rompe com critérios simples, mas eficiente, para olhar ao topo, em uma visão extrema. Isso ocorre, por exemplo, quando uma alimentação baseada no consumo de verduras e legumes frescos deixa de ser pensada enquanto tratamento médico e passa a ser pensada enquanto luxo do qual apenas pessoas com boas condições financeiras poderão usufruir, exemplo disso são os alimentos orgânicos. Trabalhadores com jornadas exaustiva e alimentação rápida (fast food), adquirem hipertensão, diabetes e outras tantas doenças que serão tratadas com a utilização de medicamento sintetizados em laboratório.

Por outro lado, hortas comunitárias ainda são vistas como medidas conservadoras, sem criticidade. Esquece-se do potencial de organização comunitária e apropriação de espaço público que ações como essa podem representar. Se almejamos consciência de classe, precisamos fomentar sua organização, um espaço onde as pessoas são levadas a refletir sobre suas condições de vida e agir de forma comunitária deve ser valorizado e pensado enquanto espaço em potencial. Qualquer ato de mudança social necessita de pessoas alimentadas para ser colocado em prática. Ninguém faz revolução de estômago vazio.

Além disso, temos a questão do direito de usufruir o espaço público e o direito à alimentação, mas não falamos de qualquer alimentação, o foco é na alimentação de qualidade, que nesse caso, encontramos um grande problema estrutural nas grandes cidades. Não é possível fazer plantações em espaços tomados por asfalto e concreto.

A organização da vida em grandes centros, favorece a alienação em relação a natureza. Desconhece-se o que são os alimentos, sua origem, processo de cultivo, fomentando uma perspectiva de desassociação com a natureza, para a qual o Buen Vivir e a felicidade interna bruta do Butão chamam atenção. O pensamento sobre políticas públicas com o foco na promoção da felicidade humana tem relação direta com o Buen

Vivir. De acordo com Altmann (2016, p.60) “El *Sumak Kawsay*, como el movimiento indígena lo propone, quiere romper con la logica de acumulacion y ganancia, convirtiendo a la economia no en dueno, sino en servidor de los seres humanos y de la naturaleza.” O que significa uma mudança de perspectiva em relação ao que se objetiva com as políticas públicas. Já que o Estado na atualidade é organizado para atender uma lógica capitalista, que fomenta uma lógica utilitarista da natureza e dos humanos.

Para compreender ainda melhor a perspectiva decolonizada proposta pelo Buen Vivir, vejamos a explicação de Altmann (2016), sobre o seu significado:

1. El *Sumak Kawsay* significa no usar mas de lo necesario para vivir. De esta forma, tanto la naturaleza, como la sociedad, la comunidad y el individuo tienen tiempo y espacio para regenerarse.
2. El *Sumak Kawsay* involucra adaptarse al entorno, aprovechando y aplicando las enseñanzas de los antepasados.
3. El *Sumak Kawsay* es una propuesta post-capitalista que busca poner a la economia al servicio de la humanidad.
4. *Sumak Kawsay* significa reciprocidad.
5. El *Sumak Kawsay* es la revaloracion y reapropiacion de saberes y conocimientos tradicionales en un ambiente de interculturalidad y respeto mutuo.
6. El *Sumak Kawsay* es necesariamente local y comunitario, profundamente arraigado en las costumbres de los pueblos que lo practican. Por eso necesita un regimen autonomico para poder desarrollarse. (Altmann, 2016, p.70).

Se temos uma vida organizada em uma lógica anticonsumista, focada naquilo que é necessário para viver, pensando na regeneração tanto da natureza, quanto do humano que sofre grande desgaste físico e emocional com o trabalho excessivo, falta de alimentação de qualidade, estresse, entre outras coisas, oferecemos a ele uma vida de qualidade. O mesmo vale para a natureza, que passa a ser “trabalhada” entendendo suas limitações e necessidades.

A adaptação ao entorno e reconhecimento do conhecimento holístico, a utilização da economia em serviço da humanidade e não ao contrário, reciprocidade, respeito mútuo, reconhecimento, respeito e relação entre as diversas culturas também trazem novos valores para pensarmos em políticas públicas. O foco não está em inserção do humano em uma lógica consumista, a qual tirará o maior proveito dos recursos ambientais.

O respeito a diversidade cultural, que no Buen Vivir traz a questão da plurinacionalidade é um processo de ruptura com a cultura hegemônica do sistema capitalista que é utilizada para manutenção da sua proposta de consumo e de submissão

de humanos sobre outros humanos organizados em grandes corporações responsáveis pelo atendimento das necessidades humanas reais e as por eles criadas.

O desenvolvimento não está focado na questão econômico, que pensa sobre uma natureza infundável e exploração de tudo que é possível sem se preocupar de fato com os impactos que isso pode causar. O desenvolvimento com foco comunitário preocupa-se com o seu entorno, com aqueles que pertencem as comunidades, o que também rompe com uma lógica sistêmica e predatória.

Isso não implica em ações menos políticas ou problematiza, pudemos observar o caso do Equador e da Bolívia e as diferentes frentes de trabalho que buscam essa mudança de perspectiva. Mas, no que se refere as políticas públicas, a inserção dessa lógica torna o seu trabalho com foco no humano e natureza e não mais na manutenção de um Estado que está organizado para explorar.

Nessa lógica interpretamos que políticas públicas tem relação direta com felicidade humana, entendemos que a felicidade humana tanto no Buen Vivir, quanto naquilo que pudemos observar na fala dos entrevistados, não estão focadas em uma perspectiva consumista. Mas em uma de construção da felicidade, melhorar a qualidade de vida, relação equilibrada com o meio ambiente.

4.4 A relação com a natureza enquanto qualidade de vida

A felicidade interna bruta proposta pelo Butão apresenta nove variáveis necessárias para dimensionar a qualidade de vida, por meio do bem-estar psicológico, uso do tempo, saúde, vitalidade comunitária, governança, padrão de vida e meio ambiente. Compreendendo que a felicidade interna bruta não está preocupada com o crescimento econômico, mas sim com o crescimento da felicidade, todas as dimensões que compõem a proposta são relevantes e se inter-relacionam, mas o foco no meio ambiente apresenta-se como um elemento que, apesar de debatido por diferentes conferências e estar presente na legislação de diferentes países, recebe pouca atenção.

Falar de felicidade não implica em acreditar em uma vida sem qualquer tipo de adversidade, mas sim em modificar a lógica estabelecida para que o foco deixe de ser sobre o viés econômico e passe a ser sobre a vida das pessoas. O ritmo de uma vida em

uma cidade pequena é bem diferente do que ocorre em uma cidade grande, se perde menos tempo no trânsito, em filas, favorece a proximidade da comunidade e possibilita, entre outras coisas, o cultivo do seu próprio alimento. Questão está atribuída erroneamente a um conceito de subsistência, quando na verdade oferece existência de qualidade.

Para compreender a mudança fomentada por uma vida mais próxima a natureza, temos como exemplo o relato de Suzana Marigoni:

Então, toda essa relação com a vida, com a natureza, com morte e vida, por exemplo, eu tive que reaprender... no começo (quando eu vim morar aqui) eu olhava e falava assim: que coisa meio tétrica!

Porque tem primeiro a coisa de “como os sinos dobram”, quando você ouve o sino batendo devagar, é porque morreu alguém. E é muito interessante, que as vezes você ouve o sino. Com o vento batendo, você ouve aqui...

E aí, as pessoas ficam no café da tarde conversando sobre aquela pessoa. Eu falava assim: Gente, isso é meio tétrico! Falando do morto...

Só se fala de morto e cidade pequena todo mundo sabe quando alguém morreu...

não é igual cidade grande que você não sabe quem morreu!

E aí eu comecei a entender que as pessoas daqui falam de quem morreu, como uma homenagem a quem morreu. É celebrando a vida que essa pessoa teve!

Então eles começam a contar histórias: lembra daquele dia que parará, parará, parará... E aquela vez que parará, parará, parará... Então é uma coisa quase de respeito.

E o dia que morreu a mãe do Pedro, que vai fazer um ano, que eu fui no velório... E era alguém querido e próximo meu, eu tive que re-entender nossos ritos fúnebres, que nós na cidade acabamos com eles!

Eu estou falando isso por conta da questão morte e vida.

Então quando a dona Célia faleceu, tem a história do velório, que tem que passar a noite, embora fechem um pedaço da noite, passa a noite inteira.

E a missa de corpo presente, que é um ritual, é uma coisa que é absurdamente emocionante!

Porque, ao invés de fazer a leitura do evangelho, se faz a leitura do evangelho, mas na igreja tem a história das duas leituras, né? numa missa.

A primeira leitura, é alguém da família que lê a vida da pessoa que está morta ali, para todos mundo! Nasceu em tal lugar, fez isso, fez aquilo, teve tal filho.

É a celebração da vida dessa pessoa.

É uma choradeira do cão! Você deve imaginar o que é de emocionante...

Nós esquecemos o que é celebrar morte e vida. Tanto de um animal, quanto de uma pessoa. Por isso que eu falo assim, faz sentido o vegetarianismo e a coisa do veganismo para uma cultura urbana? Claro, porque você não tem mais vínculo com morte nenhuma! Nem de gente e nem de bicho! Que velório que se vai em uma cidade? Você passa no velório! E quando mais curto, melhor! Não é assim?

E no campo, essa relação de morte e vida vem desde criança. Por exemplo, a Helena. Uma vez morreu um cachorrinho...

Morreu o cachorrinho, o Pedro pegou, a Helena era pequeninha... Vamos lá, vamos enterrar e vamos plantar uma árvore em cima. Aqui tem uma história dessa, né?

Os animais da família são enterrados e se planta uma árvore em cima. Então você tem uma árvore que lembra tal cachorro.

E a Lola agora, morreu uma cachorra atropelada e eles fizeram isso com o Thomaz, vem se despedir da cachorra, aqui é a árvore, que cor que nós vamos por? E o Thomaz falou roxa e plantou um ipê roxo em cima de onde está a Maia.

Então assim, essa relação da morte e vida seja a parte da energia, porque você vai comer, seja da pessoa que morreu. Tem outra celebração e outra relação.

A natureza trabalha com morte e vida. Nós na cidade tiramos morte e vida, do nosso repertório. Então a gente tem que se reinventar quando sai da cidade, porque a gente tem que aprender um monte de coisa. Se despir da cultura acadêmica e se vestir com essa relação com a natureza, com um monte de coisa. MARINGONI, Suzana Martins. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018

Se por um lado as cidades favorecem o acesso a tecnologias, teatros, museus e outras coisas que comumente não vemos em cidades pequenas, é possível compreender que a aproximação com a natureza fomentada por um meio onde é mais comum o desenvolvimento de atividades agrícolas, torna-se capaz de modificar a forma com que nos relacionamos com o espaço, com a alimentação e com as pessoas.

O entendimento de que grandes cidades impossibilitam uma vida de qualidade e a procura de cidades menores leva a uma aproximação com um meio menos urbanizado e por tanto, com mais área verde, acesso a rios, lagos, contato com animais silvestres entre outras coisas que podem ser associadas a natureza. Essa perspectiva é compreendida por aqueles que deixam cidade para viver no campo, como Suzana e outros que podem ser considerados os novos rurais.

O conceito de novos rurais é pensado também partir da oposição a essa lógica, onde a vida no campo é vista como a possibilidade de desfrutar de valores não oferecidos através do processo de industrialização maciça e urbanização dos territórios. A preocupação com o meio ambiente e a defesa das possibilidades oferecidas pelo tempo de trabalho, objetivos e meio onde ele se desenvolve ganha reforço em um movimento de retorno ao campo:

O que até o final da década de 60 parecia uma tendência inelutável, já na década seguinte revelou possibilidades de arreesamento, produzindo o movimento em sentido contrário, o que os franceses passaram a chamar de "neo-ruralismo". É um conceito genérico para uma realidade não muito precisa, carregado de símbolos contraditórios e indicando fenômenos que permanecem à margem das dinâmicas predominantes da agricultura atual. Na prática, o neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e

tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo; assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo. (GIULIANI, 1990, p.2)

Dessa forma, não se trata de uma proposta que reflita o fim do êxodo rural e sim a sua descaracterização enquanto rural, aproximando-se cada vez mais das características do meio urbano. O que permanece na tenção entre a possibilidade de modernização e desenvolvimento, aponta para a necessidade da mesma e a impossibilidade de acabar com a vida no campo (natureza), já que a produção alimentícia depende dele. O controle da natureza, supraposição e domínio, com o processo de industrialização massiva e monocultivo que intensificado surgiram com a proposta da revolução verde, mas foram radicalizados e permanecem ainda nos dias atuais são avassaladores. Pois “No sistema capitalista que molda nossas vidas contemporaneamente o meio ambiente é um bem passível de apropriação” (GUSSOLI, 2014, p.22). Com a conexão estabelecida pelo Buen Vivir e a ideia de pertencimento a um sistema, nessa perspectiva orgânica e interativa, sem domínio ou oposição, resultam em uma nova abordagem.

A recuperação da cosmovisão dos povos indígenas pode representar uma ruptura com os moldes impostos desde a colonização dos povos. Surge com um conjunto de ferramentas de design e conceitos éticos de vida e relação com o meio, o que favorece uma mudança nos moldes de vida de quem não está de acordo com uma cultura majoritária, que está relacionada ao monocultivo, uso de agrotóxicos e uma lógica de acumulo de capital, bens e serviços, sem precedentes na história da humanidade.

Além de poder ser considerada uma neorural, Suzana também é permacultora. Ela encontrou na Permacultura uma possibilidade de viver com qualidade e próxima da natureza. A Permacultura teve início na década de 1970, na Austrália. Bill Mollison e David Holmgren, desenvolveram esse sistema complexo, que possui várias definições. A contração da palavra “permanente”, adicionada a palavra “cultura”, indicam a proposta que está relacionada a uma estrutura que pensada para uma cultura permanente.

De acordo com Santos e Venturi (2012, p.01):

Permacultura é uma expressão originada do inglês “**Permanent Agriculture**” e foi criada por Bill Mollison e David Holmgren na década de 70 do século passado. Ao longo dos anos ela passou a ser compreendida como

“**Cultura Permanente**”, pois passou a abranger uma ampla gama de conhecimentos oriundos de diversas áreas científicas, indo muito além da agricultura. Nos dias atuais, a Permacultura transpassa desde da compreensão da ecologia, da leitura da paisagem, do reconhecimento de padrões naturais, do uso de energias e do bem manejar os recursos naturais, com o intuito de planejar e criar ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza.

A preocupação dos australianos Bill e David era apontar um modelo de relação com a natureza que oferecesse melhores condições de vida aos humanos e ao meio ambiente. Podemos considerar que o marco inicial da Permacultura contendo uma formulação acadêmica relevante se deu através do livro “Permaculture One: A Perennial Agriculture for Human Settlements” (1978), escrito por Bill Mollison e David Holmgren. Sua tradução foi publicada no Brasil em 1981, recebendo o título de “PERMACULTURA UM. Uma Agricultura Permanente nas Comunidades em Geral”. Em suas considerações iniciais a obra traz uma definição para o que é Permacultura:

Permacultura é uma palavra que cunhamos para um sistema evolutivo integrado de espécie vegetais e animais perenes ou auto-perpetuantes úteis ao homem. Em essência, é um ecossistema agrícola completo, modelado sobre exemplos existentes, porém mais simples. Idealizamos o sistema, como é apresentado aqui, para as condições de clima temperado; usando outras espécies e em número diferente, adequar-se-ia a qualquer faixa climática, destinando-se também a se adaptar a situações urbanas. (MOLLISON; HOLMGREN, 1981, p.15)

Em sua essência, a Permacultura foi desenvolvida de acordo com o clima do local, temperado, mas tendo uma base de aplicação e elasticidade suficiente para ser aplicada em outros climas, e espaços, incluindo os ambientes urbanos, dentro de suas possibilidades. Eles são bem claros quando afirmam que “[...] é um ecossistema agrícola completo, modelado sobre exemplos existentes [...]”. Isso implica dizer que eles copiaram o ecossistema australiano, como modelo aplicado à agricultura. Onde seria floresta com sua riqueza de variedades arbóreas, eles substituíram por espécimes de perfil agricultável, dentre outras que serviriam apenas de anteparo às pragas, aos ventos, sombreamento. É uma proposta que compreende as limitações e potenciais a serem explorados de acordo com os locais onde ela seria / será desenvolvida.

De acordo com Suzana Maringoni, uma das pessoas que entrevistei:

O contato com esses valores e princípios orientadores na construção de culturas permanentes possibilita pensar e exercitar o cuidado com a terra, o plantar, o observar nosso entorno natural e o construído pelo homem, refletindo sobre ações pequenas, possíveis e prazerosas na construção da cidadania planetária. (MARINGONI, 2008, p. 15)

A lógica pensada por Suzana faz referência a uma visão de conexão com a Terra, através de uma interdependência do humano para com ela. A associação do humano com a natureza, é muito claramente exercida por essa relação de interdependência, que foge da perspectiva fomentada pela cultura hegemônica de dominação do ambiente, como se ele fosse o nosso oponente. Quando na realidade só reage às agressões que nós produzimos.

O conceito de Permacultura não estagnou no tempo. Dado o dinamismo de sua proposta inicial, ele segue repensado, acrescido e melhorado em diferentes momentos históricos, sob as mais diversas circunstâncias. Vejamos na seguinte passagem a observação efetuada por Hederson, quando afirma:

O conceito de Permacultura é considerado um conceito dinâmico, pois desde o seu surgimento, novas alterações são constantemente feitas: inicialmente um sistema de agricultura sustentável, que posteriormente recebeu contribuições da arquitetura, da biologia, das ciências florestais e da zootecnia. Mais tarde, englobou-se a economia, estratégias financeiras e de negócios, de modo que pode ser considerado um “sistema humano completo” (HEDERSON, 2012, p. 16).

Observemos que Hederson salienta esse aspecto dinâmico do conceito, que é aberto a novas inserções, com o fim de melhorar e tornar mais eficiente a intervenção no meio ambiente, e cujo ecossistema tem seu perfil. E salienta a proposta preocupada com “agricultura sustentável”, que recebeu contribuições de praticamente todas as áreas do conhecimento, mas mais detidamente das áreas técnicas, convertendo-o num “sistema humano completo.”

Em meio aos debates acadêmicos relacionados sobre a crise ambiental que ocorria na época, a proposta surgiu com uma possibilidade de sistematização de conhecimentos tecnológicos, científicos e holísticos. Pensando em soluções reais para os problemas debatidos sobre a questão ambiental na Austrália. “A Permacultura em si foi concebida na academia. Muitas pessoas envolvidas em agricultura de larga escala e em políticas de uso do solo a enxergavam como teoria, utópica e não prática, dada a dificuldade da sua

aplicação no ambiente social, econômico e político dominante” (HOLMGREN, 2013, P.37).

Bill Molisson era professor na Universidade da Tasmânia, onde sua parceria com David Holmgren foi iniciada, ele estudava no College of Advanced Education, e se concentrou na prática e consultoria da Permacultura por cerca de 25, até que o livro desenvolvido em parceria com Bill Molisson foi publicado (HENDERSON, 2012).

Uma das questões debatidas na época, que fomentou a criação de diversas manifestações e movimentos ecologistas, está relacionada ao surgimento do que é conhecido como “Revolução Verde”. Que tem como marco de expansão a década de 1970. Se por um lado ocorria uma verdadeira revolução pela quantidade de comida produzida, seus danos eram avassaladores. Tanto pela quantidade de áreas desflorestadas, quanto pela mortandade de espécies que perdiam seus habitats, ou eram envenenadas pelos defensivos agrícolas. Nesse período vários movimentos de cunho ecológico ganham corpo defendendo a pauta do meio ambiente. Em meio a isso a Permacultura inscreve-se como uma solução, ou contraprova à destruição ambiental.

A integração de animais e vegetais em um sistema pensado de tal forma que possibilite a sua adequação de acordo com as questões climáticas oferecidas pelos diferentes biomas, além da sua adaptabilidade para os diferentes espaços (urbanos e rurais) fazem com que a Permacultura ofereça uma possibilidade de atendimento as mais diversas necessidades humanas. O livro “PERMACULTURA UM. Uma Agricultura Permanente nas Comunidades em Geral” foi o primeiro de uma série de produções. A parceria entre Bill Mollison e David Holmgren, teve uma curta duração (HOLMGREN, 2013). Ambos tiveram publicações posteriores relacionadas ao tema, Bill Mollison escreveu livros sozinho e em parceria com outros autores. David Holmgren publicou outras obras, entre elas “Permaculture: Principles & Pathways Beyond Sustainability” em 2002. Traduzido e publicado no Brasil sob o título: “PERMACULTURA: Princípios e caminhos além da sustentabilidade”, no ano de 2013.

Os dois livros supracitados se destacam pela apresentação dos pressupostos teóricos e práticos da Permacultura e para sua compreensão. Tratam-se de obras complementares, a primeira trazendo a compreensão do conceito criado e a organização básica da Permacultura. Já o livro de David Holmgren apresenta questões elaboradas

através do amadurecimento sobre o tema, que resultam além da organização técnica, um avanço diante das questões filosóficas pertinentes a proposta da Permacultura.

É preciso compreender que, conforme sugerido pelo nome “cultura permanente”, a proposta da Permacultura vai além de uma ferramenta de organização espacial, sua construção e conceitos foram cunhados sob uma ótica ecologista, voltada para a educação ambiental e, conseqüentemente, uma nova relação entre humano e natureza.

Conforme trazido por Eduardo Bonzatto (2010), a “Permacultura é um pacote pedagógico” (BONZATTO, 2010 p.29). O ideal de design pautado em princípios éticos e de planejamento possibilita um movimento filosófico educacional que estabelece uma nova relação com a natureza, não em um processo de domínio/ oposição, mas compreendendo suas variáveis, utiliza-se da natureza em seus aspectos ambientais, para observar e interagir, compreendendo e aceitando os ciclos e fluxos que acontecem nos mais variados âmbitos e observando em sua repetição, também na vida humana. De acordo com ele, a Permacultura é:

Um movimento, um método para se alcançar uma cultura sustentável. Por isso, tudo que leva a esse caminho pode entrar em sua definição. O que queremos dizer é que ela vai muito além da contração das palavras permanente e cultura. Pode ser compreendida como um sistema de design para a criação de ambientes produtivos, saudáveis e ecológicos para que possamos habitar a terra sem destruir a vida. Ou seja, pela Permacultura o homem, como animal que é, integra-se ao ciclo da natureza retirado dela o que precisa para viver e devolvendo a ela o que ela precisa para continuar vivendo. A filosofia da Permacultura visa trabalhar com a natureza e não contra ela. Nós é que somos o planeta, não ele que é nosso. (BONZATTO, 2010 p.29)

A sustentabilidade descrita por Bonzatto ocorre pela compreensão dos fluxos e ciclos, que são trabalhados não para serem superados, mas dado a aproximação e compreensão, previstos e aceitos dentro de um sistema integral. “Ser o planeta” te coloca em uma ótica integrada e essa integração estabelece novas relações. Isso influencia em como e o que será feito. “Ser” e não “estar” ou “dominar” sob uma visão pedagógica, oferece a possibilidade de pensar o ambiente não mais como “meio”, mas sim como “todo”. A responsabilidade pelo todo é diferenciada em relação a responsabilidade pelo meio, ela é integral e não mais parcial e distante.

Para tanto, sob uma perspectiva interdisciplinar, a Permacultura aplica conhecimentos científicos advindos da arquitetura, biologia entre outras ciências, onde o

ser humano atua ativamente nos processos de transformação da natureza, mas esse processo não ocorre através da sobreposição da vida humana sobre as demais e sim em integração, tendo a responsabilidade de repensar os impactos causados.

Ocorrendo de forma efetiva através da aplicação de um conjunto de ferramentas a Permacultura aponta o design de espaço, princípios éticos e princípios de planejamento. E cujo fundamento baseia-se na ideia que não busca uma resposta imediatista, para seu desenvolvimento como política e ação dos sujeitos. Mas projeta seus resultados a longo prazo, muito coerentemente incorpora e respeita os ciclos da natureza, de acordo com cada espécie inserida no projeto para cada unidade que adota a Permacultura. Sendo assim as unidades produtivas é tomada “pela evolução de uma ciência verdadeiramente ecológica em educação e viver” (MOLLISON e HOLMGREN, 1981, p.16).

4.5 Para onde as políticas públicas podem caminhar

Falamos dos embates travados pelo movimento do Buen Vivir no âmbito do Estado e de seu entendimento sobre o que é qualidade de vida e em que espaço ela se dá. A natureza possui um papel fundamental para esse desenvolvimento. Por isso, a primeira questão que deve ser levantada enquanto foco das políticas sociais, é a reforma agrária.

Esse é um tema antigo, que desde o processo de colonização, passando pelas diferentes configurações de Estado³⁴, até chegarmos na organização das questões agrárias no momento atual, onde temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST, como um movimento social que se ocupa de pautas relacionadas a necessidade da reforma agrária no Brasil, enfrenta grandes embates políticos, além da violência policial durante manifestações e apropriações de terras.

A reforma agrária talvez seja o maior desafio e provoque o maior embate político quando falamos dessa nova perspectiva. É também o fator fundamental, pois a relação estreita entre humano e natureza requer essa possibilidade de aproximação. Apesar disso, outras iniciativas também apresentam grande validade, como o trabalho realizado pelo

³⁴ STÉDILE (2005), no prefácio do livro “A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agraria, 1946-2003”, apresenta de forma sucinta a trajetória da reforma agraria brasileira. O tema é apresentado de forma mais aprofundada ao decorrer do livro.

projeto “Revolução dos Baldinhos”, desenvolvida em Florianópolis, no estado de Santa Catarina.

A comunidade Chico Mendes, localizada no Bairro Monte Cristo, situado na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, revolveu seu problema com a infestação de ratos e mortes em decorrência da leptospirose, através das práticas de gestão de resíduos domésticos. No projeto, o lixo gerado pelos moradores passa por um processo de compostagem, desenvolvidos por eles mesmo, tornando-se adubo para uma horta comunitária. No documentário produzido pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo - CEPAGRO, intitulado “REVOLUÇÃO DOS BALDINHOS: Gestão comunitária de Resíduos Orgânicos e Agricultura Urbana” (2017)³⁵, moradores da comunidade explicam como ocorre o processo desde o seu início.

De acordo com Magrini (2009):

Um projeto Permacultural dá preferência aos materiais produzidos localmente e que causam pouco impacto tanto na sua fabricação quanto na sua implantação. Frequentemente os recursos podem ser encontrados no lixo, como tijolos quebrados, pedaços de madeira, materiais descartados em pedreiras, palha, cortes de grama, pneus velhos, etc. Transformar problema em solução é um dos aspectos que mais chama atenção na Permacultura. Um problema sempre é encarado como solução e encaixado em alguma outra atividade. (MAGRINI, 2009, p. 39)

O trabalho feito pelos moradores do Bairro Monte Cristo, segue essa perspectiva, aproveitando o potencial da matéria orgânica produzida na região, fazendo uma verdadeira revolução utilizando baldinhos de plástico com tampa para armazenar o resíduo produzido em casa. No vídeo é possível ver que esses baldes são embalagens reutilizadas de matéria prima para a produção de produtos comercializados em padarias, supermercados, entre outros. Além disso, palha é utilizada durante o processo de compostagem feito por eles. Também é possível ver a reutilização de pneus como vasos para o cultivo de plantas.

Segundo Silva (2013, p. 176) “a Permacultura – ao ter sido idealizada para situações de escassez, preconizando a satisfação das necessidades humanas com o máximo de aproveitamento dos recursos locais e a mínima utilização de energia – se

³⁵ Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?time_continue=5&v=wJwTJ4CyDBc > Acesso em 01 out 2017.

adapta muito bem as condições específicas [...]”. O autor refere-se ao caso de Cuba, mas o ideal da Permacultura relacionado a capacidade de adequação a realidade local é algo que pode ser aplicado em todos os locais.

No caso da comunidade Chico Mendes, os problemas ambientais gerados pelo acúmulo de lixo foram o motivo principal para o desenvolvimento do projeto. É interessante observar que as transformações decorrentes do projeto Revolução dos Baldinhos vão muito além do processo de gestão de resíduos. Geram renda, integram a comunidade e servem de exemplo para outros projetos que já nasceram a partir desse e são desenvolvidos em diferentes regiões do Brasil.

De acordo com Magrini (2009, p. 13):

As transformações mais impactantes realizadas nos centros urbanos estão voltadas basicamente para os interesses econômicos do Estado e das grandes corporações. Na maioria das cidades a falta de infra-estrutura adequada não nos permite obter as necessidades básicas sem causar sérios impactos ambientais. Nosso estilo de vida não dá chance para reflexão, o sistema educacional não estimula nosso pensamento crítico e a cultura nos treina para que nossas individualidades se destaquem.

Essa citação de Magrini vai de encontro com o relato de uma das moradoras da comunidade Chico Mendes no documentário do projeto Revolução dos Baldinhos, falta de investimentos do setor público e de espaço para ampliar e melhorar as atividades desenvolvidas pelo projeto, é um dos empecilhos da sua ampliação. A comunidade utiliza um espaço cedido por uma escola para realização do processo de compostagem.

Essa questão faz com que duas questões precisem ser pensadas: a comunidade agir de forma integrada para a solução de um problema que deveria ser responsabilidade do Estado, é uma medida conservadora que deve ser criticada. Por outro lado, a organização realizada pelos moradores além de resolver o problema, fomentou a organização do sociopolítica do grupo, o que fortalece a comunidade e traz maior representatividade.

Vemos a necessidade de analisar as questões caso a caso, sem perder a criticidade, mas, no caso da revolução dos baldinhos, vemos a ausência do Estado não só no processo de saneamento, mas em políticas públicas que fomentem a continuidade do projeto que deu bons resultados. E é nessa questão que precisamos estar atentos. Não se trata de um processo de responsabilização de indivíduos e comunidades, mas da necessidade de suporte do Estado para que eles tenham acesso a conhecimento, material, local para

desenvolvimento e havendo interesse, possam agir de acordo com a proposta de políticas públicas voltadas para a felicidade humana.

A revolução dos baldinhos é um exemplo da possibilidade da Permacultura dentro dessa perspectiva, mas faz-se necessário políticas públicas de acesso a Terra, difusão de técnicas (PDCs, cursos de bioconstrução, entre outros), distribuição de material (que pode ser desde o maquinário necessário para fazer um buraco suficiente para a instalação de uma Bacia de evapotranspiração – BET), fomentar a utilização de espaços públicos para hortas comunitárias, disponibilizando sementes entre outras alternativas.

Além disso, precisamos de políticas públicas voltadas para as cidades pequenas, que visem o suporte necessário para uma organização delas enquanto pequenas comunidades, conforme previsto no Buen Vivir. Isso implica em acesso a saúde, educação, lazer equipando pequenas cidades para que as pessoas que nela vivem não precisem se deslocar aos grandes centros para ter acesso ao necessário para viver.

Também é preciso pensar em políticas de escoamento de pequenas produções e proteção de pequenos produtores rurais, que podem ser realizadas através do fortalecimento de feiras locais, ou projetos como a “Comunidade que sustenta a agricultura – CSA³⁶”, onde a comunidade assume uma postura de co-produtor. Se organizando em grupos que irão auxiliar no processo de produção do pequeno agricultor, com uma contrapartida financeira e ajuda para plantio e cuidado dos cultivos e depois partilham de forma igualitária aquilo que foi produzindo, assumindo de forma comunitária até mesmo os prejuízos que podem resultar de chuvas, pragas, condições climáticas, entre outros. A iniciativa junta aqueles que possuem terra, com aqueles que buscam uma alimentação de qualidade, o que no Brasil, com a aprovação desenfreada de uso de agrotóxicos³⁷, tornou-se um luxo.

O acesso a alimentação de qualidade, tempo de qualidade para convivência familiar e comunitária, acesso a moradia e autonomia para organização de vida sem a necessidade de submeter-se a condições de subemprego ou emprego que resulte em

³⁶ Conforme vídeo do Ecoideias “Comunidade Sustenta Agricultura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eUUX2riM26Y>> Acesso em 20 de outubro de 2020.

³⁷ Conforme reportagem de Pedro Grigori, para o portal de notícias Reporter Brasil, sob o título de “20% dos agrotóxicos liberados no Brasil são extremamente tóxicos. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/01/20-agrotoxicos-liberados-em-2019-sao-extremamente-toxicos/>> Acesso em 20 de outubro de 2020.

situações extremamente estressantes e desgastantes fisicamente, podem possibilitar a uma vida mais feliz. Isso está relacionado a um processo de aproximação com a natureza, distanciamento de grandes aglomerações de pessoas e favelamento das áreas urbanas, onde questões como o cultivo de alimento são impossibilitadas, pela ausência de terra. É necessário compreender a importância da Terra e a necessidade da terra para sermos felizes.

5. A PERMACULTURA ENQUANTO FERRAMENTA QUE POSSIBILITA A FELICIDADE HUMANA E UMA RELAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COM A NATUREZA

É preciso ter em mente que integração envolve uma relação mais ética, menos predatória e mais consciente. Qualquer relação que estabelecemos, seja entre humanos, humanos e demais animais, ou humanos e natureza, implica na modificação, que ocorre em via dupla. Explicar isso é fundamental para compreender que a proposta da Permacultura enquanto uma possibilidade de integração com a natureza, não implica em uma perspectiva preservacionista que manterá toda a natureza intocável. Mas se apresenta como uma possibilidade de agir pensando tanto nas comunidades humanas, quanto nas demais comunidades de animais, plantas entre outras. Conforme podemos observar na fala de Sergio:

Eu entendo a Permacultura como uma ferramenta filosófica, prática, atitudinal, de reaproximação e realinhamento com a natureza.

Para a minha a Permacultura é isso.

É uma ferramenta, embora seja muito filosófica, ela é muito prática no sentido de trazer um instrumental para fazer essa reconexão natura e ser humano.

E aí é uma coisa que a gente diferencia, é um momento que a gente se diferencia muito, o permacultor, me coloco como tal, do ambientalista clássico, que muitas vezes, por exemplo, você vai numa ONG como a Conservation International – CI, uma mega ONG internacional.

O que eles estão buscando? Criar áreas de conservação, que significam: Áreas onde o humano não entra. Acho que todos nós nos movemos, tanto os caras do CI, quanto nós, nos movemos por um grande amor pela natureza, só que nós permacultores, é um amor: “Eu amo a natureza, mas eu quero estar dentro, não fora.”

Eu moro em um apartamento, carpetado, com ar-condicionado e a natureza está linda ali fora, cercadinha, bonitinha. Não existe isso!

Ou a gente aprende a fazer tudo que a gente faz, a suprir nossas necessidades alinhados com a natureza, ou não tem conversa, vamos nos extinguir.

Então, pra mim é essa, a Permacultura é a ferramenta que eu vejo, que eu adotei para mim, para fazer esse casamento de ser humano e natureza. PAMPLONA, Sérgio Borges Paim. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

A Permacultura possibilita o aprendizado de técnicas e aponta para caminhos de orientação para aqueles que buscam uma vida sob uma perspectiva para além do sistema capitalista, amplia a percepção de relação entre humano e natureza conforme previstos pelo Buen Vivir e simplifica o entendimento das necessidades humanas, mais voltada para uma qualidade de vida focada na felicidade humana conforme aponta o indicador de FIB do Butão. Diante desse contexto, refuta qualquer tentativa de ser vista como conservadora (no sentido sociopolítico).

O alinhamento com a natureza descrito por Sérgio vem de encontro com a fala de Suzana, que longe de uma perspectiva romantizada da natureza ou acrítica, apresenta reflexões possibilitadas pelo contexto de vida favorecido pela Permacultura quando aplicada. A integração com a natureza favorece a constituição de conhecimentos holísticos e técnicos que favorecem para uma interação mais assertiva com a natureza e menos predatória:

E viver com a natureza não é só olhar: olha que passarinhos lindos!
Embora tenha, olha que passarinho lindo, olha que flores lindas, maravilhosas...
Por exemplo, podar o pessegueiro.
Eu quase pirei esse ano, tem uma foto minha com um maço, juro, desse tamanho de flor de pessegueiro.
Porque se você não corta, você não vai ter.
Como eles floresceram um pouco antes porque deu um calor, eu cortei com ele cheio de flor.
E aí você vai aprender, você tem que reaprender... quando eu tenho que armazenar lenha, quando tenho que podar o pessegueiro, quando eu tenho que fazer isso, isso e isso... Você vai reaprender!
Que é coisa que na cidade é tudo instantâneo...
Ah! Tem que virar a coisa de coletar água, a cisterna está cheia, teve chuva anteontem, tem que esvaziar o tanque da limpeza do telhado.
Você tem que ter essas coisas do ritmo da natureza. Você muda!
Sua prioridade não é mais pagar conta, você não tem conta da água, você tem a sua água, então você tem que cuidar dessa água. Isso tudo você tem que reaprender. O que é delicioso, você tem o que fazer! MARINGONI, Suzana. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

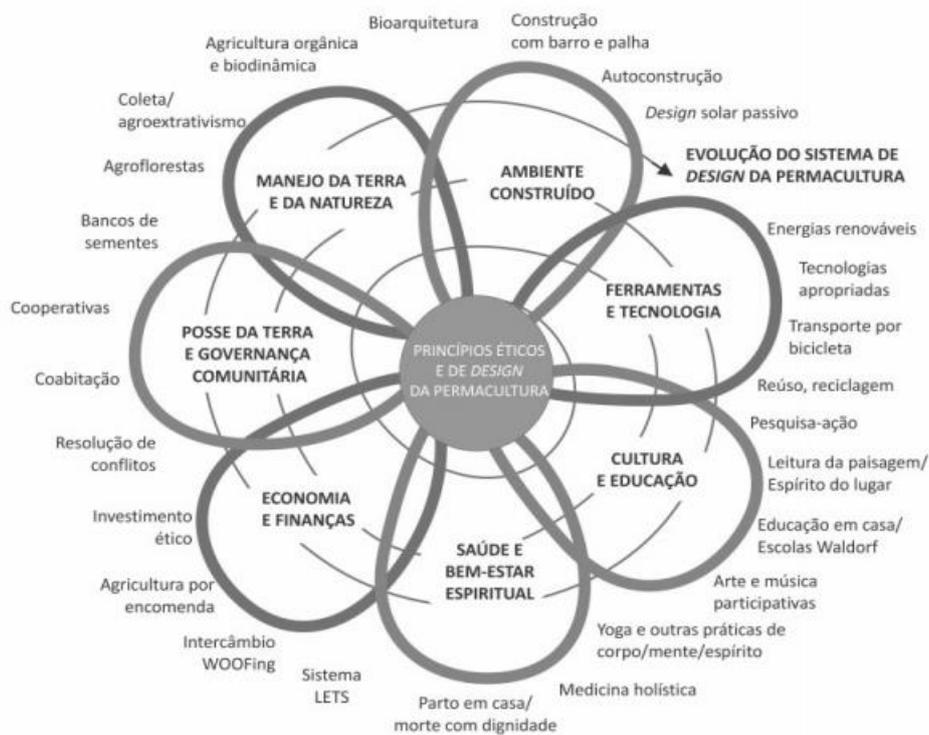
A responsabilidade sobre a produção da própria alimentação e manutenção das necessidades básicas é uma importante ferramenta para diminuição da alienação e favorece o autocuidado, podendo também ser pensada para fortalecimento comunitário. Quando a preocupação deixa de ser apenas a garantia de permanência no emprego e passa a ser sobre organização do espaço, melhores formas de cultivo, é dada a oportunidade de ter escolhas e refletir sobre elas.

Essa perspectiva foge ao escopo que coloca a vida no campo em um lugar inferior a vida na cidade, como local de atraso, pois compreende que essa lógica que inferioriza a vida no campo é própria ao sistema capitalista, sendo uma importante ferramenta de manutenção dele. Seguindo a filosofia apresentada pelo Buen Vivir e os questionamentos apresentados pelo Butão com o FIB, a Permacultura possui uma organização sistêmica e filosófica que possibilita a prática de um bem viver. Isso ocorre devido a sua inspiração em culturas de povos indígenas, conforme aponta Ortega (2013) quando traz que:

Devemos lembrar que a Permacultura nasceu de um estudo sobre as culturas humanas que conseguiram permanecer por longo tempo sem destruir seu meio em diversos lugares e períodos da História da Humanidade. E se percebeu que a harmonia com a natureza depende de uma visão filosófica na qual o convívio entre as pessoas e com a natureza é o maior valor. Esse paradigma se traduz em sistemas nos quais o consumo se ajusta à capacidade de suporte renovável e se preservam espaços de mata nativa para possibilitar a absorção do impacto ambiental e a regeneração do meio produtivo. (ORTEGA, 2013, p.08)

Para compreendermos como isso é possível, usaremos como base para uma explicação mais detalhada da Permacultura, a flor da Permacultura desenvolvida por David Holmgren (cofundador da Permacultura) e apresentada no livro “Permacultura. Princípios e caminhos além da sustentabilidade” (2013), de acordo com ele, “a flor da Permacultura mostra os domínios-chave que requerem transformação para se criar uma cultura sustentável” (HOLMGREN, 2013, p.34).

Flor da Permacultura:



Fonte: HOLMGREN, 2013

Figura 16 - Flor da Permacultura. Fonte: HOLMGREEN, 2013

No centro da Flor da Permacultura podemos observar a base para as ações pensadas de acordo com a sua proposta. As pétalas dividem e agrupam temas importantes para uma vida de qualidade e semelhantes a proposta apresentada pelo Butão como proposta para a Felicidade interna bruta, que apresenta 09 itens (Bem-estar psicológico, cultura, meio ambiente, vitalidade comunitária, uso do tempo, governança/cidadania, padrão de vida, saúde e educação). Nas pétalas da flor observamos 07 temas (ambiente construído, ferramentas e tecnologia, cultura e educação, saúde e bem-estar espiritual, economia e finanças, posse da terra e governança comunitária, manejo da terra e da natureza.)

Em relação ao desenvolvimento da flor da Permacultura, Holmgren (2013) diz que:

Historicamente, a Permacultura centrou-se no manejo cuidadoso da terra e da natureza não apenas como uma fonte de princípios. Esses princípios são agora aplicados em outros domínios que lidam com recursos físicos e energéticos

assim como com organizações humanas (geralmente chamadas de estruturas invisíveis no ensino de Permacultura). Alguns dos campos específicos, dos sistemas de design e algumas das soluções que foram associadas a essa visão mais ampla da Permacultura são mostrados em torno da periferia da flor. O caminho evolucionário em espiral, começando com a ética e com os princípios, sugere uma costura comum a todos esses domínios, inicialmente em um nível pessoal e local, prosseguindo para o nível coletivo e global. O aspecto “teia de aranha” dessa espiral sugere a natureza incerta e variável desse processo de integração. (HOLMGREN, 2013, p.34)

Ao focar nas organizações humanas, temos questões socioculturais e políticas que integram o debate seguindo uma perspectiva voltada para o bem estar humano e não para seu crescimento no sentido econômico. Quando apresenta o tema de manejo de terra e da natureza, temos uma perspectiva que vai de encontro com a proposta do Buen Vivir em relação ao cuidado com a Terra e da Felicidade interna bruta, contemplando o item meio ambiente.

Tanto a felicidade interna bruta do Butão, quanto a proposta da Permacultura não trazem a Terra como um ser de direitos, mas apontam para a necessidade de uso consciente dos recursos naturais, que ao fugir da lógica econômica no sentido de garantir lucros financeiros, estabelece uma relação de necessidade entre humanos e natureza, compreendendo que humanos necessitam de recursos naturais e precisam fazer uso consciente do mesmo, visando lucros que estão acima da questão financeira. Conforme podemos compreender a partir da fala de Martin:

Eu acredito que ela começa na ética, nossa vida se baseia na ética como permacultores. Não necessariamente as pessoas são éticas, pelo contrário, a gente não tem uma formação que seja ética e a Permacultura nos proporciona isso.

Ou seja, a minha relação com a natureza está diretamente ligada com a minha ética, então as minhas coisas que eu faço no meu dia a dia, o consumo, enfim, o meio de transporte, a casa onde eu moro, o meu saneamento, tudo a está relacionada a ética, que está diretamente relacionada ao meio que eu vivo, ou seja, a natureza.

Também, sobre tudo, a produção de alimentos, que na minha opinião é a base de qualquer sistema. Você começa produzindo alimentos, enche a barriga e depois você começa a produzir uma casa...

Mas isso é uma visão minha. E aí a produção de alimentos entende que eu faço parte da natureza, se eu faço parte da natureza, então eu também vou produzir conforme é a dinâmica da natureza, da floresta, enfim, observando a natureza. EWERT, Martin. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

A ética citada por Martin é baseada nos princípios da Permacultura, seguida por permacultores que refletem sobre suas ações no mundo, o impacto que geram e aquilo que é importante para uma vida de qualidade. É importante observar que ele fala sobre alimentação e moradia não na perspectiva da necessidade de trabalhar (vender sua força de trabalho a uma empresa) e através disso conseguir dinheiro para comprar alimentos, pagar aluguel ou comprar uma casa, Martin fala sobre produzir seu próprio alimento, construir sua própria casa, o que não implica na ausência de capital (dinheiro), mas possibilita a aquisição de capital através da sua produção alimentícia (com venda dos excedentes – aquilo que ele e a família não vão consumir).

Essas questões sobre a venda de excedentes e construção da sua própria casa serão melhor compreendidas a medida em que a proposta da Permacultura será explicada. O que faremos com base na flor da Permacultura, que em relação a sua sistematização, vemos um centro, pétalas interligadas, uma flecha sugerindo movimento circular, temas dispostos ao redor da flor de forma que sugerem a conexão com temas que estão próximos, mas também indicam que alguns temas podem ser debatidos e mais de um local, como por exemplo, a “resolução de conflitos”, disposta na flor entre as pétalas sobre “Economia e finanças” e “manejo da terra e da natureza”.

Para melhor compreensão do que cada item da flor representa e o debate que favorece, dividimos a flor da Permacultura em 08 partes. Uma delas é o centro e as demais correspondem a cada uma das pétalas e assunto pertinente a elas. Ao abordar as pétalas também será levantado os temas dispostos fora da flor e de importante compreensão para dimensionar o potencial da Permacultura enquanto uma ferramenta que possibilita pensar/elaborar políticas públicas voltadas para a felicidade humana conforme a proposta do Butão, de Felicidade Interna Bruta e de países latino-americanos de Buen Vivir.



5.1 Princípios Éticos e de Design da Permacultura

5.1.1 Os Três Princípios Éticos

David Holmgren (2013, p.51) define os três princípios éticos da seguinte forma:

- O cuidado com a Terra;
- O cuidado com as pessoas;
- O limite do consumo e da reprodução e a redistribuição dos excedentes.

Para o autor, o segundo e o terceiro princípio ético derivam do primeiro. Os princípios funcionam de forma integrada e complementar. O cuidado com a Terra, primeiro dos três princípios faz uma referência a Terra enquanto planeta, colocando em vista a perspectiva ecologista, o cuidado com o solo (terra) é um ponto bastante debatido na Permacultura, na mesma medida em que essa preocupação se estende e integra o debate com o cuidado com as florestas, com os impactos gerados no ambiente.

O cuidado com as pessoas é referente a uma ética de respeito, acolhida e todas as possibilidades no que diz respeito ao afeto e cuidado com outros humanos. Sob uma abordagem não especista - o que significa que não coloca a espécie humana em uma posição de superioridade, compreendendo que ela faz parte da natureza, como tal, não posiciona nem acima ou abaixo, tendo a mesma importância que as demais espécies de animais. Dessa forma, o cuidado passa a ser pensado para os animais, integrando todas as espécies (COUTO e MONTYSUMA, 2017). Não há um consenso em relação a essa abordagem, apesar de também não haver uma negação do necessário cuidado com outras espécies de animais.

Em relação ao terceiro princípio, a partilha justa e sua relação com um comércio justo, busca por uma sociedade igualitária. Quando Martin fala a respeito da ética, faz referência a esses princípios que estão no centro da Permacultura e devem permear todas as ações dos permacultores, quando ele fala a respeito da produção alimentícia, por exemplo, vemos a integração com o princípio de “O limite do consumo e da reprodução e a redistribuição dos excedentes”.

Os princípios tem como inspiração para a sua criação a cultura presente entre povos indígenas, entendendo que “esse foco da Permacultura em aprender com culturas tribais indígenas baseia-se na evidência de que essas culturas existiram em equilíbrio

relativo com seus ambientes e sobreviveram por mais tempo que quaisquer dos nossos experimentos mais recentes em civilização” (HOLMGREN, 2013, p.52).

5.1.2 Os Doze Princípios de Planejamento na Permacultura

Apesar da organização em ordem numérica presente nas publicações de David Holmgren, os doze princípios de planejamento não possuem maior ou menor importância de acordo com o número atribuído. Os princípios de acordo com Holmgren (2013, p.16-17) são:

1 – Observe e interaja. A beleza está nos olhos de quem vê.

A primeira questão para a qual o princípio chama atenção é para a necessidade de humanos observarem a natureza para que a partir das reflexões que surgirem agir de forma ética. Aponta para a necessidade de interação entre humanos e natureza e questiona os valores socioculturais da sociedade capitalista. Ele também aponta para a transformação gerada pela interação entre humanos e natureza, ao trazer que “o ícone para esse princípio é o de uma pessoa como uma árvore, que enfatiza a nós próprios na natureza e transformados por ela. Ele também pode ser imaginado como o buraco da fechadura na natureza através do qual se enxerga uma solução” (HOLMGREN, 2013, p.67)

2 – Capte e armazene energia. Produza feno enquanto faz sol.

Esse segundo princípio debate principalmente a questão da utilização de recursos não renováveis como fonte de energia. Propõem uma mudança de perspectiva em que se compreende o valor do capital natural (água, árvores, sementes e solo vivo). A concepção de um Solo vivo necessita de “uma boa estrutura e alto conteúdo de húmus possui uma capacidade enorme de armazenar água, nutrientes minerais e carbono” (HOLMGREN, 2013, p.98). Aborda a necessidade de observar como a natureza capta e armazena energia, através da fotossíntese, por exemplo. O que demonstra sua conexão com o primeiro princípio, interligando os debates. Seu foco está em adquirir estoque, por isso é pensado para longo prazo.

3 – Obtenha rendimentos. Saco vazio não para em pé.

Este princípio, ao contrário do anterior, foca no momento atual. É referente a necessidade de atender as questões do momento em que se vive. Reflete sobre a importância de se ter cultivos que possibilitem a alimentação para depois focalizar no atendimento das necessidades futuras. O rendimento aqui não segue uma lógica capitalista, apesar de não implicar na impossibilidade de venda da força de trabalho. Ele entende a necessidade de cuidar do agora, manter-se alimentado, saudável e com disposição para realizar planejamentos futuros.

4 – Pratique autorregulação e aceite feedback. Os pecados dos pais recaem sobre os filhos até a sétima geração.

A ideia desse princípio pode ser associada ao ditado popular de que “a gente colhe o que a gente planta”. Seu objetivo é apontar para a necessidade de refletir sobre nossas ações e impacto que elas geram, compreendendo que isso é necessário para corrigir falhas e melhorar nossas ações. O princípio nos convida a observar os feedbacks dados pela natureza em relação a forma com que interagimos com ela, critica nossa capacidade de auto-observação, aceitação das consequências, também fala a respeito da nossa falta de entendimento sobre as consequências, sejam elas boas ou ruins.

5 – Valorize serviços renováveis. Deixe a natureza seguir seu próprio curso.

Integrado ao segundo princípio, esse princípio entende quem “o design Permacultural deve fazer o melhor uso possível de serviços naturais não consumíveis a fim de minimizar nossa demanda de consumo de recursos e enfatizar as possibilidades harmoniosas de interação entre as pessoas e a natureza” (HOLMGREN, 2013, p.173). Se no segundo princípio temos o debate sobre a necessidade de se pensar a longo prazo, promovendo estoque de energia, aqui a ideia é refletir sobre os recursos renováveis em si. Pensando na melhor forma de aproveitamento, tendo como base o limite de uso que possibilita a renovação.

6 – Não produza desperdícios. Melhor prevenir que remediar. Quem poupa sempre tem.

“Esse princípio reúne os valores tradicionais da frugalidade e do cuidado para com os bens materiais, uma preocupação predominante com a poluição e uma perspectiva mais radical que vê os descartes como recursos e oportunidades” (HOLMGREN, 2013, p.197). O sexto princípio debate a respeito do desperdício fomentado por nossa sociedade, compreendendo a alienação que consiste em acreditar que é possível descartar nosso lixo quando colocamos em uma lixeira para ser recolhido sem vermos. O descarte não ocorre pois não existe “fora”, o lixo produzido, em sua ampla maioria, permanece dentro da Terra, escondido em aterros ou poluindo os mares. O desperdício ocorre quando não reutilizamos o material produzido, que pode ser compostado, por exemplo.

7 – Planeje dos padrões aos detalhes. Não tome o todo pelas partes.

Aqui a atenção está para a necessidade de olhar o todo para determinar padrões, compreender dinâmicas, conforme é possível observar em florestas, por exemplo. Para que, a partir dessa base, o pensamento se estenda para detalhes, como observar as flores da floresta após entender se ela é tropical, boreal ou temperada, possamos afinar o olhar aos detalhes que a compõem. Isso é importante para não desperdiçar energia com coisas pequenas sem que antes se tenha uma visão global sobre o problema.

8 – Integrar em vez de segregar. A união faz a força.

Esse conceito pode ser visto tanto em relação a natureza, como em relação as sociedades humanas. A ideia de integração parte da premissa de que a diversidade deve ser vista como uma qualidade. O que contempla a questão da plurinacionalidade proposta pelo Buen Vivir, como um exemplo das questões das sociedades humanas, ou sobre o problema do monocultivo, quando falamos da nossa relação com a natureza.

9 – Soluções pequenas e lentas. Quanto maior o tamanho, mais dura a queda. Devagar sempre se vai ao longe.

A questão debatida por esse princípio está relacionada a escala e velocidade. Entende que ambicionar grandes passos dificulta na execução e aumenta chances de falhas. Aponta para a necessidade de agir de acordo com o tempo necessário, respeitando limites, sem

imposições que exijam mais do que a capacidade de ser feito. Valoriza as pequenas coisas e conquistas.

10 – Use e valorize a diversidade. Não ponha todos os seus ovos em uma única cesta.

Quando maior a diversidade de cultivos, maiores são as chances de ganhos (não em um sentido capitalista, que aqui é criticado pelo problema gerado pela competição), já que pode ser eficiente no combate a pragas, por exemplo, ou garantir que mesmo havendo um problema com um cultivo oriundo de questões naturais que não favoreçam (como incidência solar maior do que a esperada ou aparecimento de um fungo, por exemplo), dificilmente todos os cultivos serão afetados havendo diversidade, pois as necessidades e fraquezas são diferentes.

11 – Valorize elementos marginais. Não pense que você está no caminho certo só porque todo mundo segue por ele.

Esse princípio atenta para a necessidade de pensar nos elementos marginais em todas as suas possibilidades ou sistemas. Quando falamos sobre a perspectiva da natureza, podemos refletir a respeito da biodiversidade presente no mangue, por exemplo. Uma área que não é o mar e nem a terra banhada por água doce, ele se desenvolve em uma região periférica, as margens dos dois. Quando falamos das sociedades humanas, podemos pensar em toda a riqueza cultural presente nas áreas denominadas como periferias, por exemplo.

12 – Use a criatividade e responda às mudanças. Ter visão não é ver as coisas como elas são hoje, mas como elas serão³⁸.

Esse é o último dos princípios, mas isso não incide em uma importância menor. Ele está relacionado ao princípio de auto regulação e aceitação de feedback, entendendo que mudanças são parte de processos sejam eles presentes em um escopo social ou de cultivo, entre outras possibilidade. A cultura não é algo estático, sendo necessário adaptar-se da melhor forma possível as mudanças que surgem.

³⁸ A primeira frase (em negrito) é o princípio em si, conforme encontrado em outras publicações. A segunda frase é uma breve forma de explicar ao que se refere o princípio, conforme descrito na obra citada.

Através de frases e conceitos facilmente apreendidos e autoexplicativos, os princípios e planejamento demonstram a perspectiva filosófica da Permacultura enquanto cultura contra hegemônica. As ações do permacultor são planejadas e desenvolvidas por exemplo, tendo a premissa de que nem tudo sairá como o idealizado. Fomentando a integração de pessoas diferentes e a valorização do que é diverso. A sugestão, por exemplo, de que “os pecados dos pais afetam os filhos” não se traduzem literalmente, mas de forma metafórica trazem uma mensagem de que, por exemplo, os impactos serão sentidos em muitas gerações futuras diante dos problemas ambientais gerados na sociedade atual.

De acordo com Couto e Montysuma (2017):

Esses doze princípios, da mesma forma com que ocorre com os três princípios éticos, são inter-relacionados. Outra característica interessante é que são complementares e podem ser aplicados das mais variadas formas. É possível pensar, por exemplo, na utilização para tomada de decisões no dia a dia, como valores para a vida em sociedade. Da mesma forma, podem ser aplicados para o planejamento de uma propriedade Permacultural, definindo e organizando as ações e interações que irão ocorrer. (COUTO e MONTYSUMA, 2017, p 04)

Esse fato ocorre por não haver uma desassociação da aplicação de técnicas do design e os princípios éticos e de planejamento. A integração entre conceitos éticos, filosóficos e educacionais, com uma abordagem sobre o espaço a ser desenhado, onde pode ser utilizado entre outras possibilidades, técnicas de bioconstrução³⁹, sempre irá integrar uma finalidade que está para além da construção de uma casa ou um banheiro, por exemplo, isso porque para além da eficiência do espaço construído, é pensado no impacto que ele gera. Ou, ao invés de construir um banheiro seco⁴⁰, ou um esgoto

³⁹ De acordo com Colombo et al. (2006, p.02): O futuro da construção, então, está na bioconstrução, modelo este que alia as tecnologias presentes com o modelo do passado, gerando um modelo que, por ser feito em menor escala e com materiais não ou pouco industrializados, torna-se mais orgânico porque segue o modelo da natureza sem causar nela impacto tal qual as construções do presente causam. Disponível em: <http://www.infohab.org.br/entac2014/2006/artigos/ENTAC2006_3589_3598.pdf> Acesso em 17 de maio de 2018.

⁴⁰ Bonzatto (2010) explica o funcionamento de um banheiro seco, esgoto ecológico, entre outras técnicas. De forma resumida, o banheiro seco pode ser explicado como um banheiro onde o vaso sanitário não utiliza água para seu funcionamento. A serragem é utilizada para substituir a água no caso das fezes. Uma descarga em um vaso sanitário comum utiliza de 12 a 15 litros de água potável, que irá para o esgoto. No sistema de banheiro seco, a serragem é colocada no vaso sanitário, que possui outro sistema. Depois de decompostas as fezes, o material pode é utilizado como adubo para árvores.

ecológico⁴¹, optar-se ia pela utilização de técnicas convencionais, mais “fáceis” de serem aplicadas, devido a uma cultura que favorece o seu estabelecimento.

É importante frisar que os princípios não apresentam um caráter de determinação biológica das sociedades humanas, mas busca trazer reflexões para a vida humana a partir do entendimento de que humanos e natureza estão integrados, conforme propõem o Buen Vivir. A aplicação dos princípios no cotidiano perpassa por uma nova cultura em relação ao sistema capitalista propagado na atualidade. Para exemplificar melhor, pensemos no segundo princípio: capte e armazene energia. Uma sociedade capitalista pensa a ótica de acúmulo sobre uma lógica distinta: quanto mais bens forem adquiridos, melhor seu posicionamento e mais fácil a sua vida. Isso por que, conforme trazido por Franco da Costa e Montysuma (2016) ao abordar a racionalização do dinheiro, a organização na sociedade que faz com que os valores sejam pautados na questão financeira.

A captação e armazenamento de energia proposto pela Permacultura falam do necessário para uma vida (seja energia solar, o gasto energético do corpo humano entre outros), não sobre um acúmulo baseado na lógica financeira, de quanto mais se tem, melhor é. Em termos práticos, o rompimento favorecido por essa lógica faz com que se repense as práticas de trabalho, já que sua própria energia também é importante.

Tanto princípios éticos, quanto os princípios de planejamento são a base da cultura da Permacultura, sendo que a partir deles é pensada e organizada a vida dos permacultores e a propriedade rural. Essa é a base filosófica, que para a sua aplicação prática, utiliza ferramentas como o processo de zoneamento e setores e análise de elementos, que possibilitam a aplicação da Permacultura conforme será explicado a seguir.

5.1.3 Setores e Zonas – configurações de uma propriedade

Em relação ao esgoto ecológico, são utilizadas técnicas que possibilitam que cada casa possua seu próprio esgoto, nesse processo são utilizadas bananeiras que ajudam na degradação da matéria gerada pelo esgoto de pias de cozinha, chuveiro, pia de banheiro. As bananas produzidas nesse sistema são apropriadas para consumo humana. Essas técnicas, entre outras, objetivam “um ciclo fechado”, onde nada é desperdiçado e preocupa-se com o lixo produzido.

⁴¹ Conforme a nota de rodapé anterior.

O conhecimento idealizado pela análise setorial e a divisão através das zonas, são fundamentais para a organização estrutural proposta pela Permacultura. Essas são análises complementares (Soares, 1998), onde o potencial do local é melhor explorado devido a compreensão dos elementos presentes. A direção do sol, a incidência da chuva, os ventos e outros elementos de aspecto físico, com a presença de nascentes, características do solo e outros, são a base para a divisão dos setores.

A partir dessa leitura, que traz como resultados, por exemplo, o conhecimento de pontos de alagamento, horário em que o sol é predominante em um local, a direção e incidência do vento, são importantes para a construção de uma casa, entre outros. Para conhecer o local é necessário observar, agir de forma lenta, estudando o local durante diferentes períodos do ano.

Além disso, é possível identificar, por exemplo, a necessidade de intervenção devido à presença ou ausência de elementos. O que potencializa o melhor aproveitamento energético local e, futuramente, menor gasto energético humano. Uma casa bem planejada, pensado sobre o aspecto de incidência solar, de chuva, direção de vento e outros, pode significar a redução de custos com processo de aquecimento, medidas de combate a umidade entre outros problemas que podem surgir quando essa análise não é feita. O mesmo vale para a organização de todo o resto do espaço. Um cultivo, ou a estrutura para abrigar animais são exemplos que seguem a mesma perspectiva.

Com o conhecimento dessas questões, fica mais fácil planejar a organização estrutural eficiente e determinar a divisão das zonas utilizáveis em cada atividade a ser desenvolvida. O ponto inicial da propriedade Permacultural está situada na zona 0, onde será construída a casa. A partir daí define-se as demais zonas, que serão organizadas em forma crescente - de acordo com suas especificidades de uso - indo normalmente até 5. São pensadas de acordo com a necessidade de trabalho / intervenção humana, possuindo características e necessidades distintas. Conforme trazidas por André Luis Jaerge Soares (1998):

- Zona 0: A casa do permacultor. O ponto inicial, a partir de onde todas as demais zonas se organizam.

- Zona 1: A região mais próxima da casa, com interação diária. É nessa área que são cultivados os temperos usados diariamente na cozinha, por exemplo.
- Zona 2: Nessa área se concentram animais de pequeno porte e outros elementos que necessitam de um manejo frequente, mas com menor intensidade em relação a zona 1.
- Zona 3: Animais de médio e grande porte, cultivos que não exijam um manejo diário ocupam a zona três.
- Zona 4: Destinada a produção de madeira e floresta de alimentos, bem como a recuperação (em caso de área degradada). O manejo humano ocorre de forma rara.
- Zona 5: Concebida como área de contemplação, é uma região de pouca ou nada interferência. A floresta é entendida como um local onde é possível aprender sobre o funcionamento da natureza. Atende a necessidade de produção contra possível poluição sonora, preservação ambiental e uma barreira natural contra a dispersão de agrotóxicos usado por áreas vizinhas.

Para compreender como deve ocorrer a organização, de acordo com o estabelecimento dos setores e como as zonas funcionam, usamos o exemplo do sítio Curupira, de Simone e Gardel:

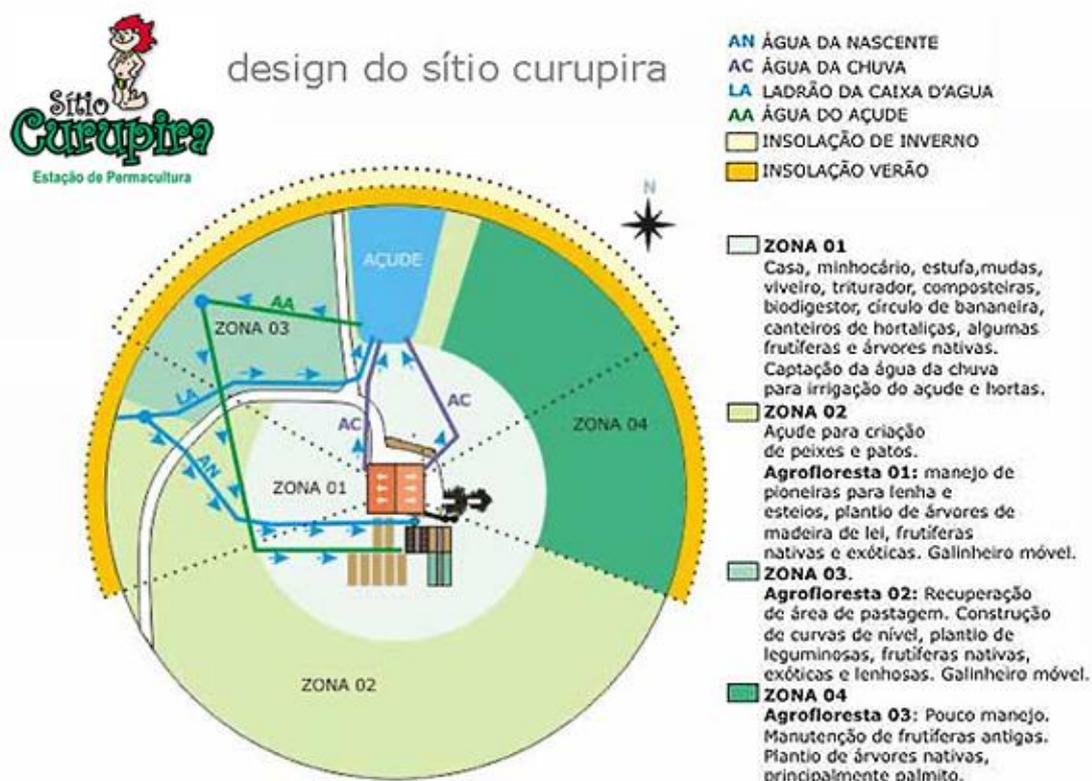


Figura 17 - Design do Sítio Curupira. Fonte: Gardel Silveira

A casa apresenta um papel fundamental no design, isso porque é compreendida a sua importância enquanto local onde o permacultor passará boa parte do seu tempo. “Uma casa sustentável seria uma situação ideal de baixo impacto ambiental, satisfazendo às necessidades dos usuários por um período tão longo quanto possível, atendendo às diversas dimensões de sustentabilidade (econômicas, culturais, sociais e ambientais)” (BONZATTO, 2009, p.23).

Vemos no auto do canto direito do desenho os elementos que correspondem ao processo de setorização, logo abaixo, as zonas, distribuídas ao redor da casa com o detalhamento dos elementos presentes em cada uma delas. A organização feita por Gardel e Simone nesse mapa contemplam até a zona 04, mas isso não significa que não exista a zona 05. Devido à localização geográfica da propriedade, a área que pertence a zona 05 corresponde a Floresta localizada no topo do morro onde se localiza o sítio do casal. Essa é uma região inexplorada, sem a presença de vizinhos.

O conhecimento sobre a área gera um melhor aproveitamento de seu potencial. A interação com o ambiente ocorre de modo em que há cortes de árvores, organização dos espaços de acordo com o seu potencial. Mas, uma vez que a busca é por uma vida harmônica, com uma produção suficiente para a vida, não há interesse em explorar (no sentido de retirar coisas) ao máximo o território.

A proposta da Permacultura, de acordo com seus princípios é voltada a diversidade de elementos, desse modo, não há como fazer Permacultura havendo monocultivo ou destruição de floresta indiscriminadamente. Isso porque elas cumprem uma função no design. Merece destaque o fundamento, que sua preservação é parte dos princípios que regem a Permacultura, através da perspectiva ecologista.

Isso não é sinônimo de “floresta intocada”, o manejo pode ocorrer, por exemplo, através do sistema agroflorestal, definido da seguinte forma:

Os sistemas agroflorestais constituem uma alternativa de produção agropecuária que minimiza o efeito da intervenção humana. Imitando o ambiente natural pela consorciação de várias espécies dentro de uma área, eleva-se a diversidade do ecossistema e são aproveitadas as interações benéficas entre as plantas de diferentes ciclos, portes e funções. (CARVALHO et al., 2004, p.01)

No design do Sítio Curupira o sistema agroflorestal está inserido na zona 4, onde ocorre a retirada de palmito e manejo de plantas nativas. A proposta de integração com a natureza, conhecendo seu funcionamento (através do processo de setorização) potencializa o desenvolvimento de uma cultura e modo de vida com menor impacto do humano em relação a natureza.

5.1.4 Análise de Elementos

O estudo que gera conhecimento do espaço a ser trabalhado (setorização), resulta em um mapeamento que integrado ao zoneamento auxilia na definição dos elementos que serão inseridos e em quais zonas eles ficarão. Compreende-se por elementos tudo o que será inserido e utilizado no espaço. Os cultivos, maquinários, animais entre outras possibilidades, são exemplos de elementos, na perspectiva da Permacultura.

A Permacultura pensa os elementos executando, ou melhor, cumprindo funções em cadeia no sistema produtivo de cada unidade que decide efetuar uma produção comprometida politicamente com a filosofia da Permacultura. Sendo assim, quanto mais função um elemento tiver, mais útil e viável é a sua inserção no design. Um exemplo comumente utilizado durante os cursos de Permacultura – Permacultura design course (PDC) é o da galinha. O animal é analisado enquanto elemento, a partir das várias funções que ela exerce no design, que compreende adubação do solo, predadora de insetos, ervas daninhas e pragas nocivas à agricultura; fornecedora de proteínas através de ovos e carne. Além disso, a manutenção que exige e o custo com alimentação, por exemplo, são baixos, já que ela pode se alimentar do que há disponível no ambiente de forma natural. Se a inserção de um animal, um produto ou um serviço pode ser visto como agregador de outros benefícios na “flor da Permacultura”, este é bem-vindo.

Essa lógica evita desperdícios e contrapõe à cultura de consumo fomentada pelo sistema capitalista. O que também modifica a necessidade financeira, já que as ações não são feitas de forma impulsiva, sendo avaliada a função, portanto, necessidade do que será adquirido. Vemos assim, um exemplo de como os princípios perpassam todo o processo, evitando os desperdícios como fomentado pelo princípio número 6: “*Não produza desperdícios.*”

A Permacultura possui múltiplos significados e possibilidades de aplicação, tanto em ambientes urbanos, quanto no meio rural. Além dos conceitos que abarcam uma questão filosófica (a ideia de cultura permanente), é possível verificar ideias práticas para atitudes cotidianos que nem sempre recebem atenção. Ao comprar ou alugar uma casa, por exemplo, o processo de setorização e zoneamento pode passar despercebido. Ou ainda, quando compramos algo (um elemento), não pensamos em mais de uma função para refletirmos sobre sua real utilidade.

Para dar continuidade ao debate, passamos agora a debater as pétalas da flor da Permacultura, integrando os temas que estão dispostos a seu redor.



5.2 Ambiente Construído

Os temas que integram o debate sobre ambientes construído são a Bioarquitetura, Construção com Barro e Palha, Autoconstrução e Design Solar Passivo. Esses assuntos estão presentes no debate sobre ambiente construído por serem resultado da ação do homem, entendendo essa como a premissa de definição de um ambiente construído.

Em relação a importância do assunto para o debate da Permacultura, apresentamos o relato de Mônica, que quando questionada a respeito da importância da Permacultura para a sua vida, disse:

Para mim foi a questão da autonomia. Né?

A virada de chave foi perceber que eram as ferramentas para trabalhar a autonomia na prática e sair do medo.

Porque a nossa sociedade é baseada na escassez e no medo.

A estratégia de controle social é o medo, marcando a escassez. E a Permacultura faz essa virada de chave, você sai da escassez, você se reconecta com os fluxos naturais, que são de abundância.

A Natureza é muito abundante, se você se reconecta com os fluxos da natureza, você se reconecta com a abundância natural. E automaticamente você sai do medo. Você sai da escassez, você sai do medo.

E isso é uma virada de chave, você sair dessa crença louco coletiva de que tudo é perigoso, de que você tem que se isolar das pessoas, porque essa separatividade é muito mais fácil de proporcionar medo, escassez, essa desconexão.

Então quando as pessoas se reconectam, se conectam a esse potencial produtivo, aprendem a produzir seu alimento, aprendem a construir sua casa...

Construir a sua casa é uma virada de chave, é um sentimento de poder, é um empoderamento tão forte que isso é uma virada de chave que não tem igual.

Então para mim, eu acho que é essa a virada de chave. CARAPEÇOS, Mônica. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

A questão da construção da própria casa é um dos assuntos mais difundidos pela Permacultura, pois possibilita algo incomum a maioria das pessoas, principalmente aquelas que estão vivendo em ambiente urbano. A abundância relatada por Mônica se

conecta com a questão da construção da casa por se tratar de uma Bioconstrução, que é a “construção de ambientes sustentáveis por meio do uso de materiais de baixo impacto ambiental, adequação da arquitetura ao clima local e tratamento de resíduos.” (PROMPT, 2008, p.09). Isso porque, os materiais utilizados para as bioconstruções feita por permacultores costumam ser aqueles disponíveis com abundancia na propriedade onde a construção será desenvolvida, como barro, madeira, pedras entre outros.

A Bioarquitetura é responsável pela construção de casas energeticamente mais eficientes que proporcionam melhor qualidade de vida por utilizar de estratégias de design que minimizam o consumo energético. Exemplo de como isso é feito é ao pensar na melhor forma de melhorar a circulação de ar, o que pode tornar a casa mais fresca, o que implica na não necessidade de instalação de um ar-condicionado. A utiliza de barro e palha minimiza o custo da construção da casa e nem por isso implica em construir uma casa com menor durabilidade.

Temos a tendência a associar a utilização de materiais como barro, terra, madeira, a construções de palafita comum em regiões de extrema pobreza. A proposta do tema de ambiente construído é utilizar esses mesmos matérias, acrescidos de novas técnicas, gerando autonomia e moradia de qualidade. O design solar passivo por exemplo, leva em consideração a incidência solar para promover o aquecimento do ambiente. Esses são conhecimentos que permacultores passam a adquirir a partir do momento em que fazem o curso de Permacultura (Permacultura Design Course – PDC), aprimorando conforme avançam em suas experimentações, trocas de conhecimento entre os pares e cursos de aperfeiçoamento. Sobre o assunto, apresentamos o relato do permacultor Jorge:

Quando eu comecei a trabalhar com a Permacultura, começo a ver todo esse conhecimento ancestral e compreender que determinadas condições que a casa tem que ter, que basicamente uma casa bem construída tem que ter segurança, ou seja, não pode cair na sua cabeça, tem que estar bem feita.

As estruturas, o sistema construtivo tem que ser bom nesse sentido e tem que ter conforto. Quer dizer, temperatura e umidade reguladas como devem ser.

Deve ser fresca no verão, quentinha no inverno, não pode ser muito úmida e nem excessivamente seca, e essas condições, a construção a convencional tinha.

Mas, por outro lado, o conhecimento tecnológico que hoje temos voltado para a Permacultura, o antigo com o novo, juntos e sistematizados, é possível fazer uma parede de barro que não racha. Que não junta barbeiro, que repele água do lado de fora, aqui quando chove, chove muito...

E então, tem um pouco da tecnologia, mas é onde aparece o cimento, aparece o ferro, aparece os mesmos elementos.

Mas o gasto de outra forma, eu não preciso fazer a casa 100% de ferro, posso fazer 5% de ferro e cimento e talvez sem ferro!

Usando bambu ou um ferrinho onde ele é extremamente útil.
 Então, se precisa eu faço uma viga de concreto, porque nessa circunstância, seja qual for, foi necessário.
 Mas não toda a casa tem estrutura de concreto, aramado com ferro.
 Então porque eu moro em uma casa de barro?
 Porque estou promovendo e mostrando que é possível ter uma casa de qualidade, com todas as qualidades que falamos antes, feito a partir do barro.
 Essa casa não precisa de ar condicionado no verão.
 Com a tecnologia moderna eu posso fazer uma casa de vidro, orientada para o sol, que não vou morrer de calor porque com o ar condicionado eu compenso o excesso de calor que vai criar esse feito estufa.
 Mas do ponto de vista lógico, do ponto de vista histórico humano, é uma burrice atômica fazer uma casa, primeiro amontoada, de 20 andares, de 180 andares, não somos pombos para morar um em cima do outro!
 e além disso, com a tecnologia que pode se achar bonita, prática para a indústria perfeita, fecha em todos os números, mas para o humano não é legal. Ainda que a tecnologia supra, quando um humano que vive em uma casa que tem a condição que falei antes, ela é um prédio de concreto e vidro, ela é segura? Sim, porque o prédio não cai. Ela tem um sistema e estrutura coerente? Sim, porque ela contém um volume que você pode morar dentro e é relativamente barata, comparado custo e benefício. Ela tem as condições de conforto? Sim, dito temperatura e umidade, pois você pode manter 70% da umidade e 22 graus da temperatura, com ar condicionado, com umidificadores, ou seja, com vários leitores tecnológicos.
 Do ponto de vista energético é viável? Não. Do ponto de vista humano, faz sentido? Nenhum. TIMMERMANN, Jorge. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

É importante pensarmos sobre a questão da bioconstrução, das casas feitas de barro, dos esgotos construídos pelos próprios permacultores e que cumprem a função de manejo de resíduos de suas residências, a utilização de banheiros secos, a existência de cisternas e outros para os quais não são dadas a devida atenção. Falamos de pessoas que possuíam boas condições socioeconômicas, curso superior e mesmo esses elementos favorecendo melhores condições de vida no meio urbano, em relação a pessoas em situação de vulnerabilidade social, baixa escolaridade e em situação de pobreza, se para quem tem boas condições de vida na cidade a busca pela qualidade de vida resultou em uma mudança de perspectiva, uma vida mais conectada com a natureza, devemos utilizar de políticas públicas para ampliar o acesso a esse conhecimento e possibilidades para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Não falamos de uma vida em sistema “tribal” no sentido (imaginário) de soltar pessoas na floresta e deixar que elas encontrem alternativas para sobrevivência. Tão pouco falamos sobre a utilização de latrinas, falta de saneamento básico, ou moradia de taipas. O foco é no repensar da nossa lógica social, baseada em aspectos consumistas

fomentados pela sociedade capitalista, compreendendo que vivemos um momento crucial para pensarmos em mudanças.

Compreender que casas de barro não são inferiores, são uma possibilidade. Entender que havendo condições e conhecimento, é possível ser feito seu próprio esgoto, construir sua casa usando suas próprias mãos. A fala dos permacultores apresentadas, em especial a da Suzana, ao relatar a relação com a vida e a morte demonstra a possibilidade de pequenas cidades oferecerem maior integração comunitária e uma dinâmica própria, possível por outra dimensão temporal.

Isso não significa que os dias nas pequenas cidades possuem mais horas, mas um trabalhador não precisa pegar dois ou três ônibus, atravessar a cidade para chegar ao seu trabalho. Menos tempo necessário para o deslocamento é um dos exemplos de coisas que implicam em uma modificação da dinâmica da cidade, favorecendo maior qualidade de vida para seus moradores.



5.3 Ferramentas e Tecnologia

Seguindo para a próxima pétala da flor da Permacultura chegamos ao tema de ferramentas e tecnologias, que contempla os debates sobre Energias Renováveis, Tecnologias Apropriadas, Transporte por Bicicleta, Reuso e Reciclagem. Podemos observar que há uma integração entre os temas propostos em diferentes pétalas pensando no exemplo da pétala debatida anteriormente, ambiente construído, que também pode abordar a questão de energias e tecnologias apropriadas integradas ao tema de bioarquitetura.

Em relação as energias renováveis, Pacheco (2006) traz que:

No âmbito das discussões sobre a questão energética, aprofundada pelo cenário internacional de escassez do petróleo e pelas mudanças no clima, ocasionadas pela queima de combustíveis fósseis, surgem pesquisas e estudos técnicos, econômicos e de impactos socioeconômicos e ambientais de empreendimentos de energias alternativas ou renováveis voltados para o desenvolvimento de alternativas na produção de energia, a partir de matéria orgânica de origem animal e vegetal, a biomassa; a partir da força dos ventos, a chamada energia eólica; através da captação da luz do sol, a energia solar, e a partir de pequenas centrais hidroelétricas, as quais atendem a demandas em áreas periféricas ao sistema de transmissão. (PACHECO, 2006, p.04)

A Permacultura apresenta em seus princípios de planejamento 3 princípios que se enquadram no debate a respeito da questão energética: capte e armazene energia; utilize e valorize recursos e serviços renováveis; evite desperdício. Isso ocorre pelo entendimento ampliado a respeito do que é considerado energia (onde se debate também sobre a energia humana no sentido de força de trabalho, saúde e alimentação). Mas o debate parte da percepção do desperdício e uso indevido de fontes não renováveis de energia e, portanto, não sustentáveis (no sentido de apresentar a possibilidade de permanência).

Em relação as alternativas de produção energética, Holmgren (2013) apresenta a seguinte questão:

Fontes importantes de energia são atualmente pouco utilizadas, mas estão geralmente disponíveis para a produção de uma maior autossuficiência pessoal ou local:

- Energia solar: a desidratação simples de madeira, colheitas, o design solar passivo, e aparelhos como secadores, aquecedores de água e painéis fotovoltaicos.
- Energia eólica: bombeamento e geração de energia.
- Biomassa: o manejo sustentável de árvores e florestas para combustível e material de construção.
- Água de escoamento superficial: irrigação, aquicultura ou geração de energia. (HOLMGREN, 2013, p. 89)

Ao exemplificar as fontes de energia que considera importante e pouco utilizadas, podemos compreender melhor o entendimento do que é energia, entendemos que não se trata só de energia elétrica, mas de possibilidades energéticas capazes de suprir necessidades para as quais usamos energia elétrica, gás natural ou petróleo. Exemplo disso está na utilização de energia solar para desidratação de madeiras, colheitas e o design solar passivo.

Em relação ao reuso e reciclagem, o fato de termos o reuso disposto no item antes da reciclagem já indica que a prioridade é pela utilização de materiais que possam ser

reutilizados depois, o que diminui o consumo de plástico. Aquilo que não for possível reutilizar, o indicativo é de que seja reciclado. Uma das questões que a Permacultura traz como reflexão é sobre o consumo inconsciente de plástico, através das embalagens. Um exemplo que podemos citar é sobre uma caixa de chá comprada em qualquer supermercado. Uma simples caixinha de chá demanda uma alta produção de plástico e papel que não percebemos por estarmos alienados em relação ao seu processo de produção.

É comum que a caixinha de papelão, com os sachês de papel onde a erva do chá está acomodada sejam embaladas com plástico, cada sachê de chá também conta com uma embalagem de plástico individual. As caixas de chá antes de chegar ao consumidor final, que irá utilizar uma sacola plástica para levar a caixa de chá para casa, são acomodadas com outras caixas em caixas maiores, que podem ainda ser envolvidas em plástico e também demandam de combustível fóssil para seu transporte, além de todo processo que envolve a sua cadeia de produção industrial que desconhecemos.

Boa parte das ervas utilizadas para fazer chás podem ser cultivadas em vasos necessitando de pouco espaço de terra. E a utilização de infusores de chá feitos de material reutilizáveis implicaria na diminuição do impacto gerado pelas caixas de chá. O mesmo vale para garrafas descartáveis de água e outros produtos que são consumidos sem que se tenha consciência do impacto ambiental gerado.

Em relação a utilização de bicicleta, a proposta é pensada na diminuição da utilização de combustíveis fósseis, mas também implica em menor demanda por automóveis, que para a sua fabricação geram um impacto muito maior do que uma bicicleta. Isso não implica em ser contra a utilização de carro, mas sim na compreensão de que um carro pode ser substituído por uma bicicleta em várias ocasiões, trazendo benefícios tanto para quem usa a bicicleta, quanto para o ambiente.



5.4 Cultura e Educação

A pétala correspondente ao tema de cultura e educação apresenta os seguintes temas: Pesquisa-Ação, Leitura da Paisagem/Espírito do Lugar, Educação em Casa/Escolas Waldorf, Arte e Música Participativas.

Talvez o tema que mais gere questionamentos seja referente a educação em casa, por isso iniciamos o debate sobre ele. A proposta de David Holmgren parte de uma perspectiva de superação ou oposição ao sistema capitalista, tendo isso em vista, é importante debater sobre os impactos do sistema capitalista na educação formal. Nessa lógica “a educação e a escola constituem uma das condições gerais de produção e reprodução da força de trabalho” (SANTOS, 2004, p.80). Isso implica no reconhecimento dos problemas estruturais presentes no processo de educação formal, mas também é necessário reconhecer que a educação em casa pode gerar principalmente em países de intensa desigualdade social, compreendendo a lógica liberal.

De acordo com Vasconcelos (2017):

[...] romper com a relação compulsória entre todos os sujeitos e a escola talvez contenha um risco maior do que aqueles já indicados pelo projeto neoliberal de reformas, uma vez que a aspirada liberdade de escolha pode deixar lacunas que, na desincumbência do Estado, permitirão a ascensão de outros espaços de profusão ideológica, espaços esses, talvez, mais difíceis de serem dissecados e analisados em suas fragilidades, do que a escola. (VASCONCELOS, 2017, p. 140)

É necessário lembrar que o debate sobre a inclusão da Permacultura em políticas públicas objetiva a busca pela emancipação humana e superação do sistema capitalista tendo como foco a qualidade de vida sob a ótica do Buen Vivir. Com isso, alcançar a possibilidade de uma educação em casa que não resulte na desobrigação do Estado é

problemático, pois incide no fortalecimento de um projeto ao qual somos contrários. Mas, ao analisar os argumentos de Holmgren (2013) que diz que:

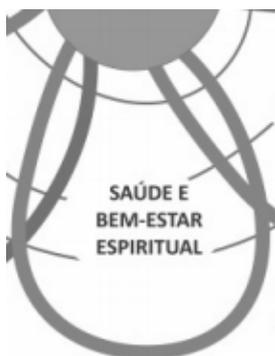
Hoje é comum ouvir a sugestão de que a educação e o treinamento apropriados são a chave para permitir às pessoas contribuírem para um mundo mais sustentável. Apesar de reconhecer o valor do treinamento e da educação formais e dos meios de comunicação, eles também são parte do problema na medida em que atrapalham uma conexão e uma experimentação mais direta do mundo natural por meio da observação e da experiência. (HOLMGREN, 2013, p.76)

Vemos então que a crítica do autor está relacionada as limitações e privações impostas pela educação advinda do ensino formal, o que pode ser compensado com mudanças metodológicas, como a que as escolas Waldorf propõem, com uma pedagogia apontada por ele como uma possibilidade na medida em que está inserida no debate da pétala sobre cultura e educação. Em relação a proposta das escolas Waldorf, Romanelli (2008), explica que:

Escola Waldorf estrutura sua ação educativa considerando essas características, de maneira a proporcionar o despertar da individualidade e o desenvolvimento das potencialidades próprias da fase em que se situa o aluno. É preciso lembrar que uma das premissas dessa pedagogia consiste em contemplar o desenvolvimento saudável e harmonioso do pensar, do sentir e do querer, entendendo a integralidade do ser humano em suas dimensões física, psíquico-emocional e espiritual. (ROMANELLI, 2008, P.147)

O despertar da individualidade não se configura enquanto uma perspectiva individualista, mas tenciona o fato de a educação formal seguir uma perspectiva hegemônica comum ao sistema capitalista que acaba por não compreender as singularidades que diferem estudantes e exigem abordagens que possibilitem o seu desenvolvimento, compreendendo que cada pessoa possui habilidades, facilidades e dificuldades que são únicas.

Em relação a proposta de arte e música participativas, o objetivo é portar o público mais participativo ao ser inserido de forma ativa e interativa na atividade artística desenvolvida, o que também amplia as possibilidades de conhecimento vindos do processo de experenciação defendidos por David Holmgren como importantes para a educação e cultura.



5.5 Saúde e Bem-Estar Espiritual

O item de saúde e bem-estar espiritual contempla Yoga e outras práticas de corpo/mente/espírito, Medicina Holística, Parto em Casa/Morte Digna. Esses são temas que podem gerar desconfiança ao não contemplarem aspectos de saúde voltados para uma medicina tradicional, mas é preciso compreender que parte deles está relacionada a processos preventivos de saúde. Em relação ao bem-estar espiritual, Holmgren (2013), acrescenta que:

A separação entre Igreja e Estado como resultado do Iluminismo europeu e o hiato cada vez maior entre o materialismo científico e a espiritualidade tradicionalmente recebem o crédito pela redução de conflitos sociais, opressão e superstição que dominavam muitas sociedades nas quais esses aspectos aparentemente incompatíveis da vida estavam integrados. A segregação entre espiritualidade e materialismo no mundo moderno deu à humanidade a chance de fazer um balanço do conflito entre essas partes opostas de nós. Nessa medida, a modernidade foi um estado útil, mas não sustentável, para humanidade. (HOLMGREN, 2013, p. 265)

A Permacultura não prega nenhuma religião, mas contemplando o item de bem-estar espiritual apresenta um elemento que vai além da racionalidade humana e científica. Isso porque aborda a importância do conhecimento holístico, conexão com a Terra e consigo mesmo, o que pode ser alcançado tendo religião, ou não. Não se trata do questionamento da existência de Deus e nem a Permacultura em si pode ser vista como aspectos que assemelhem a uma religião ou seita a ser seguida, mas a busca pelo bem-estar na Permacultura perpassa a busca por equilíbrio, semelhante ao yin e yang da filosofia oriental.

Compreendendo o holismo como uma busca pelo entendimento dos fenômenos de um aspecto amplo, a medicina que segue essa perspectiva pensa para além do problema manifestado e medicamentos que possam solucionar. Busca as causas psicossomáticas e sociais que interferem para a existência do problema, compreendendo que estilo de vida pode interferir na existência de problemas físicos. O que nos leva ao relato de Gardel:

Eu vou te falar um aspecto: eu sempre procurei uma série de tratamentos alternativos para uns problemas que eu tinha psicológicos, que atingiam o corpo.

Fiz terapia, meditação, Aikidô, uma série de coisas quando a gente estava na cidade e depois quando a gente se mudou para o campo eu abandonei, eu não precisei de mais nada.

O fato de a gente estar aqui, só a nossa alimentação já complementa. Isto é: eu tinha que fazer um esforço muito grande até físico, mental, para viver naquele sistema da cidade. Para nós foi um salto muito grande em relação a isso. E esse é só um dos aspectos. SILVEIRA, Gardel dos Santos. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

Um dos pontos importantes levantados por Gardel, que relata sua melhora de saúde quando se mudou para a área rural é o ritmo/organização da vida na cidade, que geram estresse, muitas vezes impossibilitam uma alimentação de qualidade resultando no adoecimento populacional por esses e outros fatores. O bem-estar espiritual nessa perspectiva refere-se a possibilidade de gozar de um ambiente de tranquilidade que só é proporcionado nas cidades para quem possui uma renda alta suficientemente para pagar pela alimentação de qualidade (que é mais cara) e usufruir de momentos de lazer sem preocupação com contas a serem pagas. Por isso, ampliar o acesso a Permacultura, possibilitando através de políticas públicas que famílias de baixa renda tenham acesso ao conhecimento, terra e material necessário para o seu desenvolvimento, implica em uma possibilidade de oferecer melhores condições de bem-estar também espiritual.

Quando fala de parto em casa, a proposta da Permacultura não é sobre a precarização ao acesso a saúde, mas a ampliação de práticas que já são desenvolvidas por pessoas que tem acesso por conta da melhor renda financeira (semelhante a questão do bem-estar espiritual), surgindo “como reação à fragmentação e despersonalização da assistência hospitalar durante o parto, o parto domiciliar planejado é uma modalidade que vem se ampliando nas regiões urbanas brasileiras” (COLACIOPPO et al., 2010, p.82).

O mesmo vale para a ideia de morte digna, que envolvem a prática de cuidados paliativos em casos terminais, que já é uma prática difundida pelo SUS e proporciona

dignidade para uma morte sem dor, com assistência médica e psicológica para a pessoa doente e familiares, que tem acesso ao doente quando hospitalizado.



5.6 Economia e Finanças

O tema de economia e finanças contempla Sistema LETS, Intercâmbio WOOfing, Agricultura por Encomenda, Investimento Ético. Temas esses que estão relacionados a organização de finanças não destinadas ao cumprimento de uma lógica capitalista de acumulo. O Sistema LETS, cuja sigla vem da expressão em inglês “Local Exchange and Trading System” (Sistema de Intercâmbio e Comércio Local), criado no Canadá, no ano de 1983. Propondo uma ética de solidariedade e ajuda mútua. De acordo com Samitier (2014):

He escogido el título de "Redes de Ayuda Mutua y Trueque Local. El futuro en nuestras manos" porque son efectivamente un medio de recuperar el poder de decisión sobre cosas esenciales que nos afectan en el campo económico y social. Recuperar el poder que se ha ido centralizando en bancos, gobierno y multinacionales, recuperar el medio ambiente, el sentido de comunidad, la cooperación y la colaboración. (SAMITIER, 2014, p.04)

A proposta do sistema LETS, ao pensar de forma local criando uma moeda social para a comunidade onde será inserida, fomenta a organização e colaboração das comunidades, fortalecendo as relações locais, descentralizando o domínio econômico de grandes instituições, podendo ser desenvolvida de forma legal. Os participantes do sistema adquirem mais moedas na medida em que oferecem e contratam serviços pelo sistema. Quando a Permacultura apresenta o seu princípio ético relacionado ao da partilha

justa, pode estar integrado a proposta do sistema LETS, onde o excedente da produção será trocado dentro desse sistema, possibilitando a aquisição de alimentos, materiais e serviços disponível na comunidade local, suprimindo necessidades.

Essa mesma perspectiva antissistema também percebida pela proposta do Intercâmbio WOOing, que possibilita o intercâmbio de voluntários e agricultores de diferentes países em fazendas de agricultura orgânica, visando uma educação ecológica, troca de experiências e o fortalecimento da agricultura orgânica⁴². A proposta do intercâmbio apesar de muito relevante, é algo distante para a realidade social de grande parte da população brasileira e demais países latino-americanos. Por outro lado, a possibilidade da agricultura por encomenda, pode resultar em projetos como o da “Comunidade que sustenta a agricultura”, onde os consumidores finais assumem juntamente com os produtos a responsabilidade sobre a produção de agricultura.

Pensar em Investimento ético, é fomentar reflexões e ações como a do sistema LETS, que compreende como lucro a supressão das necessidades locais, que colocam a comunidade em um processo de reflexão e ação voltada para o fortalecimento e superação de questões diante da sua realidade, pensando na sua população. O agir local implica em uma organização que, devido à dimensão e envolvimento, é mais fácil de gerir, e somada a outras ações descentralizadas do Estado, fomenta melhorias que podem ser percebidas em uma escala maior, sem descaracterizar as singularidades de cada comunidade.

Além disso, quando falamos de economia e finanças temos que refletir a respeito da diminuição de custos que gera para famílias a possibilidade de deixar de pagar aluguel tendo uma propriedade rural vinda da reforma agrária, que por mais que possa ser suprida por programas sociais de moradia, a menos que ocorram iniciativas que garantam renda e alimentação, não são suficientes para atender as necessidades humanas.

Essa questão nos leva ao relato de Suzana em relação a diminuição de custos ao mudar-se para a área rural:

Sair da cidade e morar no campo foi uma coisa absurdamente libertária, e a gente não sabe o quanto que a gente gasta menos, a gente não tem noção.

⁴² Conforme as informações disponibilizadas no site oficial do sistema de Intercâmbios WOOing. Disponível em: < <https://wooof.net/> > Acesso em 27 out. 20.

Na hora que eu sai de Florianópolis e fui morar em Ivy Porã, as nossas despesas, ainda mantendo a casa de Florianópolis, desceu 40% só de sair da casa e não ir todo dia para a cidade.

Na hora que nós fechamos a casa, caiu 60%, ou seja, hoje eu gasto 40% do que eu gastava em Florianópolis.

E não estou considerando com as filhas já fora de casa, ou seja, eu e Jorge em Florianópolis, nós vivemos com 40% do que a gente gastava.

Isso que nós pagamos plano de saúde, porque nós dois estamos velhinhos, que é o mais caro do nosso orçamento.

Então, o vir viver no campo é uma coisa assim: você quer fazer? Você faz.

Você não quer fazer? Você não faz. Como nós estamos em uma situação tranquila, eu posso ver as plantas crescerem, eu posso esperar a fruta dar, porque eu estou em um outro momento de vida. MARINGONI, Suzana. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

É comum que permacultores, a exemplo do caso de Suzana e de seu companheiro Jorge, usufruam da aposentadoria vivendo em propriedades rurais, que, tendo o conhecimento para produzir boa parte da sua alimentação, vendendo o excedente para manutenção das suas necessidades, podendo construir sua própria casa, coletando água em cisternas e aproveitando da energia solar para aquecimento, entre outras coisas, passam a usufruir de uma qualidade de vida que não seria possível no contexto urbano, ainda mais se pensarmos em grandes centros.

A qualidade de vida pode ser percebida quando Suzana relata ter opções ao dizer que faz aquilo que quer, além de usufruir de tempo para acompanhar o crescimento das plantas, esperar as frutas estarem boas para ser colhida, o que inverte a lógica fomentada por grandes centros, que acabam gerando custos que podem ser traduzidos por menos tempo, menos opções e possibilidades de escolhas para aqueles que estão submersos na vida urbana.



5.7 Posse da Terra e Governança Comunitária

A sexta pétala contempla os assuntos referentes a posse de terra e governança comunitária apresentados pelos temas de Resolução de conflitos, Coabitação, Cooperativas, Bancos de sementes. Esse tema está intimamente relacionado com o tema da pétala anterior de economia e finanças, ao referir-se a questões debatidas como assuntos de Estado, mas apresenta uma perspectiva mais voltada para aspectos políticos do que econômicos.

O primeiro tema relacionado a ele é o de resolução de conflitos, que compreendendo se tratar da mediação e solução de desacordos e desentendimentos por partes distintas, acaba por influenciar no desenvolvimento dos demais. A resolução de conflitos pode ser feita através de técnicas diferentes voltadas para o atendimento dessa demanda. O mais relevante sobre o assunto nesse momento e contexto não é determinar como isso será feito, mas sim compreender que ele assume um papel de importância para uma proposta de Permacultura.

Em relação a coabitação, que podem ser compreendidas como uma modalidade de expansão dos núcleos familiares, temos mais pessoas se responsabilizando e colaborando com a criação das crianças e desenvolvimento das atividades necessárias para a manutenção do lar. Essa proposta foge a organização da família nuclear, assumindo um caráter comunitário de responsabilização. E, “apesar dos enormes desafios na recriação da comunidade, o interesse cada vez maior por ecovilas e coabitação como parte da visão Permacultural representa o reconhecimento implícito do problema que a família nuclear é muito pequena em escala para muitos aspectos de uma vida ecológica.” (HOLMEGREN, 2013, p.232)

A ampliação para um caráter comunitário da organização dos núcleos familiares, segue a perspectiva presente em muitas comunidades indígenas, de onde a Permacultura traz sua inspiração, compreendendo que a organização familiar presente nas sociedades ocidentais não é suficiente para suprir as demandas de uma vida Permacultural:

A morada e a família humana que ela contém são análogas ao núcleo de uma célula, que provê o controle, o manejo e as informações para a reprodução celular. Famílias podem ser vistas como “em reprodução” quando os filhos deixam o lar e estabelecem o seu próprio. Novamente, faz sentido que haja um limite superior além do qual o tamanho da família não funciona bem. Ironicamente, no mundo ocidental, nossas famílias são muito pequenas para serem eficazes na produção e na preparação de alimentos, assim como em outras funções. O mais tradicional lar familiar estendido contendo entre cinco

e 15 membros era grande o suficiente para manter de maneira eficaz muitas das funções que focalizamos na autossuficiência Permacultural. (HOLMEGREN, 2013, p.232)

A organização social de forma ampliada dos grupos deve ocorrer de modo a suprir as necessidades locais, o que pode ser desenvolvido em diferentes escalas. Para a vida em uma propriedade rural baseada na Permacultura, temos a coabitação, para a manutenção financeira, podemos ter medidas como a de uma cooperativa. Sendo a cooperativa um sistema já difundido de forma ampla, a organização de cooperativas é uma alternativa de fortalecimento de pequenos produtores, que juntos adquirem força em termos de quantidade produtiva, sem gerar necessariamente os mesmos impactos de grandes monocultivos.

A proposta do banco de sementes também parte segue essa perspectiva de fortalecimento comunitário que levanta a questão de governança por assumir o caráter de organização socioeconômica e política de perspectiva local. O banco de sementes protege a biodiversidade local, sendo literalmente um banco de armazenamento de sementes nativas, que podem ser intercambiadas por outras comunidades, funcionando como uma garantia de manutenção de sementes de boa qualidade.



5.8 Manejo de Terra e da Natureza

A última pétala a ser apresentada debate sobre assuntos relacionados a agroflorestas, coleta/agroestrativismo, agricultura orgânica e bioagricultura. Nessa pétala vemos práticas de cultivo de menor impacto ambiental, maior diversidade biológica, que fomentam/possibilitam práticas comunitárias e integrativas. Como agroflorestas

podemos compreender local onde o sistema agroflorestal é implantado. Os sistemas agroflorestais podem ser definidos como:

[...]sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes (árvores, arbustos, palmeiras) são manejadas em associação com plantas herbáceas, culturas agrícolas e/ou forrageiras e/ou em integração com animais, em uma mesma unidade de manejo, de acordo com um arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações ecológicas entre estes componentes. Nesses modelos de exploração agrícola são utilizadas culturas agrícolas e/ou pastagens com espécies florestais. Essas últimas são partes fundamentais e devem integrar tais sistemas de exploração, portanto, a não ocorrência de espécies florestais não caracteriza a exploração agrícola como agroflorestal e sim como sistemas de consorciação de culturas agrícolas ou integração lavoura pecuária. (ABDO et al., 2008, p.51)

Vemos que a proposta da agroecologia consiste na combinação de vários cultivos, combinados com árvores, arbustos entre outros, fugindo da proposta de monocultivo caracterizada pela presença de apenas um cultivo, o que diminui a biodiversidade local e pode gerar problemas como o empobrecimento de solo. Exemplo comum de monocultivo é a plantação de soja e outros grãos destinados à exportação.

Outra prática apresentada é a de coleta/agroextrativismo que consiste na prática extrativista desenvolvida de forma complexa, combinando a extração em árvores, cultivos, peixes entre outros. Temos também a bioagricultura, que consiste em um sistema de agricultura com produção ecologicamente correta e a agricultura orgânica, que implica no plantio sem a utilização de agrotóxicos.

Todas essas práticas baseiam-se em uma relação de dependência da natureza, com a compreensão dos problemas gerados pela exploração e desassociação do humano com o ambiente. Buscam não apenas a garantia de menor impacto ecológico, mas também menor impacto na vida humana, por fomentarem a não utilização de agrotóxicos nocivos à saúde humana bem como de outros animais.

5.9 Permacultura no Brasil, um breve histórico.

Para compreender como a Permacultura chegou e se organizou no Brasil, começamos com o relato de Sérgio Pamplona. Ele teve um grande envolvimento com os difusores da Permacultura no Brasil, compondo o quadro editorial da extinta revista

“Permacultura Brasil”, que foi publicada no período de 1998 a 2004, tendo ao todo 16 exemplares onde a Permacultura era divulgada⁴³.

A Permacultura chega no Brasil por volta de 92. Mas acho que cada um vai te contar uma história diferente, mas se não me engano foi em 92, que teve esse PDC do Bill Mollison e tudo mais...

Das pessoas conhecidas que fizeram e que estão mexendo com isso (que fizeram esse pdc) tem o Cláudio Sanchotene, teve também um cara do sul, Flávio Pain, se não me engano foi ele que trouxe o Bill Mollison, eu acho.

Inclusive está no facebook, mas ele não trabalha com Permacultura mais...

Dá primeira geração, os que fizeram Permacultura, que tentam botar em prática, o Cláudio Sanchotene, a Marcha Henzi, que foi para Bahia e lá desenvolveu belos trabalhos.

Fez muita coisa legal! Criou um instituto, que hoje em dia ela não está mais nele, o Instituto continua. Então isso é muito desafiador e parece que não vai muito na linha do que nós, brasileiros, fazemos. Parece que a gente personaliza demais, se a pessoa não está, a coisa desmorona. E o Instituto de Permacultura da Bahia, a Marsha conseguiu fazer, criar, ter as pessoas tocando e ele a não faz mais parte disso. Se aposentou nesse sentido, foi morar no sertão para ter um desafio maior...

E há várias pessoas que vieram na sequência. O Ali Sherif estava chegando na Bahia, um bom tempo depois, eu acho. A Marsha chegou em 93 e ele veio pelo norte, por Manaus, depois, trazendo o Instituto de Permacultura do Amazonas, ao mesmo tempo o André Soares estava chegando e houve o encontro deles. PAMPLONA, Sérgio Borges Paim. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

A definição do que Sérgio explica como gerações, Jorge traz como ondas da Permacultura. Falando a respeito de quando ele, Jorge, conheceu a Permacultura, diz que:

Isso foi em 97, quando apareceu esse folder. Conheci André Soares que voltava para o Brasil de uma viagem pelo mundo de muitos anos. TIMMERMANN, Jorge. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

O folder citado por Jorge explicava a Permacultura. Aqueles que, como ele, fizeram o curso explicado no folder são os responsáveis pela segunda geração, conforme Pamplona relata, ou, na fala do Jorge, a segunda geração da Permacultura:

Se estabelecia o que chamamos de segunda onda da Permacultura no Brasil. TIMMERMANN, Jorge. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

Jorge continua sua explicação sobre a difusão da Permacultura e chega em um ponto de grande importância para as nossas reflexões:

⁴³ Os exemplares estão disponíveis digitalizados através do endereço: <<https://permaforum.wordpress.com/category/revista-Permacultura-brasil/>> Acesso em 18 de maio de 2018.

[...] Isso começa mais ou menos em 97 ou 98, quando o governo nacional através do PNFC, começa suas atuações.

Aí, contrata André Soares e vários permacultores que estão juntos com ele, todos na Amazônia.

Bom, eu tive a sorte de ser convidado para fazer um curso na Amazônia, internacional com Geoff Lawton, com a escola direta de Bill Mollison, primeiro discípulo dele. TIMMERMANN, Jorge. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

Nesse trecho da entrevista de Jorge Timmermann é possível observar que as ações desenvolvidas por meios de uma política pública foram de extrema importância para a difusão da Permacultura no Brasil, uma vez que é com o curso promovido em parceria com o Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável – PNFC, citado por Jorge, um projeto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que o curso de Design de Permacultura foi realizado na Amazônia no ano de 1998.

Jorge Timmermann compôs o grupo de Permacultores responsável pela criação de institutos que se espalharam pelo Brasil, com o intuito de difundir a Permacultura. Após a segunda geração/ onda, da qual ele faz parte, a Permacultura ganhou novos adeptos, não havendo um consenso a respeito da onda em que estamos no presente momento. A respeito dessa organização, Jorge ainda explica que:

As ondas não passam por cronologia só, passam por quem está dando curso. Então, todos os discípulos de Bill Mollison de alguma forma, são a primeira onda. No caso do Brasil, aquele curso de 92.

A segunda se deu com esses 6, 7, 8 permacultores que estão dando curso, criam uma segunda onda, que não queremos separá-la por algum outro valor que não seja simplesmente a história. A história nos levou ver na medida em que as pessoas fizeram o curso. TIMMERMANN, Jorge. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

Jorge também explica sobre as linhagens da Permacultura Brasileira:

[...] O único importante disso, que é o resgate de todo o último que estou falando, é que cada pessoa que dá um curso e assina um certificado. Essa pessoa não tem poderes sobre quem fez o curso. Pois nossa ideia é você é o mestre de quem fez aquele curso, não? Professor é justamente aquele idolatrado por todos os alunos. Aqui não, isso é diferente.

Você disponibiliza um conteúdo em um PDC, para que as pessoas se apropriem dele e saiam a funcionar. E você se torna de certa forma, um ajudante, um acompanhador.

Você acompanha o processo dessa pessoa, com toda a responsabilidade. Se você formou e falou tudo que falou, agora ajuda, acompanha, para que ele possa fazer e resolver os seus primeiros passos. Você não fica em cima dele, você fica ao lado dele!

Então, você cria uma linhagem que é o justo revés da linhagem de poder. A linhagem é tua responsabilidade perante quem fez o curso. Você fala bobagens e fez o curso comigo? Quem é o responsável? Sou eu! TIMMERMANN, Jorge. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

Dessa forma, de acordo com quem você fez o curso, além da onda a qual você pertence, definirá sua linhagem de acordo com os discípulos de Bill Mollison responsáveis pela disseminação da Permacultura no Brasil. Essa definição é de difícil organização em relação as ondas, mas de mais fácil controle em relação as linhagens.

Preocupados com isso, Suzana e Jorge oferecem um curso de formação para instrutores de Permacultura, destinado a pessoas que recebem indicação para participar. Não é um curso aberto e nem ocorre com frequência, mas é compreendido como a possibilidade de manter a qualidade do que e como é ensinado. Além disso, eles procuram dialogar e reunir permacultores, como o caso do PERMAENCONTRO para dialogar sobre a necessidade de manter a qualidade do que é ensinado.

Nas palavras de Suzana:

A gente também entende que é a coisa de manter a linhagem e o rigor, e pensar: bom, o que a gente precisa passar, como a gente pode colaborar com a Permacultura? É formando bons instrutores de Permacultura! Então a gente faz esse curso, mas só a cada 2, 3 anos e só de permacultor que saiu da teoria. É um curso que não aparece divulgação, é um curso que as pessoas são convidadas. Ou porque fizeram curso com a gente e a gente sabe qual é o caminho dessa pessoa, ou indicado por permacultores conhecidos. Por exemplo, a Marsha Hanzi já indicou duas pessoas para fazer. O Sérgio e a Mônica indicam gente para fazer. MARINGONI, Suzana Martins. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018

Podemos observar que a Permacultura foi introduzida no Brasil na década de 90, ganhando adeptos o suficiente para que seja pensado em gerações / ondas e famílias. A preocupação com a qualidade, bem como a caracterização ou o sentimento de pertencimento (em relação ao mestre), aponta para uma interrelação estabelecida entre os instrutores e os instruídos, bem como para o compromisso de cumprir os princípios da Permacultura.

Sendo uma ferramenta eficiente para o planejamento de assentamentos humanos sob uma ótica ecologista e com uma filosofia que busca uma relação harmônica entre espécies e o planeta, a Permacultura apresenta um caráter de fácil disseminação, a exemplo do que ocorreu no Brasil, mas que ainda conta com pouca divulgação.

Conforme ficou evidenciado na fala de Jorge, vimos que a Permacultura foi inserida no campo das políticas públicas logo que sua disseminação começou no Brasil, ainda na década de 1990. Outras ações também relacionadas a políticas públicas também ocorreram posteriormente, o que será apresentado no tópico a seguir.

5.10 A aproximação da Permacultura com as políticas públicas

Sérgio, um dos nossos entrevistados, no tópico anterior a esse relatou que a Permacultura chegou no Brasil por volta de 1992. Pensando na dimensão continental do Brasil e na dificuldade de propagar informações comum ao período que antecede a popularização da internet, que é a partir de 1995 que se dissemina de forma extensa pelo Brasil⁴⁴, precisar com exatidão o início da Permacultura no Brasil é uma tarefa difícil, mas da mesma forma que Sérgio relata a história do início da Permacultura brasileira, temos outras referências, como Mendes (2010), Henderson (2012), Silva (2013) e Ferreira Neto (2017), que relatam a mesma trajetória.

Sua chegada é marcada pelo primeiro PDC oferecido em solo brasileiro, contando com a presença de Bill Mollison, criador da Permacultura, como instrutor do curso. Mas é por meio do Projeto Novas Fronteiras da Cooperação Para o Desenvolvimento Sustentável, do Ministério da Agricultura e Abastecimento que temos a vinculação da Permacultura a ações da esfera pública.

De acordo com o Soares (1998):

A Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, por meio do PNFC- Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável, adotou a Permacultura como metodologia de trabalho destinada à agricultura familiar, por ser um método de trabalho e de desenvolvimento adequado às condições climáticas, ambientais e sociais do Brasil. Dentro do paradigma da sustentabilidade, almeja-se desenvolver e implantar sistemas Permaculturais de produção e comercialização em organizações associativistas, apropriados a cada bioma do País. (SOARES, 1998, p.03)

⁴⁴ Apesar da internet ter chegado no Brasil no ano de 1989, é apenas em dezembro de 1994, quem a Embratel iniciou um projeto piloto de internet discada. Conforme informações disponibilizadas em: ESCOLA, Equipe Brasil. "Internet no Brasil"; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/informatica/internet-no-brasil>>. Acesso em 27 de dezembro de 2020.

A disseminação da Permacultura vinculada a um projeto de ação do Estado, por meio de uma política pública, resultou na realização de PDCs, como o que foi responsável pela certificação de Jorge, um dos nossos entrevistados, o PNFC, contava com a atuação de André Luis Jaeger Soares, permacultor e responsável pela organização dos PDCs e pela elaboração da cartilha “Conceitos Básicos sobre a Permacultura”.

O Projeto Novas Fronteiras da Cooperação Para o Desenvolvimento Sustentável, era vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, tendo sua instituição e desenvolvimento vinculado ao plano de ação do período de 1990 a 1999, que buscava atingir os “Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio”, além de avançar a respeito das necessidades humanas para o desenvolvimento de países.

A questão ambiental ganha força nesse período em decorrência do forte debate que se fazia em diferentes países, a preparação, execução e em decorrência do evento “ECO 92”, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1992. Com isso, a Permacultura também ganha força para se disseminar e se estabelecer, sendo nessa década que surgem e se estabelecem os primeiros institutos de Permacultura do país (SILVA, 2013).

É também por meio do Projeto Novas Fronteiras da Cooperação Para o Desenvolvimento Sustentável que municípios brasileiros incluíram em suas legislações o atendimento a questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, que entre outras coisas, foca no meio ambiente. Exemplo dessa inclusão são as leis 2069/1999 do município de Morro Agudo, pertencente ao estado de São Paulo e 5823/1999 do município de Sete Lagoas, pertencente ao estado de Minas Gerais.

Após esse período temos ações pontuais e a argumentação sobre as possibilidades da Permacultura, como o trabalho desenvolvido por Barros (2008), que argumenta sobre a possibilidade de utilizar a Permacultura para a promoção de assentamentos humanos que visem a sustentabilidade socioambiental. Também temos Pereira (2016), que apresenta uma experiência da utilização da Permacultura para a promoção de saúde.

O autor Ferreira Neto (2017, p.162) aponta para o “desinteresse e não reconhecimento por parte dos gestores públicos em todas as esferas” em relação a Permacultura, para além disso, é preciso compreender que sua disseminação não é suficiente para que possamos dizer que é uma prática popularizada. Com isso, temos o

desconhecimento por parte de gestores públicos do que é e quais as possibilidades da Permacultura. Por isso a importância da inserção da Permacultura no debate sobre as políticas públicas.

Um importante passo nessa direção tem sido feito pelo Núcleo de Estudos em Permacultura – NEPERMA, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que oferece semestralmente uma disciplina organizada de modo a cumprir os requisitos básicos para a formação de permacultores. A iniciativa, que forma duas turmas anuais, possibilita que estudantes dos cursos de graduação da UFSC interessados na temática, possam aprofundar seu conhecimento em Permacultura gratuitamente.

Uma crítica que pode ser feita relacionada a popularização da Permacultura por meio da sua inserção no meio acadêmico é sobre a possibilidade dela se tornar academicista, perdendo seu caráter prático ao ser debatida e ensinada por pessoas que não vivenciam a Permacultura em seu cotidiano. O que, entre outras coisas, pode resultar no distanciamento com a sua proposta original.

Esse apontamento deve ser utilizado para reflexões sobre as melhores possibilidades para o processo de popularização da Permacultura, mas também deve levar em consideração o custo para fazer um curso e para aplicação da Permacultura, distante da realidade socioeconômica de muitos brasileiros. O NEPERMA já trabalha para a expansão do ensino e pesquisa da Permacultura no Brasil, conforme aponta Nanni et al., 2018:

No início de 2017, o NEPerma começou a dialogar com os professores da UFSC sobre a possibilidade de oferecer um curso PDC com intuito de sensibilizar outros docentes da universidade para a temática. A primeira sondagem indicou 18 docentes da UFSC interessados, além de servidores técnicos e docentes de outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras. Em julho de 2017, a equipe do NEPerma ofertou o curso, que certificou 14 servidores públicos entre docentes e servidores técnicos de apoio ao ensino, envolvendo um total de cinco IFES, a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa/RS), UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul/PR), IFSP (Instituto Federal de São Paulo) e UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto/MG). (NANNI et al., 2018, p. 200)

O PDC realizado pelo NEPERMA em 2017, foi responsável pela certificação de novos permacultores que reunidos criaram a REDE NEPERMA, que conta com novos núcleos de estudos de Permacultura, espalhados por diferentes instituições públicas de

ensino superior, o que colabora para o desenvolvimento de novas pesquisas, além de projetos de ensino e extensão que colaboram para a popularização da Permacultura.

O trabalho dessa rede de núcleos, se desenvolvido com diálogo, inclusão e respeito aqueles que tem praticado a Permacultura no Brasil configura-se como uma ferramenta de grande potencial para estruturar teoricamente projetos de leis, propostas de programas entre outras possibilidades que envolvem a ação da esfera pública.

5.11 A lição sociocultural apresentada pela Permacultura para a promoção de um Bem Viver

Como pudemos observar durante a explanação sobre a Permacultura, ela possui uma organização pedagógica e filosófica que vai de encontro com perspectivas que apontam para os problemas do sistema capitalista, do Estado Liberal e da desassociação de humanos com a natureza. Isso ocorre por meio dos seus princípios éticos e de planejamento, enquanto ferramentas éticas e filosóficas, que funcionam como uma supressão da cultura liberal.

O processo de zoneamento e setorização, apresenta uma organização possível de ser posta em prática, baseada nos aspectos filosóficos possibilita o cuidado com a Terra e com as pessoas, com uma visão mais ampliada e real sobre a relação ambiental, que pode ser utilizada como base para reflexões de organização de espaço e modo de vida tanto na cidade, quanto para aquilo que ela é projetada, a vida no meio rural e em pequenas cidades.

Sobre a Permacultura enquanto método que apresenta essas possibilidades, trazemos a fala de Simone, que apresenta suas reflexões a partir da sua vivência na Permacultura:

Eu acho que a Permacultura é uma ferramenta, mas não é a única, suficiente. Tanto é que com o tempo a gente viu que precisava de outras coisas, mas não inviabiliza ela, simplesmente complementa. Então sozinha eu acho que ela não resolve tudo, mas ela te dá um caminho que a partir daí você vai procurando um caminho, um atalho para outras coisas para complementar. Tudo depende do que a pessoa quer fazer. Nenhum conhecimento é completo, eu acho, mas eu acho que ela tem uma coisa que para a gente ela tem uma coisa que fez toda a diferença para a gente,

quando a gente veio morar no sítio, que é a questão do cuidado, cuidado com as coisas.

Para mim é questão ética mais importante da Permacultura é a questão do cuidado, não importa o que você faça, você tem que ter um cuidado com aquilo para não interferir na vida das pessoas, das plantas, dos animais, da natureza, do equilíbrio.

Isso que acho, pelo menos para mim, que é o mais importante, por que se tu tiver cuidado vai sempre pensar em qual é o melhor caminho. Por que não adianta a pessoa ficar só falando palavras bonitas, mas na prática não estar muito aí para o que acontece com as pessoas. DALCIN, Simone Beatriz. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

O que podemos debater a partir do seu relato é que a Permacultura por si só não é capaz de trazer modificações que garantam a melhoria de qualidade de vida dos seus adeptos, mas apresenta caminhos para que seus seguidores ampliem seu conhecimento e vivam de acordo com o que ela prega. Não é exagero repetir a necessidade de garantir acesso a políticas públicas que favoreçam a sua popularização, o que implica em reforma agrária, acesso a cursos de Permacultura - PDC e outros cursos complementares, além de estrutura de material que possibilite a outras pessoas, a viver segundo essa lógica.

O cuidado com as pessoas deve ser uma preocupação constante e mutua, para garantir que a Permacultura não seja desvirtuada, tornando-se mais uma ferramenta de exploração de mão de obra. Para tanto, medidas que fomentem a valorização da agricultura familiar, por meio de feiras entre outros onde o produtor tem acesso ao consumidor final são de extrema importância.

A flor da Permacultura aponta para várias possibilidades de projetos de política pública que se desenvolvidos de forma integrada e crítica, podem favorecer um avanço social tanto em relação a cultura de distanciamento/desassociação da natureza, quando de melhoria nutricional pelo acesso a produtos de origem orgânica, que no atual contexto não estão disponíveis a preço acessível para a maioria das pessoas pobres.

Com isso, podemos concluir que Permacultura pode incidir em um Buen Viver enquanto promoção de uma vida de qualidade em que o foco é a felicidade humana, pois o cuidado com as pessoas implica em uma série de questões que podem refletir na saúde mental e física das pessoas. O acesso a diferentes possibilidades de vida, principalmente para aqueles que migraram para as cidades em busca de melhores condições de vida e hoje seus filhos e netos vivem em situação de vulnerabilidade social podem ampliar e

popularizar a prática que os entrevistados para esse trabalho e muitos outros já estão fazendo, voltando para o campo para viver com mais qualidade.

Simone, durante a sua entrevista relatou sua origem:

Então, somos urbanos, apesar de ser uma cidade pequena, que é uma cidade que na época tinha 15, 16 mil habitantes, mas é uma cidade... E eu nunca morei no campo, nunca fiz nada de mato. DALCIN, Simone Beatriz. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

Podemos observar que a proximidade com o campo não algo em evidência na vida de Simone antes dela e Gardel (seu companheiro) optarem por modificar as suas vidas deixando o meio urbano, isso fica ainda mais evidente quando Simone comenta a respeito das pessoas a seu redor, amigos, conhecidos, familiares que não acreditavam que a mudança dos dois para o campo seria algo permanente.

Acharam que a gente não ia ficar. Pessoas urbanas vindo para uma área assim... Aqui não é uma área domesticada, é uma área bem selvagem! Ela já estava desabitada a muito tempo, bastante bichos, bastante insetos, mas a gente ficou! A gente foi dando um jeito, se adaptando por que nem sempre o primeiro caminho é o melhor, mas a gente sabia que o sítio era o nosso caminho. E então tá, não dá para tirar renda dele para um primeiro momento, mas o que a gente pode fazer para a gente estar se adaptando a esse meio de tranquilidade. Por que é nossa paz ter aqui, os cachorros livres, ter umas galinhas, bichos... Sei lá, o Gardel gosta de ter açude, então é isso tudo que nos manteve. Mas por expectativa das pessoas, com certeza não teria. DALCIN, Simone Beatriz. [fev. 2018]. Entrevistadora: Iana Carla Couto. São José do Cerrito, 2018.

O relato de Simone é importante para compreendermos que quando falamos de possibilidades e propostas que tenham uma inspiração na Permacultura, fazemos isso cientes de que há desafios, dificuldades e que nossa organização sociocultural pode influenciar na descrença ou no desmerecimento de um estilo de vida que pode ser entendido como mais simples.

A proposta de popularização da Permacultura por meio de políticas públicas, se apresenta primeiro como uma possibilidade de ampliação de acesso a uma prática que no contexto do sistema capitalista acaba por ser elitizada por contemplar aqueles que possuem condições financeiras de comprar terra, construir uma nova vida. Segundo, como um passo na direção da superação do sistema capitalista, por inverter a lógica de ganho, apresentando novas possibilidades de conquista e felicidade, não baseadas naquilo

que é possível adquirir apenas com dinheiro, como tempo livre, cultivo do próprio alimento, ampliação e fortalecimento comunitário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 PROPOSTA

Diante de tudo que discutimos até aqui, após demonstrar a relação da felicidade, como uma busca humana, que ocorre sob determinados preceitos, conforme apresentada por Aristóteles, passando ainda pela Felicidade Interna Bruta e o Buen Vivir, interpreto que a felicidade é essencial para construirmos um mundo melhor, com qualidade de vida, em que as pessoas ganhem dignidade e altivez, por haver respaldo do estado para práticas saldáveis. Por isso defendo e proponho aqui que as políticas públicas adotem a Permacultura, como instrumento eficiente que gera felicidade humana. A proposta fundamenta-se na ideia que a Permacultura questiona e rompe com o modelo de agricultura capitalista, de alta produtividade monocultora, orientada pela chamada revolução verde. Esse modelo agrícola que exige grandes extensões de terra, em forma de latifúndio, que a tudo destrói e uniformiza é pernicioso a toda espécie de vida. É um modelo que destrói ecossistemas, vidas selvagens, culturas locais, modos de vida, sociabilidades, em nome da produção em larga escala; é um modelo que destrói as inter-relações entre as espécies, que quando não mata de primeira, fragiliza e provoca a morte sofrida e lenta. A monocultura não destrói vidas e ecossistemas só na oportunidade de efetuar o plantio, o faz também em decorrência das altas concentrações dos agrotóxicos e uma variedade infindável de defensivos agrícolas. O faz através da mecanização que compacta o solo, aniquila o lençol freático e toda uma fauna invisível, que interage entre solos, espécies vegetais e, uma fauna rasteira insetívora e frugívora, que habita arbustos e árvores.

A Permacultura surge como uma possibilidade de aplicação da proposta de Buen Vivir, que assim como a proposta do Butão, apresenta um caráter que foge à lógica consumista capitalista na produção da vida social. Tendo uma organização que vai além dos aspectos filosóficos amplamente debatidos tanto pelo Buen Vivir quanto pela FIB do

Butão, a inserção da Permacultura nas políticas públicas apresenta desafios a serem superados, ou ainda que ajuda na solução das questões postas na falta de terras nas mãos dos agricultores, que expulsos do meio rural fogem para os centros urbanos, logo se bem estudada pode contribuir como um possível modelo de reforma agrária, em que as famílias ao receberem a terra já seriam encaixadas numa modalidade filosófica de produção da terra.

A Permacultura é um farol que nos guia quando elevamos nossas preocupações ambientais, com qualidade de vida, com prevenções de toda ordem. Porque é necessário compreendermos que questões econômicas e sociais se correlacionam com as questões ambientais e a mudança de perspectiva sobre como nos relacionamos com a natureza, é fundamental para resolvermos outras questões. Se enfrentamos enchentes, é por conta do excesso de asfalto. Se enfrentamos estiagem, é em decorrência do desmatamento que modifica a distribuição de chuva. O mesmo desmatamento potencializa os efeitos danosos dos ventos em campo aberto, elevando à categoria de tufões, que provocam grandes destruições.

É um erro não associarmos a questão ambiental com as questões sociais que fragilizam as sociedades. O ambiente saudável é essencial para construir uma sociedade saudável, que vai além da garantia de insumos básicos de sobrevivência. Por isso, urge a necessidade de refletir sobre o que consideramos como essencial para nossa subsistência como sociedade, onde buscamos o necessário e a quais necessidades atende. Entendemos aqui que a maior necessidade humana é a felicidade.

Logo interpretamos que Permacultura nos apresenta possibilidades para erigirmos uma vida mais feliz conforme exposto pela flor da Permacultura, que apresenta em seu centro os princípios éticos de planejamento. O nono princípio de planejamento, por exemplo, fala a respeito do tempo, da velocidade. Mudar nossa dinâmica de vida com um foco menos produtivista e mais voltado para o uso do tempo com qualidade, implica na diminuição do ritmo de trabalho, pois diminui a pressa para cumprir metas. Olhando sob prisma entendemos que a Permacultura não é somente um modelo de agricultura, mas é enfim, um princípio filosófico que se preocupa com outros aspectos que se inserem na rotina das pessoas que a praticam.

Vemos a diminuição da escala, o agir de forma micro, que gera menos desgaste e pode incidir em um melhor aproveitamento do que é local, como com o consumo de produtos da região, produzidos por produtores locais. O que além de valorizar e fomentar o comércio local, gera menor impacto ambiental, pois diminui o consumo de combustível de origem fóssil utilizada no transporte dos alimentos. Por sua vez, reduz a necessidade de utilizar grandes veículos e insumos ou construção de rodovias asfaltadas, para esses veículos trafegarem.

Isso também gera um impacto na vida do pequeno produtor, que escoam com maior facilidade o excedente de produção (conforme previsto no princípio ético de partilha justa), processo que pode se concretizar por meio de políticas públicas que fomentem feiras locais, onde o consumidor tem acesso ao produtor do alimento, gerando uma cadeia de consumo consciente, que pode vir a proporcionar troca de experiências e redes de sociabilidades e de permuta de conhecimentos e instrumentos de usos em comum.

Outra questão de suma importância é a que reverbera impactando o não uso de agrotóxicos, que reflete o cuidado com a Terra, o cuidado com as pessoas. Isso gera e amplia a consciência de práticas saudáveis que produzir alimentos sem agrotóxicos reflete ação ética, tanto com os consumidores dos alimentos, quanto para com o planeta. Como a Permacultura está em oposição aos ideais de revolução verde, fomentando a diversidade, contra o monocultivo, implica em menores chances de perda, pois por mais que um cultivo sofra impacto de insetos, na diversidade eles podem ser atraídos ou dispersados pela ação de outras espécies vegetais presentes na mesma propriedade rural. Esse é um debate presente no décimo princípio de planejamento da Permacultura.

A Permacultura pode também balizar ações de políticas públicas no perímetro urbano, como o exemplo da revolução dos baldinhos, apresentado no capítulo intitulado “As políticas públicas no sistema capitalista e a inserção da relação com a natureza para o foco da felicidade humana” (página 115) que sendo um projeto desenvolvido por um permacultor, no perímetro urbano da cidade de Florianópolis, situada no estado de Santa Catarina, no Brasil, tornou-se uma importante ferramenta de saneamento básico para a comunidade Chico Mendes. cremos que há nessa ação o incremento de posturas que transferem uma confiança nas práticas sociais que elevam tanto a qualidade de vida,

quanto a felicidade para as pessoas, na medida em que elas acreditam nos resultados de suas ações. Isso produz felicidade nas pessoas. Pois a revolução dos baldinhos também fomentou uma organização sociopolítica comunitária importante para o fortalecimento do sentido de pertencimento do grupo.

Na pétala da flor da Permacultura, no “ambiente construído” temos a inserção do tema de moradia e saneamento básico. A possibilidade de construção da sua própria residência e do seu próprio esgoto, não deve ser pensada como uma retirada da responsabilização do Estado na promoção das políticas públicas, mas sim como a possibilidade de autonomia de comunidades e para isso, precisamos da intervenção do Estado por meio da promoção de políticas e materiais que possibilite aqueles que desejam seguir o caminho da Permacultura, como uma nova possibilidade de encarar as situações sociais através da ação de cada pessoa, assim possa fazer.

Acreditamos que as pessoas podem ser responsáveis pela gestão do seu próprio lixo e pela construção da sua casa, a partir do momento em que o estado oferece estrutura e possibilidades amparadas por políticas públicas. Pra tal, há a necessidade de implementar construção de edificações eficientes e inteligentes, na medida em que são projetadas pensando em condições climáticas, aproveitamento de energia solar, dentre outros fatores, como a organização, planejamento do espaço. Esses cuidados podem impactar as comunidades proporcionando melhor comodidade e organização dos espaços, resultando num melhor aproveitamento dos recursos materiais.

A compreensão e aplicabilidade da sexta pétala, no cotidiano das comunidades é importante, porque tem relação com a posse e uso da Terra. Logo salientamos o impacto dessa perspectiva inserida nas políticas públicas, por seu indispensável foco na reforma agrária, mas também no uso consciente dos espaços. Praças e terrenos públicos podem se tornar territórios de cultivo comunitário. Essas práticas ampliam o acesso a alimentação de qualidade, livre de agrotóxico. Isso é ainda mais urgente quando constatamos que nos últimos anos o país voltou ao mapa da fome. Observemos que na atualidade o consumo de produtos orgânicos constitui um luxo só possível aos setores que tem elevado poder aquisitivo, pois em geral são muito mais caros. Ao passo que as camadas menos abastadas da sociedade, quando conseguem comprar alguma coisa adquirem aqueles produtos

provenientes de produção de larga escala, com elevadas taxas de agrotóxicos e defensivos químicos. O que só aumenta a debilidade da saúde das pessoas.

É possível verificar a existência de políticas públicas que se aproximam ou atendem parcialmente algumas das questões aqui postas, como aquelas que são voltadas para a segurança alimentar, por exemplo. Mas são ações pontuais, de pouca amplitude, pois partem de uma lógica que não associa as questões ambientais com as sociais. Nossa proposta aqui é que essa nova perspectiva de políticas públicas, ao se basear na Permacultura tenha uma ação ampliada e integrada com diferentes setores atendendo a necessidade humana de felicidade. Essa é a nossa utopia.

LISTA DE ENTREVISTADOS

Gardel dos Santos Silveira (51 anos) permacultor proprietário do sítio Curupira, localizado na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, no estado de Santa Catarina.

Jorge Timmermann (71 anos) permacultor proprietário do sítio Ivy Porã, localizado na cidade de São Pedro de Alcântara e também do projeto Waikayu, localizado em São José do Cerrito, as duas cidades estão localizadas no estado de Santa Catarina.

Martin Ewert (36 anos) permacultor morador da cidade de Curitiba, que desenvolve projetos de Permacultura em Curitiba, também na Colonia Witmarsum, localizada na cidade de Palmas, no estado do Paraná.

Mônica Carapeços (44 anos) permacultora proprietária do sítio Nós na Teia, localizado na cidade de Brasília, no Distrito Federal.

Sérgio Borges Paim Pamplona (55 anos) proprietário do sítio Nós na Teia, localizado na cidade de Brasília, no Distrito Federal.

Simone Beatriz Dalcin (50 anos) permacultor proprietária do sítio Curupira, localizado na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, no estado de Santa Catarina.

Suzana Martins Maringoni (59 anos) permacultora proprietária do sítio Ivy Porã, localizado na cidade de São Pedro de Alcântara e também do projeto Waikayu, localizado em São José do Cerrito, as duas cidades estão localizadas no estado de Santa Catarina.

Entrevistas realizadas por Iana Carla Couto nos dias 10, 11 de fevereiro de 2018, no projeto Waikayu, na cidade de São José do Cerrito e 12 de fevereiro 2018, no sítio Curupira em Santo Amaro da Imperatriz.

REFERÊNCIAS

ABDO, Maria Tereza Valela Nogueira; et al. Sistemas agroflorestais e agricultura familiar: uma parceria interessante. *Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária*, v. 1, n. 2, p. 50-59, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Maria_Teresa_Abdo/publication/261706306_SISTEMAS_AGROFLORESTAIS_E_AGRICULTURA_FAMILIAR_UMA_PARCERIA_INTERESSANTE/links/00b7d535175fa47cd3000000.pdf> Acesso em 27 de outubro de 2020.

ACOSTA, A. O Bem Viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Brasil, Editora Autonomia Literária, 2015.

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante, 2011.

ALBERGONI, Leide; PELAEZ, Victor. Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas?. *Revista de Economia*, v. 33, n. 1, 2007. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/8546/6017>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Editora FGV, 2018.

ALBUQUERQUE, Armando. A teoria lockeana do Estado. *Philosophica* (São Cristóvão), São Cristóvão: Editora da UFS, p. 103-118, 2000. Disponível em:< <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4129304d04cff4cb>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 40, 2017. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

ARSTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BARROS, Bruna Rosa de. *Permaculture and urban development : guidelines and actions for a socioenvironmental sustainability at low-income subdivisions..* 2008. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. Cortez editora, 2017.

BOLÍVIA, Estado Plurinacional. *Constitución política del estado*. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, v. 7, 2009. Disponível em: <

https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf> Acesso em 27 de outubro de 2020.

BONETI, Lindomar Wessler. As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 5, n. 5, p. 17-28, 2013.

BONZATTO, Eduardo Antonio. Permacultura: e as tecnologias de convivência. São Paulo: Ícone Editora, 2010.

BRAGA, Célia Cavalcanti. O Bem Viver em Recife: uma abordagem do cotidiano de moradores do Casarão do Cordeiro. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/132402>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 96/2017 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 27 de outubro de 2020.

CARSON, Rachel. Primavera silenciosa. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

COLACIOPPO, Priscila Maria et al. Planned homebirth: maternal and neonatal outcomes. Rev. Enf. Ref., Coimbra, v. serIII, n. 2, p. 81-90, dez 2010. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-02832010000400009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 out 2020.

COSTA, Carlos Alberto Franco Da; MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Racionalidade do dinheiro: Contrapontos à racionalidade ambiental (p. 184). Jundiá: Paco Editorial, 2016.

COUTO, Iana Carla; MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Cuidando da Zona-1: Uma nova abordagem para a sociedade e Permacultura: ANAIS DO 8º ENAMPPAS, Natal, 2017.

EQUADOR. Constitución 2008: la República del Ecuador. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf> Acesso em 27 de outubro de 2020.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 24, p. 85-116, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451991000200006&script=sci_arttext> Acesso em 27 de outubro de 2020.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Sumak Kawsay ou Buen Vivir? Os novos fundamentos constitucionais nativos e a reforma das políticas sociais no Equador da “Revolução Cidadã”. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 18, n. 1, 2016. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/25533> > Acesso em 27 de outubro de 2020.

FERREIRA NETO, Djalma Nery. Caminhos e perspectivas para a popularização da Permacultura no Brasil. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Leticia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in) sustentável. *Revista Katálysis*, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2012. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802012000100004&script=sci_arttext > Acesso em 27 de outubro de 2020.

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 14, n. 5, p. 59-67, 1990. Disponível em: < http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/14/rbcs14_05.pdf > Acesso em 27 de outubro de 2020.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e História Oral: questões metodológicas. In: MONTENEGRO, Antônio. et al. (Org.). *História Oral, desigualdades e diferenças*. Recife: EdUFPE, 2012. p. 15-37.

HENDERSON, Danielle Freitas. Permacultura: as técnicas, o espaço, a natureza e o homem. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Antropologia) - Universidade de Brasília, Instituto Sociedade População e Natureza.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLMGREN, David. *Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade*. / David Holmgren; tradução Luzia Araújo. – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 416p.

JUNIOR, Avelar Araujo Santos. Cosmovisão e religiosidade andina: uma dinâmica histórica de encontros, desencontros e reencontros. *Interações: Cultura e Comunidade*, v. 4, n. 5, p. 149-162, 2009. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/3130/313027312011.pdf> > Acesso em 27 de outubro de 2020.

JÚNIOR, Diógenes; NOGUEIRA, José Eliaci. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 100, p. 571-572, 2012. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/7771/material/GERA%C3%87%C3%95ES%20OU%20DIMENS%C3%95ES%20DOS%20DIREITOS%20FUNDAMENTAIS.pdf>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

LE QUANG, Matthieu; VERCOUTÈRE, Tamia. Ecosocialismo y Buen Vivir: diálogo entre dos alternativas al capitalismo. Quito, Ecuador, 2013.

LUSTOSA, Alberto Elias.; MELO, Lucilene Fatima. Felicidade Interna Bruta (FIB)–Índice de Desenvolvimento Sustentável. Goiás: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Recuperado em, v. 10, 2010. Disponível em: <<https://base.socioeco.org/docs/artigo05.pdf>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. Plurinacionalidade e cosmopolitismo: a diversidade cultural das cidades e diversidade comportamental nas metrópoles. Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, n. 7, p. 201-214, 2009. Disponível em: <<https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/84>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JR, Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. Saúde e Sociedade, v. 17, p. 7-20, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sausoc/2008.v17n1/7-20/pt/>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

MARINGONI, Suzana Martins. Lendas do Saber: Permacultura e história: cuidando da Terra e das pessoas. Florianópolis: Insular, 2008.

MENDES, Rafaelle. “Perma O Quê? Permacultura para quem não sabe mas quer saber”. Curitiba/PR 2010.

MENON, Gustavo. A Revolução Cidadã: o governo Rafael Correa e os movimentos sociais no Equador. REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 2, n. 2, 2012. Disponível em: < <https://www.rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/75>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc> Acesso em 27 de outubro de 2020.

MONTYSUMA, Marcos. Subjetividade e História Oral: possíveis interações na cessão de uso de relatos orais. In MONTENEGRO, Antônio. et al. (Org.). História Oral, desigualdades e diferenças. Recife: EdUFPE, 2012. p. 55-68.

MOREIRA, Roberto José. Críticas ambientalistas à revolução verde. Estudos sociedade e agricultura, 2000. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/176>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

NANNI, Arthur; BLANKENSTEYN, Arno; SIGOLO, Renata Palandri. CONSTRUINDO A PERMACULTURA NA ACADEMIA BRASILEIRA. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 13, 2018.

NEPERMA (Org.). Permacultura. 2014. Texto: Leticia dos Santos e Marcelo Venturi Revisão: Arthur Nanni. Disponível em: < <https://Permacultura.ufsc.br/o-que-e-Permacultura/>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

NOGUEIRA, Caroline Barbosa Contente; DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. O sumak kawsay (Buen Vivir) e o novo constitucionalismo latino-americano: uma proposta para concretização dos direitos socioambientais. Anais do Universitas e Direito, p. 24-42, 2012.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. ComCiência, n. 120, 2010. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=pt> Acesso em 27 de outubro de 2020.

ONU. Carta da Organização das Nações Unidas. 1945. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm> Acesso em 27 de outubro de 2020.

ORTEGA, Enrique. Apresentação. Prefácio. In: HOLMGREN, David. Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade. / David Holmgren; tradução Luzia Araújo. – Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. 416p.

OSÓRIO, Vitor. O Bem Viver a partir de suas institucionalizações. ECOPOLÍTICA, n. 20, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ecopolitica/article/view/38926>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

PACHECO, Fabiana. Energias Renováveis: breves conceitos. Conjuntura e Planejamento, v. 149, p. 4-11, 2006. Disponível em: < http://files.pet-quimica.webnode.com/200000109-5ab055bae2/Conceitos_Energias_renov%C3%A1veis.pdf> acesso em 26 out. 20

PEGHINI, Aline Aparecida Santos Costa; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. A função social da propriedade: uma análise do relatório Nosso Futuro Comum e a influência na Constituição federal de 1988. A função social da propriedade: uma análise do relatório Nosso Futuro Comum e a influência na Constituição federal de 1988, 2018. Disponível em: < http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/5/2018_05_0405_0428.pdf> Acesso em 27 de outubro de 2020.

PEREIRA, Rafaela Kleinhans. O equilíbrio do ser e a Permacultura. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

PIGA, Talita Ravagnã; MANSANO, Sonia Regina Vargas; MOSTAGE, Nicole Cerci. ASCENSÃO E DECLÍNIO DA AGENDA 21: Uma Análise Política. *Perspectivas Contemporâneas*, v. 13, n. 3, p. 74-92, 2019. Disponível em: <<http://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/2795>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

PORTELLI, Alessandro et al. FORMA E SIGNIFICAÇÃO NA HISTÓRIA ORAL: A PESQUISA COMO UM EXPERIMENTO EM IGUALDADE. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 14, 1997. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/11231/8239>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PROMPT, Cecília. Curso de bioconstrução. Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao15012009110921.pdf> acesso em 26 out. 20.

RIBEIRO, Hugo Neto; GOMES, Jorge. FIB, IDH e PIB: complementaridade e contrapontos entre os indicadores de desenvolvimento humano e das nações. Belo Horizonte, MG. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/80917228-Fib-idh-e-pib-complementaridades-e-contrapontos-entre-os-indicadores-de-desenvolvimento-humano-e-das-nacoes.html>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

ROMANELLI, Rosely A. Pedagogia Waldorf: um breve histórico. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 8, n. 10, p. 145-169, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/3623>> Acesso em 26 out. 20.

SAMITIER, Pere Subirana. Redes de ayuda mutua y apoyo local. *Boletín CF + S*, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://polired.upm.es/index.php/boletincfs/article/view/2526/2603>> Acesso em 27 de outubro de 2020

SANTOS, Antônio Carlos dos. John Locke e o argumento da economia para a tolerância. *Trans/Form/Ação*, v. 36, n. 1, p. 9-24, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732013000100002&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 27 de outubro de 2020.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. Ecologia versus Capitalismo: dilemas do governo Rafael Correa no Equador. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-20-Artigo-04.pdf>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

SANTOS, Oder José dos. REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA: EDUCAÇÃO E ESCOLA. Trabalho & Educação, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 79-89, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8867>. Acesso em: 26 out. 2020.

SILVA, Klaus Pereira da; GUEDES, Ana Lucia. Buen Vivir Andino: Resistência e/ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 682-693, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512017000300682&lng=en&nrm=iso> Acesso em 27 de outubro de 2020.

SILVA, Luis Fernando de Matheus. Ilusão concreta, utopia possível: contraculturas espaciais e Permacultura (uma mirada desde o cone sul). 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOARES, André Luis Jaerge. Conceitos básicos sobre Permacultura. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, pág. 20-45, dezembro de 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 18 de outubro de 2020.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. anuário antropológico, v. 9, n. 1, p. 11-44, 1985. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7385586>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

URA, Dasho Karma. Felicidade Interna Bruta, 2008. Disponível em: <<http://felicidadeinternabruta.blogspot.com.br/2008/11/dasho-karma-ura-explica-ofib.html>> Acesso em 27 de outubro de 2020.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Educação na casa: perspectivas de desescolarização ou liberdade de escolha?. Pro-posições, v. 28, n. 2, p. 122-140, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8650331>> Acesso em 26 out. 20.

VENTURI, Marcelo. A influência da Permacultura em unidades de novos rurais. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2020. Disponível

em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216168>> Acesso em 14 de novembro de 2020.

VILALON, Eduardo Martins de Azevedo. Jusnaturalismo e Contratualismo em Hobbes e Locke: Do estado de natureza ao estado político. *Jus Humanum: Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas e Sociais*, v. 1, n. 1, p. 48-61, 2011.

VILANOVA, Mercedes: pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: MORAES, Marieta (Org.): *História Oral*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.

ANEXO A – Roteiro de Entrevistas

Perguntas:

- 1- Como a Permacultura chegou no Brasil?
- 2- Como a Permacultura chegou até você?
- 3- Qual a relação entre Permacultura e Natureza?
- 4- Você pode me falar a respeito da diferença entre a Vida urbana e Vida Rural no contexto da Permacultura?
- 5- Sobre a organização e desenvolvimento da Permacultura no Brasil, como funciona as Gerações e família?
- 6- Quais as mudanças que a permacultura trouxe para a sua vida?
- 7- Como está sua vida hoje, inserido na Permacultura?
- 8- Você pensa em voltar a viver na cidade?
- 9- Qual a importância da Bioconstrução dentro da Permacultura?
- 10- Você pode me descrever o que entende como bem viver e como a Permacultura proporciona isso?